



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**REFERÊNCIA IDENTIFICADORA E OBJETOS MATERIAIS:
O REALISMO METAFÍSICO DE PETER FREDERICK
STRAWSON**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Márlon Henrique Dos Santos Teixeira

Santa Maria, RS, Brasil,
2010

**REFERÊNCIA IDENTIFICADORA E OBJETOS MATERIAIS: O
REALISMO METAFÍSICO DE PETER FREDERICK STRAWSON**

Por

Márlon Henrique Dos Santos Teixeira

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em **Análise da Linguagem e Justificação**, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Filosofia**.

Orientador: Prof. Dr. Albertinho Luiz Gallina

Santa Maria, RS, Brasil
2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado.

**REFERÊNCIA IDENTIFICADORA E OBJETOS MATERIAIS: O
REALISMO METAFÍSICO DE PETER FREDERICK STRAWSON**

Elaborada por
MÁRLON HENRIQUE DOS SANTOS TEIXEIRA

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

Comissão Examinadora:

Jaime Parera Rebello, Dr.
(UFRGS)

Rogério Passos Severo, Dr.
(UFSM)

Albertinho Luiz Gallina, Dr.
Presidente/Orientador

Santa Maria, 31 de março de 2010.

“[...] toda nossa ciência, comparada com a realidade,
é primitiva e infantil – ainda assim é a coisa mais preciosa que nós temos.”

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à família: minhas mãs Alessandra e Ivana, meu cunhado Frederico, minhas tias Rene e Marlene, minha Madrinha, minhas tias de Porto Alegre, meu tio Vanuso, meus primos Lauro e Felipe e, em especial, à minhã mãe, Maria Pirene, a qual foi a grande incentivadora e custeadora de minha vida acadêmica, e ao meu pai, João Henrique.

Ao meu orientador, professor Albertinho Luiz Gallina, pela confiança em minha capacidade, amizade e valiosos aconselhamentos.

A todos os professores do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, em especial o professor Noeli Dutra Rossatto, os quais foram decisivos na contínua educação de meu pensamento.

À Eugenia Huter pelo companheirismo, fidelidade e amabilidade.

Aos meus amigos e colegas, sem os quais eu não poderia ser feliz.

À CAPES pela bolsa de estudos.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

REFERÊNCIA IDENTIFICADORA E OBJETOS MATERIAIS: O REALISMO METAFÍSICO DE PETER FREDERICK STRAWSON

AUTOR: MÁRLON HENRIQUE DOS SANTOS TEIXEIRA

ORIENTADOR: ALBERTINHO LUIZ GALLINA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 31 de março de 2010

A presente dissertação tem como objetivo analisar a relação entre as noções de referência e ontologia na filosofia de Peter Frederick Strawson. Strawson pretende defender uma ontologia realista, onde suas entidades básicas são objetos materiais e pessoas, assim, ocupamo-nos em elucidar o papel que a noção de referência identificadora cumpre nessa argumentação. No primeiro Capítulo, analisamos o modo como o problema ontológico é formulado, por Strawson, no âmbito da linguagem ordinária. A expressão ‘Giro Linguístico’ é tomada para designar o conjunto de questões em torno desse tópico. Nossas análises obtiveram como conclusão que a linguagem ordinária é a mais geral e penetrante, a qual também disporia dos meios necessários para as investigações de caráter metafísico. No segundo Capítulo, ocupamo-nos com a elucidação das condições em que uma referência identificadora ocorre com sucesso. As análises mostraram que, quando nos referimos a particulares, é necessário, para o sucesso em referir, a consideração de requerimentos contextuais, os quais necessariamente incluem aspectos espaços-temporais e são dispensáveis na maioria das referências a entidades gerais. Destarte, passamos a usar o termo ‘particulares espaço-temporais’ para designar um conjunto de itens, os quais seriam, num sentido filosófico, *concretos*. No terceiro Capítulo, analisamos o modo como Strawson usa a noção de referência identificadora para chegar até as noções de *independente* e *básico*, as quais devem estar relacionadas com a noção de objetos materiais, caso o filósofo pretenda defender um realismo metafísico. Através das análises da noção de referência, Strawson chega até a noção de quadro unitário de conhecimento de particulares, o qual é necessário para que possamos referir não-demonstrativamente para particulares espaço-temporais. Porém, uma condição dessa unidade consiste na existência independente de particulares espaço-temporais. Não obstante, objetos materiais são básicos na categoria de particulares espaço-temporais, pois, a identificação de particulares de várias subcategorias descansa sobre a identificação de objetos materiais. No final, serão analisadas algumas críticas aos argumentos de Strawson e será indicada a possibilidade da formulação de outro argumento em suporte da argumentação de Strawson.

Palavras-chave: Strawson; linguagem ordinária; referência identificadora; ontologia; particulares espaço-temporais; objetos materiais.

ABSTRACT

Master Thesis
Postgraduate Program in Philosophy
Federal University of Santa Maria

IDENTIFYING REFERENCE AND MATERIAL OBJECTS: THE METAPHYSICAL REALISM OF PETER FREDERICK STRAWSON

AUTHOR: MÁRLON HENRIQUE DOS SANTOS TEIXEIRA

ADVISOR: ALBERTINHO LUIZ GALLINA

Date and Place of the Defence: Santa Maria, March 31, 2010

The present dissertation purports to analyze the relationship between the notions of reference and ontology in the Peter Frederick Strawson's philosophy. Strawson wants to defend an ontological realism, in which the basic entities are material bodies. We have occupied ourselves with the analysis of the role of identifying reference in his argumentation. In the first Chapter, we analyze how the ontological problem is formulated by Strawson, within ordinary language. The phrase 'Linguistic Turn' is used to denote the set of issues around this topic. Our analysis concluded that ordinary language is the most general and pervasive language, which also has the means necessary for metaphysical researches. In the second Chapter, we deal with the elucidation of the conditions in which an identifying reference is successfully made. The analysis showed that, when referring to particulars, to consider the contextual requirements it is necessary to make a successfully identifying reference, which necessarily include spatio-temporal elements – this condition is not necessary when we refer identifyingly to general things. Thus, we use the term spatio-temporal particulars to designate a class of items, which are, in a philosophical sense, *concretes*. In the Third Chapter, we examine how Strawson uses the notion of identifying reference to get the notions of *independent* and *basic*, which ought to be attached to the notion of material bodies, if the philosopher intends to be a metaphysical realist. Through the analysis of the concept of reference, Strawson comes to the notion of a unified framework of knowledge of particulars, which is necessary for us to refer non-demonstratively to spatio-temporal particulars. However, a condition of this unity is the independent existence of spatio-temporal particulars. Although material bodies are basic in the category of spatio-temporal particulars, the identification of particulars of various subcategories rests on the identification of material objects. In the end, discuss some criticisms of Strawson's arguments and make another argument in support of Strawson's argument.

Key-words: Strawson; ordinary language; identifying reference; ontology; spatio-temporal particulars; material objects.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	10
1. O PROBLEMA ONTOLÓGICO E A LINGUAGEM ORDINÁRIA: STRAWSON E O GIRO LINGUÍSTICO	13
1.1 A Busca Pela Linguagem Adequada.....	14
1.1.1 Linguagem Ordinária e Linguagem Especializada.....	15
1.1.2.1 Reconstrução Racional: Interpretação Extrema	21
1.1.2.2 Posição Reconciliadora: Contemplação de Sistemas Formais	22
1.1.2.3. Uso da Linguagem Ordinária e os Problemas Filosóficos: Semelhanças entre Naturalistas e Construcionistas.....	24
1.1.2.4. Naturalismo Lingüístico: Linguagem Ordinária como Único Meio Seguro para Filosofia	27
1.2. Falar Sobre a Fala: Linguagem Ordinária e Metalinguagens	29
1.2.2. Enunciados de Fatos da Linguagem	30
1.2.3. Predicados Categóricos: Metalinguagem Geral Natural	32
1.2.3. Rectaconceitos: Linguagem Filosófica Especializada.....	36
1.3. Algumas Coisas uma Linguagem Meramente Mostra: Falando do Mundo por Meio da Descrição da Linguagem Ordinária	38
1.3.1 Formulação do problema ontológico: Dois Caminhos a Seguir. Referência e Existência	40
1.4. Considerações Finais	41
2. REFERÊNCIA IDENTIFICADORA.....	44
2.1. Pressuposição lógica: Condições Gerais de Referência	45
2.1.1 Contexto de debate	45
2.1.2 Existência e Referência	48
2.1.3 Contradição e Negação: Uma Tentativa de Análise da Relação entre Valores de Verdade e Existência	49
2.1.4. Pressuposição pragmática.....	54
2.1.4.2. Descrição da Noção de Pressuposição Pragmática.....	56
2. 2. Requerimento contextual.....	58
2.2.1 Mecanismo do Tipo A e suas Representações.....	60
2.2.2 Mecanismo do Tipo B: suas Representações e Funções	62
2.3. Referência a particulares	79
2.4. Considerações Finais	86
3. O REALISMO ONTOLÓGICO DE PETER FREDERICK STRAWSON.....	90

3.1. O Argumento ontológico de Strawson	90
3.1.1 Referência Identificadora e Quadro Unificado Espaço-temporal.....	91
3.1.2. Quadro de Relações Espaços-Temporais e Realidade.....	94
3.1.3. Reidentificação: Identidade do Quadro de particulares espaços-temporais + Não- identidade de Referência = existência continua espaço-temporal.....	98
3.1.4. Particulares Básicos: Objetos Materiais	101
3.2. Críticas ao Argumento Ontológico de Strawson	109
3.2.1. A Crítica de Gustav Bergmann.....	110
3.2.2. A crítica de Jack Kaminsky	115
3.3. Considerações Finais	118
CONCLUSÃO.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	127

Introdução

Peter Frederick Strawson é um filósofo bastante conhecido pelo seu projeto de uma Metafísica Descritiva. De fato, poderíamos dizer que, em espírito, o estilo de filosofia strawsoniana é metafísico. Porém, enquanto podemos conceber a ideia de um corpo sem espírito, não poderíamos conceber a ideia de um espírito sem corpo. Fazendo jus à metáfora, podemos dizer que o corpo habitado pelo projeto metafísico de Strawson é a filosofia da linguagem. Assim, provido que ideia de corpo, na metáfora, seja entendida de forma, mais ou menos, aristotélica, então onde nós podemos avistar a manifestação do espírito, nós devemos também poder avistar o corpo por meio do qual seu espírito se propaga. Essa metáfora pretende ilustrar a relação mantida entre filosofia da linguagem e metafísica na obra de Strawson. Seu intento último é sempre metafísico, porém o caminho pela qual ele transita é sempre lógico-linguístico.

Tomando um elemento de cada lado desta metáfora – espírito-corpo/metafísica-linguagem – nosso trabalho intenta analisar o modo como ambos os aspectos se relacionam. Os temas escolhidos de cada um dos lados da dicotomia são nada menos que Ontologia e Referência. Ontologia é tradicionalmente concebida como uma investigação acerca do ser enquanto tal, ou uma investigação acerca daquilo que existe. Referência é entendida como a relação que se estabelece entre a linguagem que nós usamos com certos propósitos e os itens extralinguísticos que pretendemos designar. Não obstante, os modos pelos quais podemos formular uma questão ontológica são variados, dependendo do tipo de ontologia que o filósofo pretende defender e também do lugar desde onde sua ontologia pretende ser defendida. Strawson pretende defender uma ontologia realista que afirma a existência de entidades independente de serem conhecidas – ou do sujeito que as conhece. E o lugar desde onde Strawson pretende defender sua ontologia é a filosofia da linguagem. Assim, sendo a noção de referência compreendida como a relação entre o âmbito linguístico e o extralinguístico, nada mais razoável do que tornar as análises desse conceito um dos caminhos mais frutíferos no tocante a ontologia.

No contexto da Filosofia Analítica da Linguagem, Strawson não vem a ser o único filósofo praticante deste método. Porém, enquanto grande parte dos filósofos analíticos esteve de acordo sobre o lugar desde onde uma investigação metafísica devia ser desenvolvida, em geral, há muita discordância concernente ao modo como devíamos entender esse lugar. Ou seja, enquanto a maioria estaria de acordo que o exame da linguagem consistiria no meio mais

seguro para inferir conclusões de caráter metafísico, há uma grande discordância concernente a qual seria a linguagem apropriada para essas investigações. Essa questão nos levará ao nosso primeiro Capítulo.

Em nosso primeiro Capítulo, intitulado ‘O Problema Ontológico e a Linguagem Ordinária’, analisaremos as razões pelas quais Strawson acreditou ser a linguagem ordinária o meio mais adequado por onde fazer filosofia. Em termos gerais, analisaremos o modo como Strawson entendia o Giro Linguístico, noção que será dividida em três aspectos, a saber: ‘A Busca Pela Linguagem Adequada’, ‘Falar Sobre a Fala’, ‘Algumas Coisas uma Linguagem Meramente Mostra’. Tanto a expressão ‘Giro Linguístico’ como as divisões dadas ao tópico foram inspiradas no tratamento que Gustav Bergmann deu ao tema. A discussão terá como objetivo elucidar as razões que motivaram a escolha de Strawson pela linguagem ordinária, os meios de análise disponível por esse tipo de linguagem, e a possibilidade da formulação de uma questão ontológica em seus termos. Como conclusão, nós obteremos que nossos contextos típicos de referência são determinantes para o que nós tomamos como existindo.

No segundo Capítulo, nossas análises da noção de referência de Strawson se ocuparão exclusivamente com a noção de referência identificadora. O Capítulo será dividido em três partes, a saber: ‘Pressuposição lógica: Condições Gerais de Referência’, ‘Requerimento contextual’, e ‘Referência a particulares’. Nos dois primeiros tópicos da investigação examinaremos as condições de referência para itens extralinguísticos em geral, na tentativa de elucidar a relação necessária com as noções de espaço e tempos nos casos em que ocorre referência identificadora a particulares. No terceiro tópico, será analisada a possibilidade da existência de outros canais de referência a particulares excetuando o uso de termos singulares individualizantes. Como conclusão desse capítulo, obteremos que a inclusão de elementos que relacionem as noções de espaço e tempo é condição necessária para identidade dos particulares espaços-temporais, o que não vem a ser o caso para a identidade de itens gerais – assim nós diremos que particulares são entidades concretas.

No terceiro e último Capítulo, analisaremos de que modo a noção de referência serve de auxílio à construção do argumento ontológico strawsoniano. O Capítulo será dividido em duas partes principais, a saber: ‘O Argumento Ontológico de Strawson’ e ‘Críticas ao Argumento Ontológico de Strawson’. Na primeira parte, mostraremos como a noção de referência serve como instrumento de análise pelo qual Strawson formula dois argumentos gerais. O primeiro dos argumentos gerais pretende mostrar que particulares espaço-temporais são independentes; o segundo pretende mostrar que objetos materiais são básicos na categoria de particulares espaço-temporais. Na segunda parte, serão analisadas as críticas de dois

filósofos aos argumentos ontológicos de Strawson, a saber, Gustav Bergmann e Jack Kaminsky. As análises mostrarão que a estratégia de argumentação de Strawson em defesa da noção de independência pode ser acusada de falhar, pois se mostra compatível com uma ontologia idealista. Assim, na conclusão, daremos uma indicação de uma forma de argumento que pudesse escapar das críticas realizadas por ambos os filósofos.

1. O PROBLEMA ONTOLÓGICO E A LINGUAGEM ORDINÁRIA: STRAWSON E O GIRO LINGUÍSTICO

Uma investigação ontológica pode ser definida, em termos gerais, pela pergunta ‘o que há (existe)?’. Porém, as análises ontológicas de Strawson não são conduzidas por qualquer questionamento semelhante, antes ele nega que a formulação do problema possa ser conduzida com o uso de tal questionamento¹. Strawson parece não realizar uma elaborada reflexão por meio da qual é inferida sua ontologia; na primeira frase de seu livro *Individuals* ele já afirma que “pensamos do mundo como contendo coisas particulares algumas das quais são independente de nós mesmos”. Contudo, Strawson é um filósofo da linguagem no bom sentido; como diria Gustav Bergmann “[...] ele não filosofa, se essa é a palavra, sobre a linguagem, mas, antes, por meio da linguagem, acerca do mundo” (1969, p. 602). Portanto, o primeiro problema de que nos ocuparemos será o da elucidação do problema ontológico nos termos de Strawson. Essas análises também nos mostrarão, mais claramente, a importante conexão que a noção de referência mantém com o problema.

Nossa hipótese geral desse primeiro Capítulo consiste na seguinte: o que um filósofo entende como linguagem apropriada é determinante à formulação das questões filosóficas. Em termos gerais, o problema também poderia ser expresso da seguinte forma: questões metafisológicas são diretamente afetadas pelo modo como um filósofo entende o Giro Linguístico. Assim, usaremos o termo ‘giro linguístico’ para representar uma série de problemas com os quais o filósofo deve confrontar-se sempre que optar pela linguagem como meio de trabalho filosófico mais apropriado. Ainda, poderíamos caracterizar a noção de giro linguístico da seguinte forma: “Todos os filósofos linguísticos falam sobre o mundo por meio da fala acerca de uma linguagem apropriada”² (BERGMANN, 1960, p. 607). Os problemas com os quais o filósofo deve confrontar-se podem ser divididos em três perguntas, a saber: Qual é a linguagem apropriada para filosofar? Qual a distinção entre linguagem e metalinguagem para propósitos filosóficos? E como as respostas para ambas as perguntas anteriores podem servir para uma investigação metafísica? Uma vez que Bergmann foi o criador da expressão ‘Giro Linguístico’³ podemos ilustrar os três passos com três respectivas razões para efetuar o giro, a saber: a) “palavras são usadas ou ordinariamente (em conformidade com o senso comum) ou filosoficamente, [...] *prima*

¹ Cf. Strawson (1992b, p. 32)

² As palavras ‘falam’ e ‘fala’ têm o sentido de ‘metafísica’ e ‘metalinguagem’, respectivamente.

³ Cf. Rorty (1992a, p. 9).

facie, tais usos são ininteligíveis (vocabulário técnico), eles requerem explicações do senso comum”. *b*) “Muitos dos paradoxos, absurdidades, e opacidades da filosofia pré-lingüística advém da falha em distinguir entre falar e falar da fala. [...] O método é o meio mais seguro de evitá-las.” E *c*) “algumas coisas qualquer linguagem meramente mostra. Não que essas coisas sejam literalmente ‘inefáveis’, antes, o próprio (e seguro) modo de falar sobre elas é falar acerca da (sintaxe e interpretação de uma) linguagem” (*Idem*). Assim, inspirados nas caracterizações de Bergmann dividiremos nosso Capítulo respectivamente em: ‘A busca pela linguagem apropriada’, ‘Falar sobre a fala’ e ‘Algumas coisas a linguagem meramente mostra’.

1.1 A Busca Pela Linguagem Adequada

Há um fato, segundo Strawson, divisor de águas no tocante ao modo como os filósofos da linguagem entendem a noção de análise, a saber: “sentenças da linguagem ordinária cumprem nossas necessidades ordinárias, [...] em geral, elas não deixam nada a desejar no que concerne à clareza de seus propósitos práticos, ainda que elas deixem muito a desejar do ponto de vista da clareza filosófica” (1992a, p. 312). O peso dado aos aspectos pragmáticos consiste em algo determinante para o modo como os filósofos da linguagem entenderam a noção de linguagem apropriada. Aqueles filósofos que pensaram ser esses aspectos filosoficamente irrelevantes acabaram optando pela construção de uma linguagem artificial a qual deveria apresentar a maior precisão e clareza possível. Aqueles que julgaram a adequação dos aspectos pragmáticos da linguagem ordinária, por algum motivo, filosoficamente relevantes optaram pela descrição e elucidação da mesma. Entre os rótulos que comumente são usados para caracterizar o estilo de filosofia de Strawson um deles consiste no termo ‘Filosofia da Linguagem Ordinária’; obviamente, ele pensou que a adequação dos aspectos pragmáticos da linguagem ordinária era de relevância filosófica. As razões que levaram o filósofo a julgar tais aspectos filosoficamente relevantes são, em si, atraentes para uma investigação; porém, o motivo que nos leva entrar no tema consiste na seguinte hipótese: o que é entendido como linguagem apropriada não somente afeta o estilo de uma filosofia, mas também o modo como seus problemas filosóficos são formulados e, logo, afetando a natureza de suas respostas. Neste momento, devemos buscar entender algumas das razões que levaram Strawson a eleger a linguagem ordinária como a linguagem adequada por meio da qual filosofar. Como veremos os argumentos em favor da linguagem ordinária aparecem, quase sempre, em disputas com seus concorrentes, os quais são, em geral, enunciados sob os cabeçalhos de dois grupos, a saber: as linguagens das

disciplinas especializadas – das ciências como Física, Química, Matemática etc. – e a Linguagem Formal – composta pelos aparatos da lógica moderna. Contudo, não se pretende julgar o debate, mas somente, entendendo suas razões, lançar luz em como Strawson entende a formulação da questão ontológica.

1.1.1 Linguagem Ordinária e Linguagem Especializada

A primeira questão em que devemos nos deter consiste numa investigação visando a clarificar os méritos pertinentes ao filosofar por meio da linguagem ordinária, contrastando-os com os putativos deméritos oriundos do filosofar por meio das linguagens específicas das ciências. Ao fazermos isso, encontraremos, de um lado, traços essenciais da própria noção linguagem ordinária e, de outro lado, uma caracterização do vocabulário filosófico. O exame desses pontos nos levará ao enalço de duas ulteriores questões.

O primeiro ponto será referente à distinção entre linguagem ordinária e linguagem especializada ou teórica. Um dos critérios para distinguir entre o quadro⁴ ordinário de linguagem e os quadros especializados de linguagens consiste no modo que adquirirmos seu domínio; chamaremos esse critério de *argumento da aquisição*. O contraste entre linguagem ordinária e linguagens especializadas se dá, pois, a primeira consiste no quadro linguístico que nós sempre usamos e o qual, para seu uso, jamais nos foi dado nenhuma instrução teórica quando criança – tal como afirma Strawson, “nós aprendemos seu uso largamente copiando os demais, com eventuais correções; e se alguma forma de instrução nos é dada, repousa sobre instruções práticas e exemplos” (1992b, p. 7). As do segundo tipo, de uma forma ou de outra, nós dominamos somente por meio de instruções de caráter teórico. Exemplos para os últimos são os quadros de linguagem das ciências como Física, Biologia, Química, e também aqueles que correspondem às atividades menos elaboradas do dia-dia, como o vocabulário de jogos etc. A principal objeção ao argumento da aquisição da linguagem consiste em declarar falsas uma das de suas premissas, a saber: que qualquer outra linguagem só poderia ser aprendida por meio da tradução da língua materna para essa nova linguagem. Assim, se nós podemos aprender qualquer outra nova língua – como um falante de português pode aprender alemão – através de métodos puramente práticos, o mesmo poderia ser aplicado para as linguagens especializadas⁵. Porém, uma possível objeção seria imaginar como poderíamos ensinar Física quântica para alguém que

⁴ O termo ‘quadro’ é uma tradução literal do termo inglês ‘framework’ usado por Strawson (1963, 1979, 1992a, 1992b)

⁵ Esse contra-argumento é usado por Carnap fazendo menção ao “método Berlitz” (1963, p. 937).

não possui o domínio do quadro de linguagem ordinária – alguém como Kaspar Hauser, o menino achado em Nuremberg no século XIX, que tinha sido privado de qualquer contato verbal e não possuía domínio da linguagem ordinária⁶. Não parece absurdo supor que na aprendizagem dos quadros de linguagens especializadas deve haver o domínio prático da linguagem ordinária, o qual é pressuposto para a compreensão de qualquer quadro mais elaborado, como as linguagens especializadas das disciplinas teóricas. Em parte, que nós, normalmente, não sejamos capazes de prontamente dar qualquer elucidação teórica da maioria de nossos conceitos ordinários é decorrente do modo como adquirimos esses conceitos. Ao passo que, normalmente, o domínio de um conceito especializado implica a capacidade de dar uma explicação em termos teóricos de seu uso.

O argumento da aquisição da linguagem possui também uma face teórica ainda não notada. Seu aspecto teórico, no que concerne à distinção entre o domínio de diferentes esquemas conceituais ou quadros linguísticos, consiste na pressuposição do domínio de conceitos por meio dos quais somos capazes, não somente de nos comunicar, mas também da intelecção e articulação racional de conceitos especializados. Segundo Strawson, o carácter especializado dos conceitos teóricos deve “nos capacitar a operar efetivamente dentro de sua disciplina, no meio desta disciplina” (1992b, p. 11). Esse aspecto teórico nos auxilia a perceber que, enquanto o especialista administra sua disciplina, tendo a capacidade de explicar perfeitamente cada conceito dentro dela, também faz uso de inúmeros conceitos de larga aplicação, os quais são os mesmos pertencentes ao vocabulário de qualquer pessoa – provido que essa pessoa tenha domínio da linguagem ordinária. Assim, se fosse perguntado ao especialista por um enunciado teórico e explícito do significado desses termos mais gerais usados em meio ao domínio de sua disciplina especializada provavelmente constataríamos que, ambos, o especialista e o falante comum, estão ao mesmo nível nesse respeito (STRAWSON, 1992c). Esses termos de larga aplicação são os mesmos presentes nas mais variadas situações de uso ordinário da linguagem, assim como no interior das mais variadas disciplinas especializadas – os conceitos de ‘explicação’, ‘prova’, ‘incoerência’ estão presentes, em geral, com seu significado ordinário, tanto em uma explicação científica quanto em uma situação ordinária, onde um adolescente presta contas a seus pais – ainda que o rigor exigido em cada situação possa variar. Logo, dar a elucidação desses termos mais gerais também

⁶ A sua história foi representada no filme de Werner Herzog, "*Jeder für sich und Gott gegen alle*" (em língua portuguesa, "Cada um por si e Deus contra todos"), de 1974, lançado em Portugal com o título "O Enigma de Kaspar Hauser".

consistiria numa forma de inter-relacionar os mais variados campos de interesse humano; não obstante, a rejeição desse fato, segundo Strawson, “tem gerado certo imperialismo intelectual na tentativa de explicar os diversos âmbitos de interesse em termos de um âmbito específico, tais como fisicalismo, biologicismo, economicismo etc.” (1992, p.14). Se nos é perguntado pela legitimidade da distinção entre o aspecto prático e o aspecto teórico do argumento da aquisição da linguagem, no sentido aqui requerido, podemos apenas dizer que há uma diferença entre alguém não compreender a explicação de alguém, e alguém não compreender que o que está sendo feito ou dado é a explicação de algo.

No que concerne ao contraste entre o esquema conceitual ou quadro ordinário de linguagem e os esquemas conceituais ou quadros de linguagens especializadas, foi aludido para carência de capacidade de explicação teórica dos conceitos ordinários, assim como sua necessidade nos processos de aquisição, intelecção e inter-relação dos diversos âmbitos de interesse humano, dada maior generalidade dos primeiros. Uma vez posta certa diferença entre os dois tipos de quadros linguísticos, poderíamos nos perguntar se haveria algo em comum entre ambos? E se os conceitos técnicos do filósofo se adequariam perfeitamente à noção de quadro especializado?

A noção de ‘atuação dentro de uma disciplina’ que serviu para mostrar o contraste entre a generalidade dos conceitos ordinários e a limitação dos conceitos especializados pode ser usada para ilustrar algo que essas linguagens compartilham. Segundo Ryle, essa similaridade poderia ser expressa da seguinte forma:

O especialista que usa os termos técnicos de *bridge*⁷, lei, química ou encanamento, aprende a empregar esses termos parcialmente de instruções oficiais, mas largamente diretamente engajado nas técnicas específicas, diretamente tratando dos específicos materiais e objetos de sua especialidade. Ele familiariza-se com a sela tendo que cavalgar seu (para nós estranho) cavalo (1953, p. 182).

E, logo em seguida, Ryle acrescenta: “Nós aprendemos na dura escola do dia-dia da vida como empregar o verbo ‘saber’; e nós aprendemos no tabuleiro de *Bridge* como empregar o verbo ‘revoke’” (1953, p. 183). A primeira afirmação, embora reitere o aspecto particular dos termos especializados, ilustra o sentido em que o termo ‘disciplina’ é determinante, pois, suas regras de uso são fixadas a partir dos propósitos, do objeto visado e das técnicas específicas que acompanham seu uso. Assim, tanto o quadro ordinário quanto os quadros técnicos, em sua maioria, teriam em comum a característica de serem aprendidos em contextos particulares, em virtude dos quais suas regras não podem ser mudadas conforme bel prazer; logo, se decidimos arbitrariamente forçar o uso de um

⁷ O termo ‘*bridge*’ se refere aqui ao jogo de cartas *Bridge*.

desses termos a nosso favor, então somos corrigidos e coagidos a respeitar suas regras de uso – deixe-nos chamar essa característica pertinente ao uso de certos termos ou quadros linguísticos de ‘*disciplina geral*’. Em suma, as regras de uso, tanto dos termos técnicos como dos termos ordinários, surgem justamente em conformidade com o propósito específico, o objeto – esse termo deve ser tomado em um amplo sentido, pois, pode ser duvidoso que noções como ‘se... ..então’ venham a ter objeto a designar – e suas específicas situações de uso; elementos compartilhados por todas essas linguagens, os quais delimitam as regras de uso das expressões linguísticas. Porém, concernente ao vocabulário filosófico tradicional – como o vocabulário técnico que compõe os vários sistemas metafísicos da história da filosofia – parece, como diz Ryle, que “não há nada que os faça apontar para o norte antes do que para noroeste” (1953, p. 183). Parece não haver meio específico no qual tais termos ganham vida, exceto o filosofar em si. Assim, Ryle reitera, “esses [termos específicos da filosofia] podem se comportar do modo que nós desejarmos, o que significa que eles não adquiriram disciplina qualquer”, em parte, esse é o motivo pelo qual o termo ‘metafísica’ veio a ser sinônimo a ‘desarranjo de linguagem’ (*Idem*).

Concluindo, tivemos o contraste entre o quadro ordinário e os quadros das disciplinas especializadas, o qual revelou a necessidade do domínio do primeiro tipo de linguagem como possibilidade para aquisição do segundo tipo de linguagem. Tal necessidade se seguiu de aspectos práticos e teóricos que devem estar presentes como possibilidade de aprendizagem de linguagens especializadas; tais análises também revelaram a maior generalidade do esquema conceitual ordinário. Na sequência, foi também destacado certo aspecto compartilhado entre a linguagem ordinária e grande parte das linguagens especializadas, o qual nós denominamos de disciplina geral. A noção de disciplina geral acabou por destacar do corpo dessas linguagens a linguagem especializada do filósofo. Contudo, ainda nos restam duas perguntas: a) não haveria alguma outra espécie de linguagem que atendesse ao caráter de generalidade e que, ao mesmo tempo, apresentasse clareza e precisão, tal como as linguagens especializadas? E, b) uma vez que o vocabulário filosófico não apresenta a disciplina geral, a qual confere legitimidade aos conceitos dos mais variados tipos, ainda haveria a possibilidade de levar em frente um projeto metafísico e, logo, um questionamento sobre ontologia? Não deveríamos seguir Wittgenstein o qual afirma que “sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar” (2007, p. 138)? Ambas as questões exigem respostas, porém, a segunda contém um especial interesse para que nosso

trabalho tenha validade científica e não possa ser acusado de meros devaneios de linguagem.

1.1.2 Linguagem Ordinária VS Linguagem Formal: Clarificação ou Substituição

No final da sessão precedente, acabamos com duas questões, neste momento é hora de nos confrontarmos com a primeira delas, a saber: haveria alguma outra forma de linguagem que atenda pelo menos ao caráter de generalidade e, sendo clara e precisa, venha a concorrer com a linguagem ordinária enquanto meio adequado para filosofar? Ao avaliar nosso candidato, talvez tenhamos alguma luz sobre nossa segunda pergunta.

O candidato efetivamente existe e tem sido de tão grande – ou maior – atratividade quanto a linguagem ordinária. Esse é a linguagem formal que constitui os sistemas lógicos formais. Segundo Strawson, no tocante ao projeto de análise conceitual haveriam, a parte da filosofia da linguagem ordinária, dois projetos que, historicamente, tomaram a linguagem formal como apropriada para propósitos filosóficos, a saber: o projeto de “Análise Clássica” e o de “Reconstrução Racional” (1992a, p. 312-313) . O primeiro projeto seria marcado pela noção de *tradução*, enquanto o segundo, pela noção de *substituição* – filósofos partidários do primeiro grupo seriam Bertrand Russell e o primeiro Wittgenstein; filósofos partidários do segundo grupo seriam Carnap, Quine e Bergmann, por exemplo. O projeto de Análise Clássica teria o intuito de produzir paráfrases cuja forma lógica geral de suas sentenças possibilitaria a tradução de qualquer enunciado proposicional ordinário, livrando nossos enunciados ordinários de toda a obscuridade que lhe é peculiar; cabe lembrar que, para o projeto de Análise Clássica, a linguagem ordinária não é algo espúrio ou errado, no sentido lógico ou metafísico, se não que obscurece seu real significado⁸. Contudo, segundo Strawson, “alguém só poderia conseguir uma tradução sacrificando todo ou parte do significado de uma expressão que se estava tentando analisar” e, apoiado nessa razão somente, rechaça tal método como suprimindo os pressupostos suficientes para análise conceitual (1992a, p. 313). Por essa razão, embora o projeto de Análise Clássica tenha sido decisivo para avanços em lógica e filosofia da matemática, mostrou-se ineficaz nas análises de temas de outras áreas da filosofia, tal como ressaltou Urmson (1992). Igualmente ao projeto clássico de análise, o projeto de Reconstrução Racional toma a linguagem formal como meio adequado para filosofar.

⁸ Para uma discussão geral sobre o tema ver URMSON, J. O., ‘The History of Philosophical Analysis’ em RORTY (1992).

Porém, diferente do primeiro, o projeto de reconstrução racional rejeita a premissa segundo a qual a linguagem ordinária seja, em algum sentido, logicamente ou metafisicamente adequada. Assim, empenha-se na construção de um sistema formal que explicitamente demonstre clareza e generalidade, de modo a lançar luz sobre nossos conceitos ordinários. Como veremos, Strawson rejeita a possibilidade de substituição de nossa linguagem ordinária por qualquer forma de linguagem ideal, pois, tal intento consistiria numa forma de metafísica revisionista a qual, em última instância, apóia-se em nosso esquema conceitual ordinário⁹.

Antes de tudo, manter em mente as questões que nos propomos a responder nos leva a uma possível objeção inicial, a qual, se verdadeira, nos livraria do encargo de nos ocupar com qualquer discussão relacionada com projeto formalista de reconstrução. A objeção torna-se simples de compreender levando em consideração o que já foi exposto, e podemos formulá-la da seguinte maneira: no tratamento de nosso tema anterior – sobre linguagens específicas – mostrando o que linguagem ordinária teria em comum com as linguagens das disciplinas especializadas, diferenciamos ambas da linguagem específica do filósofo aludindo que a última careceria do que foi chamado de disciplina geral. Neste momento, podemos nos lembrar que a disciplina da lógica surgiu e sempre fez parte, ainda que não totalmente, da disciplina da filosofia; agora, estaria a linguagem formal dos lógicos ao mesmo nível das linguagens que constituem os vários sistemas metafísicos clássicos da história da filosofia e assim sendo ela também uma linguagem sem disciplina geral? Neste caso, como bem ressalva Ryle, os termos da lógica formal consistem numa exceção, pois, esses sempre tiveram seu alvo bem definido, a saber, a “forma geral de nossos raciocínios e os elementos gerais que compõe os mesmos” (1953, p. 182). Esse ponto coloca o filósofo da linguagem ordinária em certa desvantagem, pois, tal como frisa Strawson, os filósofos formalistas “sabem em vantagem exatamente que tipo de coisa eles estão fazendo com tal aparato, pois, [...] o sistema da lógica elementar em si, que prove a forma geral do sistema como um todo, pode ser considerado como a reconstrução do conjunto de conceitos expresso pelas constantes lógicas do dia-dia” (1963, p. 502). Assim, sendo espúria nossa objeção ao projeto de Reconstrução Racional, todavia serve para frisar um importante aspecto, a saber: ao contrário do filósofo da linguagem ordinária, o filósofo formalista

⁹ A noção de ‘Metafísica Revisionista’ como oposta a noção de ‘Metafísica Descritiva’ é introduzida por Strawson em *Individuals* (1979). Tal distinção consiste no intento de substituir nosso esquema conceitual por outro, putativamente melhor, como oposto ao intento de apenas descrever nosso atual esquema conceitual com vistas a elucidá-lo, respectivamente.

dispõe de uma metalinguagem adequada para seus propósitos de análise, o que não parece ser o caso dos primeiros.

1.1.2.1 **Reconstrução Racional: Interpretação Extrema**

No texto *Carnap's views on constructed Systems Versus Natural Languages in Analytic Philosophy* Strawson se defronta com o programa de reconstrução de Carnap. Acerca desse projeto, seriam possíveis duas formas de interpretação: uma, segundo a qual problemas filosóficos seriam resolvidos; e outra, segundo a qual esses problemas seriam dissolvidos. Segundo Strawson, a opção por tal método poderia ser definida nos seguintes termos: “Seguir tal método é construir um sistema formal, que usa, geralmente, o aparato ordinário da lógica moderna e no qual os conceitos formadores do assunto de ocupação do sistema são introduzidos por meio de axiomas e definições” (1963, p. 502). O problema consiste em entender qual a função desse sistema formal e de que modo ele relaciona-se com o sistema informal ordinário que dispomos, a fim de que *clarificação* venha ser alcançada. Chamaremos as duas formas de interpretação acima mencionadas de *reconciliadora* e *extremista*, respectivamente.

A extremista compreenderia clarificação como a substituição de nossos conceitos ordinários por conceitos científicos os quais manteriam relações claras definidas no sistema formal; assim, nesse contexto, a clarificação de problemas filosóficos vem a ser equivalente à dissolução desses problemas. Para Carnap, os “conceitos de um sistema formal” deveriam ser *exatos* e *frutíferos* de modo a servir para visada substituição. Conceitos exatos seriam aqueles cujas “regras de uso do conceito devem ser tais para dar-lhe um lugar claro em um ‘bem-conectado sistema de conceitos científicos’”; conceitos frutíferos “devem ser úteis na formulação de muitos teoremas lógicos ou leis científicas” (STRAWSON, 1963, p. 503). Contudo, mesmo esse modo de compreender o projeto de reconstrução teria a possibilidade de uma interpretação mais severa e outra mais branda. Sua versão mais severa concebe a substituição de qualquer conceito ordinário por um conceito científico – exato e frutífero – de modo que os últimos venham a cumprir os mesmos propósitos dos primeiros. A objeção a essa interpretação mais severa do projeto de reconstrução racional consiste em lembrar o que foi dito acerca da noção de disciplina geral. Pensar a noção de substituição nesses termos implicaria negar aspectos vitais que compõe o significado de um termo linguístico. Pois, os conceitos científicos os quais tem sua entrada em nosso discurso com propósitos específicos não poderiam, sem severas mudanças em seus significados, cumprir os mesmo propósitos dos conceitos ordinários os

quais têm um campo de atuação muito mais vasto em nossos propósitos do dia-dia. Segundo Strawson “no caso de muitos conceitos filosoficamente problemáticos, realmente, é difícil saber em que direção procurar um conceito cientificamente satisfatório que mantenha a requerida relação de correspondência ou similaridade” (1963, p. 505). A versão mais branda de compreender essa tese seria a substituição de conceitos ordinários por conceitos científicos somente para propósitos científicos. Contudo, a estratégia seria igualmente ineficaz no que concerne ao objetivo de clarificação filosófica, uma vez que nisso consiste exatamente o processo de criação de teorias científicas para o trato específico de seus específicos objetivos e objetos de estudo; e, a menos que a proposta seja tomada com uma forma de redução da filosofia às ciências empíricas, ainda permaneceria a tarefa do filósofo. Assim, insistir que esse procedimento tenha resultado no intento de análise de conceitos filosoficamente problemáticos, segundo Strawson, seria “como oferecer um livro sobre Fisiologia para alguém que diz desejar ter entendido do funcionamento do coração humano” (1963, p.504).

1.1.2.2 Posição Reconciliadora: Contemplação de Sistemas Formais

Resta-nos, ainda, avaliar a interpretação reconciliadora do projeto de reconstrução racional. Na interpretação reconciliadora, a construção de sistemas formais vem a ser um *objeto de contemplação*. Segundo Strawson, “[...] não é mais uma questão de substituir um conceito obscuro usado para um propósito (não científico) por um conceito claro, ainda que relacionado, usado para um propósito diferente (científico)” (1963, p. 510). Neste momento, deveremos considerar a possibilidade da contemplação de um sistema formal, onde “o claro modo de funcionamento dos conceitos construídos deve jogar luz sobre problemas e dificuldades enraizadas no obscuro modo de funcionamento dos conceitos ordinários [unconstructed]” (1963, p. 512). O sistema, segundo Strawson, teria duas características, a saber:

[...] primeiro, é intrinsecamente claro que seus conceitos chaves estão relacionados de modo preciso e determinado, enquanto, por hipótese, os conceitos ordinários a serem clarificados não têm esse modo preciso e determinado um com o outro e com outros conceitos ordinários em termos dos quais procuramos explicá-los; e, segundo, pelo menos alguns de seus conceitos chaves do sistema estão, em um importante respeito, relacionados aos ordinários conceitos que devem ser clarificados. (1963, p. 510)

Contudo, se um sistema formal pretende ser compreendido, então ele necessita de algum ponto de contato com os conceitos que nós já temos domínio, sendo isso de geral aceitação. Além disso, se for pretendida, com a contemplação do sistema, a elucidação de

problemas filosóficos enraizados em nosso uso ordinário da linguagem, “[...] não é suficiente, ainda que seja necessário, que a interpretação das expressões linguísticas de sua teoria deva ser determinada”. A fim de que a construção do sistema tenha efeito sobre os problemas filosóficos, é necessário que sejam feitos pontos de contatos, através de observações extra-sistemáticas, com cada conceito filosoficamente problemático, ou seja, “o modo em que cada conceito teórico está conectado ou afastado dos conceitos ordinários deve ser plenamente mostrado” (STRAWSON, 1963, p. 512)¹⁰. No entanto, a conexão dos conceitos teóricos com os conceitos ordinários filosoficamente problemáticos pressupõe, em si, o conhecimento do modo como os últimos se relacionam; assim, mesmo a construção de um sistema formal, segundo nossa interpretação reconciliadora, pressuporia a tarefa do filósofo da linguagem ordinária. Não obstante, haveria uma ressalva a ser feita, pois, segundo Strawson, se consideramos o vasto campo de atuação de nossos termos ordinários, “a utilidade geral dos sistemas de conceitos construídos como objeto de comparação com os conceitos ordinários (unconstructed) nos quais nossos problemas estão enraizados é necessariamente limitada” (*Idem*). Contudo, essa ressalva não deveria ser levada em conta somente por um projeto formalista, mas por qualquer projeto de análise da linguagem em geral. Pois, “um exame analítico de certa área do pensamento humano pode, e deve tomar uma grande parcela como garantida” (STRAWSON, 1992a, p. 318). A insuficiência do procedimento de análise é o que levou Strawson ao projeto da Metafísica Descritiva, o qual teria por objetivo uma elucidação muito mais abrangente de nosso esquema conceitual.

Outra razão pela qual o projeto de Reconstrução Racional, entendido como substituição de nossos conceitos ordinários irregulares e obscuros por um sistema de linguagem formal, tenha sido rejeitado por Strawson consiste no fato de que os últimos não seriam pragmaticamente equivalentes aos primeiros para o cumprimento da vasta gama de propósitos em nossa vida ordinária, de modo que muitas das coisas que facilmente comunicamos com o uso da linguagem ordinária talvez fossem possíveis de comunicar somente com o sacrifício de parte de nossa *realidade* conceitual. Concernente à interpretação reconciliadora do projeto de Reconstrução Racional, somente surgiriam objeções se ele pretendesse ser desenvolvido sem o auxílio do trabalho do filósofo da linguagem ordinária. Não obstante, a interpretação reconciliadora também serve para

¹⁰ Esse argumento também consistiria numa objeção a Bergmann o qual pensava que somente “explicação do senso comum” para introdução de um conceito filosófico seria suficiente para justificar sua legitimidade (1960, p., 607).

mostrar o caráter metalinguístico necessariamente envolvido nesse processo, pois, caso não houvesse o uso de uma linguagem específica para as descrições das inter-relações de nossos conceitos filosoficamente problemáticos, também haveria grande risco de confundir nossa fala sobre as coisas com nossa fala sobre nossa fala sobre as coisas. As limitações do projeto em sua segunda forma são de dois tipos: primeiro, ainda que o projeto de reconstrução tomado em sua forma reconciliadora pressuponha o trabalho do filósofo da linguagem ordinária, – ou seja, as descrições de nosso atual uso do aparato conceitual – contudo, seu efeito de clarificação sobre nossos conceitos ordinários é limitado, tal como é limitado qualquer intento de análise, uma vez que neste processo sempre já está implicada a própria estrutura conceitual que buscamos clarificar. E, segundo, o aspecto extremamente abstrato peculiar do aparato da lógica moderna suprimindo o conteúdo proposicional acabaria por suprimir aspectos da proposição – como seu aspecto de concordância e discordância categorial – que são essenciais no tratamento de questão metafísicas.

Objecções aparte, nossas análises mostraram que o formalista estaria munido de algo valioso, até então não vislumbrado no método descritivo do filósofo da linguagem ordinária, a saber, uma metalinguagem com fidedigna disciplina geral a qual possa também servir para o trato dos problemas metafísicos de nosso interesse. Assim, o meio pelo qual seria possível a formulação de questões metafísicas ainda consistiria num problema a ser tratado, pois, sendo a linguagem ordinária o limite para Strawson e considerando que ordinariamente a pergunta ‘O que há?’ dificilmente teria o sentido geral filosoficamente requerido, tais questões ainda não poderiam ser incorporadas como legítimos objetos de análises filosóficas.

1.1.2.3. Uso da Linguagem Ordinária e os Problemas Filosóficos: Semelhanças entre Naturalistas e Construcionistas

Antes de dar início à investigação acerca dos tipos de metalinguagens que possibilitariam uma reflexão metafísica, seria razoável dar uma caracterização geral da natureza dos problemas filosóficos que são levados em consideração por Strawson. Seria proveitoso realizar tal tarefa colocando em relevo as similaridades pertinentes aos programas de Reconstrução Racional e Descrição da Linguagem ordinária, pois estas também poderão nos conduzir a uma caracterização mais clara da Metafísica Descritiva strawsoniana.

Em termos gerais, Carnap e Strawson aceitariam que problemas filosóficos formulados a partir do uso espúrio de nossos termos ordinários são pseudo-problemas, ou seja, ambos,

nesse sentido, seriam filósofos linguísticos, pois disporiam de um método por meio do qual dissolveriam pseudo-problemas. Ambos também concordariam que filosofia deve ser concebida não apenas de uma forma negativa – como uma terapia conceitual – mas também deve ter uma função positiva. Em outros termos, ambos concordariam que, além dos problemas oriundos do uso desordenado da linguagem ordinária, – quer consciente ou inconsciente – existem também problemas que surgem em consonância com o respeito de suas regras gerais de uso. E, logo, ambos também concordariam que essa modalidade de problemas filosóficos, que chamaremos positivos, também teria sua origem na linguagem ordinária do dia-dia. E, por fim, ambos parecem estar de acordo que manter a atenção às regras de uso de um termo linguístico é suficiente, em certa medida, para sanar perplexidades filosóficas. Dado as similaridades, logo os adeptos aos dois programas tomam caminhos distintos. Vamos, então, às diferenças de cada um no que concerne à natureza dos problemas filosóficos positivos.

Para Carnap, os problemas filosóficos, excetuando aqueles oriundos de mau uso da linguagem, seriam fruto da impropriedade da linguagem ordinária para certos propósitos, uma vez que esta consiste em algo muito bruto e irregular. A clareza requerida pelo filósofo, segundo Carnap, deve ser “aquí entendida em um sentido mais estrito do que em linguagem ordinária; este sentido não requer a habilidade de dar definições, mas requer que seu uso não conduza a paradoxos lógicos” (1963, p. 934). Aqui, Carnap parece mais próximo do projeto de reconstrução como substituição, onde qualquer problema filosófico seria dissolvido. Para Strawson, de outro lado, os problemas filosóficos que surgem em conjunção com o uso normal de um termo ordinário não seriam algo a ser dissolvido, mas uma obscuridade teórica a qual não teria qualquer implicação negativa no âmbito prático. Desse modo Strawson afirma que

[...] alguém pode, sem sentir qualquer tentação particular a enganosas assimilações, simplesmente estar consciente que não entende claramente como alguns tipos de expressões funcionam, em comparação com outras. Ou tendo notado, ou tendo alguém dado atenção, a certa característica lógico-lingüística aparecendo em uma área particular do discurso, alguém pode desejar descobrir quão extenso é o campo de atuação desta característica, e quais outras comparáveis características podem ser achadas (1992a, p. 318).

Assim, enquanto nossa linguagem ordinária satisfaz perfeitamente nossos propósitos práticos, ela coloca certos obstáculos teóricos, os quais devem ser o objeto de trabalho do filósofo. Seriam incomensuráveis as duas posições? Se Carnap estivesse preocupado com os propósitos especializados das ciências e Strawson preocupado com os conceitos mais gerais de nosso pensamento ordinário, então poderíamos afirmar que ambos os projetos

não são de todo conflitantes. Tal interpretação parece plausível, se levamos em consideração alguns dos exemplos dado por Carnap, segundo ele: “[...] uma linguagem natural é como um canivete rudimentar e primitivo, muito útil para centenas de diferentes propósitos. Mas, para específicos propósitos, ferramentas especiais são mais eficientes, por exemplo, talhadeiras, máquinas de corte, e, finalmente, o micrótomo” (1963, p. 937). De outro lado, as questões que deveriam ocupar o filósofo, segundo Strawson, “[...] são problemas, dificuldades e questões sobre conceitos que nós usamos em vários campos, e não problemas, dificuldades e questões que surgem *dentro* dos campos de seu uso” (1992a, p. 316) (grifos do autor).

Outra similaridade entre ambos os projetos filosóficos consiste na importância dada às regras de uso das expressões linguísticas. Segundo Carnap “o sistema de regras para as expressões linguísticas do quadro proposicional é suficiente para introdução do quadro e [...] as explicações teóricas para questões filosóficas são desnecessárias, pois, se corretas, elas seguem-se das regras” (1992a, p. 76). Porém, diferente de Strawson, Carnap refere-se ao quadro proposicional formal, o qual seria composto por conceitos exatos e frutíferos introduzidos com propósitos específicos. De outro lado, Strawson manteria que as elucidações de questões filosóficas se seguem das regras de uso das expressões linguísticas de nosso quadro de proposições ordinário. No entanto, como já foi visto, o quadro de linguagem ordinária é aprendido de forma puramente prática, ou seja, sem o auxílio de explicações teóricas explícitas de seu uso. Assim, ao contrário do quadro formal de proposições, o qual dispensa explicações teóricas, o quadro de proposições ordinárias carece de explicações teóricas explícitas.

Concernente às expressões linguísticas, por meio das quais introduzimos proposições nos quadros de linguagens, pode ser notado outro aspecto em comum entre ambos os filósofos. Assim, elas poderiam ser divididas em dois tipos: algumas delas introduziriam proposições internas ao quadro – seguindo a nomenclatura de Carnap –; outras introduziriam proposições externas ao quadro. As proposições do primeiro tipo são aquelas cujos valores de verdade são dados à luz da experiência ou se seguem de regras de inferência. As proposições do segundo tipo, segundo Carnap, “não são levantadas nem pelos homens das ruas nem pelos cientistas, mas somente pelo filósofo” (1992a, p. 73). Seriam proposições muito gerais, tais como ‘Existem objetos materiais’, ‘Números não ocupam espaço’, ‘Espaço e tempos são características essenciais de objetos físicos’ etc. A diferença entre os dois tipos de proposições é que as do segundo tipo não podem ser confirmadas à luz da experiência. Assim, Carnap rejeita o status de proposições a esses

enunciados afirmando que “a única questão externa pertinente ao quadro proposicional seria prática, concerne a sua adoção ou rejeição”, enquanto somente faria sentido questionar teoricamente as proposições internas do quadro (*Ibid.*, p., 73-74). Para Strawson, como veremos mais detalhadamente em 1.2.2., ambos os tipos de enunciados introduziriam proposições fidedignas, embora elas sejam confirmáveis de forma distinta. Como podemos ver, a análise de tais questões para nosso trabalho são de profunda relevância para as investigações que nos ocuparemos, pois, o segundo tipo de proposições ou pseudo-proposições são exatamente aquelas por meio das quais tanto formularíamos nossas questões metafísicas como também suas respostas.

Neste momento temos em mãos as seguintes peças de nosso quebra-cabeça: de um lado, o papel que cumpre o processo de descrição da linguagem ordinária no *tratamento* de pseudo-questões filosóficas, de outro, o papel da descrição da linguagem ordinária no que concerne às regras de uso no processo de elucidação de uma questão filosófica. Logo em seguida, a distinção entre dois tipos de linguagens, uma que teria o caráter mais empírico, a outra, um caráter mais abstrato e que tem sido de uso peculiar dos filósofos na formulação e respostas de suas questões. Como vemos, temos tipos variados de linguagens e metalinguagens e suas funções no desenvolvimento do projeto de Strawson. Devemos dar uma caracterização destes tipos de linguagens, sobretudo do tipo de linguagem do filósofo, pois, se queremos responder uma questão ontológica, precisamos poder formular tal questão. Porém, antes de passarmos ao tratamento dessas questões, devemos fazer um último ponto caracterizador da linguagem ordinária presente no tratamento de Strawson, tal ponto é importante, pois justamente realça algo na relação entre linguagem e mundo.

1.1.2.4. Naturalismo Lingüístico: Linguagem Ordinária como Único Meio Seguro para Filosofia

Há uma importante diferença – claramente notada por Carnap em *P. F. Strawson on Linguistic Naturalism* – acerca da concepção de linguagem de ambos esses dois grupos de filósofos. Segundo Carnap, Strawson parece manter a posição segundo a qual linguagem ordinária seria algo intransponível, de tal forma que quaisquer ulteriores formas de “linguagens construídas não seriam autônomas, mas essencialmente parasitárias da linguagem natural” (1963, p. 937). Essa concepção seria proveniente das crenças de que *i*) qualquer linguagem construída somente poderia ser aprendida se traduzida por meio da linguagem ordinária; e *ii*) da crença na possibilidade de uma estrita delimitação entre os diversos quadros de linguagens. No tocante ao fator da aquisição de linguagem, ainda que

muitas vezes seja conveniente aprender uma segunda linguagem por tradução, contudo seria sempre possível a aprendizagem de uma linguagem de forma prática, sem o auxílio da língua materna, tal como aconteceria quando aprendemos uma língua pelo método Berlitz (CARNAP, 1963). Quanto à possibilidade de uma distinção entre quadros de linguagens, segundo Carnap, não seria possível nenhuma precisa demarcação, ocorrendo em troca uma transição, onde “o processo de aquisição de conhecimento começa com o conhecimento do senso comum; porém, gradualmente o método vem a ser mais refinado e sistemático, e deste modo mais científico” (1963, p. 933).

Nos tópicos precedentes foram expostas razões em suporte ao argumento de aquisição de linguagem, as quais, talvez, ainda tivessem efeito contra as objeções *i)* de Carnap. Porém, contra as objeções *ii)* seria suficiente perguntar: em que sentido Carnap sugere que as pseudo-proposições externas ao quadro lingüístico venham a ser meras questões práticas concernentes a escolha de um ou outro quadro conceitual, se não podemos identificar o que seria um e o que seria outro?

Contudo, mesmo se o argumento da aquisição de linguagem não for bom, ainda haveria outra razão pela qual a linguagem ordinária consistiria no meio adequado para filosofar e, sobretudo, fazer metafísica. Pois, mesmo se fôssemos capazes de aprender qualquer segunda linguagem de forma prática, devemos notar que a estrutura lógica dos quadros conceituais especializados é deliberadamente construída, por assim dizer. Porém, se essa construção não se dá ao acaso, então ela só é possível porque nós dispomos de um quadro conceitual com o qual podemos pensá-las. De outro lado, nossa linguagem ordinária adquire sua estrutura em situações práticas, ou seja, em uma relação causal de uma pessoa situada no mundo com a necessidade de comunicar-se acerca dele com outra pessoa, e o caráter intersubjetivo da linguagem sugere, pelo menos, que o mundo acerca do qual falamos é o mesmo para ambos¹¹. De outro modo, a gramática de uma linguagem especializada ganha vida sob o fundo da nossa linguagem ordinária; em outras palavras, sua gramática – aqui o termo deve ser entendido o mais amplamente possível – seria anterior à prática, não surgindo naturalmente em meio às relações causais entre um falante, os objetos de referência e os obstáculos contextuais que se colocam para o sucesso na comunicação. Assim, se a linguagem ordinária se assemelha mais a um organismo se adaptando às circunstâncias físicas, a fim de atingir seus propósitos, então, sua descrição

¹¹ O ponto aqui não consiste em ‘o mundo ser o mesmo porque nós nos entendemos’, mas ‘nós nos entendemos porque o mundo é o mesmo’. A frase não passa de um aforismo, porém ela consiste em uma forma compacta de expressar o argumento ontológico de Strawson o qual será desdobrado no Capítulo III.

seria também um meio seguro para falar do mundo no sentido que uma investigação metafísica requer. Essa ‘segurança’ advém da não arbitrariedade de sua estrutura lógico-linguística. Nesse sentido, Strawson afirma que: “O atual uso das expressões linguísticas permanece seu único essencial ponto de contato com a realidade; pois esse é o único ponto do qual o atual modo de operação dos conceitos pode ser observado” (1963, p. 517). Esse aspecto naturalista da linguagem ordinária também nos possibilita entender os vários ramos que constituem uma tarefa metafísica, segundo Strawson. Assim, além dos ramos da terapia conceitual e da descrição das características lógico-linguísticas de nosso operar conceitual, as quais teriam seu poder de análise limitado, haveria ainda: *a*) a “[...] tentativa de mostrar a fundação de nosso aparato lógico-conceitual no modo em que as coisas são no mundo e em nossa própria natureza”; e *b*) a tentativa de mostrar quais conceitos seriam mais essenciais no processo de lidar como nossa realidade tal como ela é (1992a, p. 317). Segundo Strawson, as proposições exemplificando *a*) frequentemente tomariam a seguinte forma: “Nos parece extremamente provável, na presente circunstância, que nossa linguagem pode se adaptar em si de tal e tal modo para tais e tais modificações no modo em que as coisas são” (1992a, p. 323). Porém, realizar *b*) consistiria em imaginar situações nas quais seríamos obrigados a operar por meio do uso de uma linguagem artificial onde ficaríamos privados de atividades linguísticas essenciais, as quais dispomos em nosso aparato ordinário, com fins de constatarmos quais aspectos de nossa compreensão da realidade seriam perdidos. Segundo Strawson, “algumas metafísicas são melhor e mais caridosamente vistas como atividades consistindo, em parte, em exercícios deste tipo” (1992a, p. 318). Nenhuma dos ramos poderia tomar um lugar privilegiado, pois todos se ocupam de um aspecto importante no trato da linguagem. Porém, pelo menos dois deles pressupõe o aspecto naturalista da linguagem para que possam cumprir pretendidos objetivos.

1.2. Falar Sobre a Fala: Linguagem Ordinária e Metalinguagens

No sub-Capítulo precedente, ocupamo-nos com as razões pelas quais Strawson concebe a linguagem ordinária como meio mais adequado para trato de questões filosóficas. Suas análises nos deixaram com o impasse acerca da possibilidade da formulação e trato de problemas de caráter metafísico, pois, não seria lícito, sem severas limitações, fazer uso da linguagem especializada da metafísica tradicional. Não obstante, há grandes incentivos da parte de Strawson para pensarmos que as possibilidades de encontrar formas de metalinguagens adequadas sejam reais, mesmo em nossa linguagem ordinária. Do

contrário, a inexistência de metalinguagens adequadas para propósitos metafísicos entraria em conflito com duas das tarefas distinguidas pelo filósofo, a saber, a fundação de nosso aparato conceitual e o caráter básico de certos conceitos para a compreensão da realidade.

Apresentaremos três formas de metalinguagens, a saber, *a)* enunciados de fatos linguísticos; *b)* metalinguagem geral natural; e *c)* linguagem técnica do filósofo. Será mostrado que os dois primeiros tipos são naturais, no sentido em que ambos são naturalmente encontrados no discurso ordinário, e que, embora o último tipo não seja naturalmente encontrado no discurso ordinário, sua razão de ser mantém uma conexão com as formas naturais de uso da linguagem.

1.2.2. Enunciados de Fatos da Linguagem

Entre as expressões linguísticas pertencentes ao nosso quadro ordinário empírico que usamos para introduzir proposições em nosso universo do discurso, existem aquelas que são usadas para referir às próprias proposições de nosso quadro ordinário. Segundo Strawson, “nós comumente usamos um grande campo de expressões substanciais que podem ocorrer como sujeito gramatical de tais predicados como ‘é verdadeiro’, ‘é compatível com isso e isso’ etc.” (1963, p. 509). Do ponto de vista da referência, do fato que nós, naturalmente, dispusemos de expressões para referir a tais particulares que possam ser objeto de predicados como ‘é verdade’, ‘é compatível com isso e isso’, segue-se que deve haver tais particulares a que comumente nos referimos. Do ponto de vista predicativo, do fato que tais expressões como ‘é verdade’, ‘é incompatível com isso e isso’ etc. pertençam ao vocabulário das pessoas de pensamento menos elaborado e possam ser usadas como predicados de particulares do tipo anterior, segue-se a mesma conclusão anterior. Frisar a existência deste tipo de expressões – que consistem metalinguagens naturais – também pode servir para que notemos que anterior ao quadro rígido de proposições científicas e suas regras explícitas por meio das quais o introduzimos, há um quadro de proposições também regido por regularidades lógicas, ainda que bastante variadas, e que, em seu uso, apresentam também certas regularidades pouco notadas, em virtude da grande variedade de funções e circunstância às quais nossa linguagem ordinária se adequa.

Uma vez assumido que a descrição das regras de uso é o caminho que, de um lado, poderá nos levar a corrigir paradoxos e perplexidades oriundas do desrespeito das regras de uso de uma expressão linguística, de outro, à clarificação das características lógicas concernentes a certo uso da linguagem, deveremos notar, também, dessa metalinguagem

natural e essencial para o cumprimento do método. Essas expressões consistem naquelas usadas por nós, muitas vezes, para corrigir uma criança ou estrangeiros no uso da linguagem; consistem naquelas expressões que são usadas para nos referirmos a nossa “realidade conceitual” (STRAWSON, 1992a). Ou seja, expressões usadas para referirmo-nos ao nosso habitual uso da linguagem, fatos esses por meio dos quais somos capazes de contrastar com nosso uso de um conceito, a fim de que possamos corrigir algum mal uso de nossa parte – ou alertar a outro. Fazendo referência a tais fatos também consiste no único meio pelo qual somos capazes de notar certas características lógicas em nosso operar conceitual. Essas expressões são tais como ‘A referência que tu fizeste’, ‘O que disseste sobre tal e tal’, ‘Tal expressão não é usada pra dizer tal e tal’ etc.

Este aspecto do método ainda se situa dentro da prática filosófica comumente denominada de análise pelo autor¹² – no sentido de não ser equivalente, em generalidade, com sua noção de Metafísica Descritiva. A referência a fatos da linguagem consiste no critério pelo qual poderíamos confirmar nossa análise, seja ela concebida como terapêutica, ou mesmo de forma mais positiva, na tentativa de clarear a atuação, por assim dizer, de uma característica lógica inerente à determinada prática lingüística. Uma possível objeção concernente a esse ponto refere-se à passagem que há entre um específico termo sendo mal usado e sua correção. É afirmado que nós corrigimos o mau uso de um termo fazendo referência a um fato acerca de nossa realidade conceitual e contrastando o uso espúrio em questão com o fato, sendo assim capaz de corrigir o distúrbio – aqui o modo de confirmação da análise positiva assume a mesma forma, uma vez que temos a análise explícita do uso de um termo confirmada quando conseguimos clarificar as relações lógicas ainda obscuras num determinado uso. De um lado, temos um suposto uso espúrio particular de um termo e, de outro, a referência a um fato particular acerca de um uso específico da linguagem ordinária. Porém, não seria necessário algo como uma exaustiva descrição sobre os usos da linguagem em geral, para que, ulteriormente, pudéssemos corrigir o suposto uso espúrio em questão, a partir de uma regra de uso – esta sendo geral? Em uma palavra, o problema é como podemos induzir de um fato particular uma regra que nos possa permitir julgar outro fato particular. Neste aspecto, Strawson responde que o determinante no tocante à análise, além da referência ao fato de confirmação, é “nossa própria íntima familiaridade¹³ com a linguagem que nós estamos estudando” (1992b, p. 323), de tal forma que o decisivo é algo como um sentimento por parte de cada falante da

¹² Cf. STRAWSON, 1992a, p. 318.

¹³ O termo aqui no original é ‘acquaintance’.

linguagem e o consenso da comunidade de falantes. Essa resposta também pode nos espelhar dois aspectos do espírito de Strawson: um é seu apelo ao naturalismo, no qual nada necessita ser modificado ou mesmo assegurado, senão apenas entendido; outro é a insuficiência do procedimento de análise como método, uma vez que sempre temos de tomar mais por garantido do que é elucidado pela análise— carecendo, assim, de uma estratégia mais ampla.

1.2.3. Predicados Categóricos: Metalinguagem Geral Natural

Proposições filosóficas são também denominadas de proposições categoriais. Essas são, em termos gerais, proposições que afirmam uma relação, pretensamente necessária, entre classes de itens ou entre um item e uma propriedade lógica, como por exemplo: verdade, existência – aqui lógica é tomada num sentido amplo, no qual compreender uma noção implica compreendê-la sob certa outra noção, assim o uso ordinário do termo ‘existe’ estaria atrelado à referência a itens que, normalmente, concebemos sob a categoria de particulares espaços-temporais. De tal forma que domina a atenção de filósofos a elucidação ou a explicação de proposições, como: ‘O que percebemos é algo material’, ‘Objetos materiais são ocupantes de espaço’, ‘O que existe no mundo tem a qualidade de ser espaço-temporal’; e, de outro lado: ‘Coisas abstratas não são ocupantes de espaço’, ‘Números não possuem peso ou altura’ etc. Nossa definição ainda continua muito bruta, se não vaga; e ainda parece bastante suspeito em que sentido tais proposições podem ser concebidas como algum tipo de metalinguagem.

As pistas para um melhor entendimento nos dois sentidos visados são amplamente introduzidas por Strawson em *Skepticism and Naturalism*, ainda que não pela primeira vez. No primeiro capítulo, Strawson se confronta com a noção clássica de Ceticismo, onde o mau entendimento de tais proposições consiste em uma de suas mais vitais vertentes¹⁴. Nesse texto Strawson (1985) aponta para a ineficácia da tentativa de justificar a crença em proposições categóricas, mantendo que a tarefa da filosofia melhor se adequa a uma modesta elucidação de tais proposições, em vez de sua validação – a qual a natureza já se haveria encarregado previamente. Porém, atendendo a uma melhor caracterização das proposições em questão, Strawson menciona primeiro o reconhecimento, por parte de Carnap, da diferença que há entre um tipo de sentença que nós incorporamos em nosso conjunto de crenças à luz da experiência e outro, que nós aceitamos ou rejeitamos

¹⁴ Cf. STRAWSON, 1974; e RYLE, 1937-8.

unicamente desde seu significado. Não obstante, Carnap, insistindo na conexão necessária entre as noções de proposição e verificação, acaba por rejeitar o *status* de significantes e, logo, de proposição a tais frases. Em *Categories*, Strawson (1974) frisa que mesmo a intolerância para tal distinção, desde as condições de atribuição de valores de verdade, ocasiona uma distinção entre sentenças declarativas e não-sentenças da forma declarativa. De toda forma, aqui apenas temos a descrição de duas formas de linguagem, aparentemente, pelo menos, distintas.

Concernente ao sentido que nos interessa no presente momento – a saber, que esses enunciados sejam legítimas proposições e, ao mesmo tempo, tenham um sentido metalinguístico –, há a alusão de Strawson, em *Skepticism and Naturalism*, a Wittgenstein, este último tratando do tema em um espírito de maior conformidade com nossas intuições comuns. Segundo Strawson, Wittgenstein também reconhece a distinção entre os dois tipos de proposições, as aceitáveis ou rejeitáveis desde a luz da experiência e as aceitáveis ou rejeitáveis desde seu significado unicamente. Porém, dando uma caracterização distinta à do segundo tipo, ainda que metafórico em seu modo de enunciar, refere-se a elas como consistindo no “andaime” ou na “estrutura” de nosso aparato conceitual acerca do mundo, ou ainda, que tais proposições constituem a “figura de mundo”, que é o “substrato de todas nossas investigações e asserções” (1985, p. 15). Nas palavras do próprio Strawson, “ele [Wittgenstein] compara as proposições descrevendo essa figura de mundo às regras de um jogo que podem ser aprendidas puramente na prática sem aprendizagem de qualquer regra explícita” (*Ibid.* p. 16). Embora as analogias e metáforas de Wittgenstein, citadas por Strawson, não consigam nos dar toda segurança no que concerne a nossa visada interpretação de tais proposições – a saber, que elas consistem, de certa forma, em uma metalinguagem natural, essencial no tratamento de problemas filosóficos no desenvolvimento de seu método –, é em seu artigo *Categories* que é possível encontrar um enunciado claro e confirmador de nossas suspeitas.

Ainda que, talvez, apressadamente, possamos dar uma definição do tipo de predicado envolvido no que denominamos proposições categoriais, a saber, tais predicados são *a priori* aceitáveis de alguns indivíduos, e são ou *a priori* aceitáveis ou *a priori* rejeitáveis de qualquer indivíduo – Strawson (1976) usa o termo ‘*a priori* rejeitável ou aceitável’ como sinônimo de ‘verdadeiro ou falso desde seu significado’. Tomemos, por exemplo, o predicado ‘Tendo localização espacial’. Teremos que, para qualquer indivíduo, o predicado em questão terá o efeito de implicar *a priori* sua rejeitabilidade ou aceitabilidade. Se contrastarmos essa noção com outro grupo de casos problemáticos,

participantes do tema categorial, chegaremos a uma importante distinção de tipos de predicados, ambos centrais para nosso tópico. Este outro grupo de casos consiste nos tipos de proposições que Ryle chamou de “proposições geradas de modo propriamente brusco” (1954, p. 9). Segundo Strawson (1974), os tipos de predicação envolvidos nestas proposições pressuporiam perfeito respeito a regras gramaticais e não padeceriam de contradição lógica; contudo, teriam uma peculiaridade no que concerne à atribuição de seus valores de verdade, a saber, em certos casos nós a priori rejeitaríamos tanto a afirmação quanto a negação do predicado em questão. Podemos definir tais predicados como aceitáveis ou rejeitáveis – à luz da experiência – de alguns indivíduos, e a priori Rejeitáveis de outros, agora no sentido em que a Rejeitabilidade, com ‘R’ maiúsculo, significa ser compatível com a rejeição da negação de um modo que não implicaria a afirmação do predicado. Em termos gerais, tal distinção marca a delimitação entre tipos de predicados, no que concerne ao campo de atuação dos mesmos, sendo que *predicados categoriais* – ou envolvidos em proposições categoriais – definem-se pela aceitabilidade ou rejeitabilidade a priori e pela atribuição do valor de verdade para qualquer indivíduo. De outro lado, *predicados relativos* têm direito à predicação de uma parcela específica de indivíduos, enquanto que, para alguns casos, torna-se absurdo seu uso predicativo – o que também é chamado de impropriedade categórica.

Antes que a relação entre essas duas classes de predicados, delimitados em razão do que chamamos de campo de atuação, seja esclarecida, devemos nos ater à questão da ligação entre o predicado, seja ele pertencente a qualquer das duas classes, e o indivíduo lógico da proposição. Segundo Strawson:

Um indivíduo é qualquer coisa; i.e., qualquer coisa que pode em princípio, e de qualquer modo, ser distinguida, como a coisa única que ela é, de todos os outros itens e identificado como o mesmo item sob diferentes apresentações ou descrições ou diferentes aparições. (1970. Pag. 123)

Ser um indivíduo é portar uma característica lógica, de tal forma que não há comprometimento ontológico. Porém, nem todo tipo de expressão linguística que figura gramaticalmente como sujeito de uma sentença, em seu uso, promove ou implica a introdução de itens individuais em nosso discurso. Pensemos na sentença: ‘O que eu estou pensando tem dois metros de altura’. Ainda que eu esteja pensando no número cinco, tal sentença não nos causa qualquer reação de absurdidade, quanto ao conteúdo da proposição. Assim, quando digo: ‘O número cinco tem dois metros de altura’, tomada de modo literal, causa-nos uma má impressão, uma impressão de absurdidade, uma vez que números não são coisas que possamos predicar com tais predicados como altura, peso etc. Em suma,

podemos dizer que somente expressões do tipo *adequadamente identificadoras* – ou designações *adequadamente identificadoras* – são as que atendem as exigências de introduzir indivíduos e, eventualmente, produzir enunciados que se caracterizam por coisas como predicação categórica ou impropriedade categórica. Outro modo de enunciar, ainda que amplo, é: uma designação *adequadamente identificadora* deve implicar ou incorporar uma caracterização geral do item referido. Linguisticamente falando, uma designação do tipo em questão deve incorporar ou implicar um termo geral. Neste estágio, ainda que de forma bruta, tais definições são suficientes, no que concerne à noção de identificação, uma vez que o tema será tratado com mais fôlego no decorrer de nosso estudo.

Embora possamos caracterizar impropriedade categórica como um tipo especial de lacuna de valor de verdade – tipo especial, uma vez que os valores de verdade não se põem somente para os casos em que algum item foi com sucesso identificado, ou seja, apenas para os casos em que estamos predicando algo a efetivos indivíduos –, Strawson (1970) sente a necessidade de ulterior elucidação, de forma a harmonizar os dois tipos de enunciados do grupo categorial e livrar tal caracterização de qualquer ceticismo. O ceticismo em questão seria justamente no tocante à possibilidade ou efetiva existência de tal noção de Rejeição da negação que não fosse consistente com a afirmação do predicado. A harmonização consiste no seguinte: mantenhamos em mente o tipo de proposições que sofrem de impropriedade categórica. Tais proposições seriam, por exemplo: ‘O número cinco está na sala’, ‘A humildade tem dois metros de altura’. Tomadas literalmente, qualquer das duas proposições sofre de impropriedade categórica. Porém, em vez de dizermos que o indivíduo em questão não tem a propriedade de ‘estar na sala ou não estar na sala’, segundo Strawson (*Ibid.*), não seria um engano dizer que tal predicado é impróprio, pois implica um tipo especial de predicado, a saber, ‘ter localização espacial’, que é a priori rejeitável para qualquer designação *adequadamente identificadora* de nosso indivíduo em questão. Contudo, essa rejeitabilidade não consiste em nenhum tipo especial, que seja consistente com a rejeitabilidade de sua negação, mas, sim, uma rejeitabilidade que afirma a falsidade do predicado em questão. Assim, temos o seguinte quadro: um conjunto de predicados é relativo quando efetivamente usamos sem qualquer impropriedade para um campo de indivíduos, dado que tais predicados implicam um predicado do tipo categorial, que é a priori aceitável para qualquer designação *adequadamente identificadora* deste campo de indivíduos. De outro lado, temos um conjunto – ou mais – de predicados relativos que, em seu uso predicativo para com um determinado campo de indivíduos, implica um predicado categorial que é a priori rejeitável

para qualquer designação adequadamente identificadora deste campo de indivíduos. A caracterização de ‘predicados relativos’ indica que esses predicados têm seu campo de atuação justamente relativo a um predicado categórico, ou seja, um predicado que descreve uma parcela do mundo em que eles adquirem sua vida. Esta conexão revela o sentido metalinguístico que predicados categoriais têm: predicados categoriais consistem na forma de enunciar e compreender o campo de atuação de um conjunto de predicados relativos interconectados. Estes últimos têm a característica de ter seus valores de verdade dados à luz da experiência e, em determinadas situações, implicar uma lacuna na definição desses valores pelos motivos aludidos, a saber, por não estarem em seu correto campo de atuação. Quanto a isso Strawson é suficientemente claro ao dizer que:

[...] é muito fácil em alguns casos achar um predicado do tipo desejado – um predicado categorial. Ainda quando nós não podemos achar um predicado que soe naturalmente do tipo desejado, deve ser possível inventar um. Pois, se nós realmente temos um tópico, então os predicados de aplicabilidade não-imprópria os quais definem uma categoria relativa, devem formar um campo unificado, e deve haver outros modos de enunciar o princípio de sua unidade do que a precária forma de observação que qualquer indivíduo que está fora de seu campo não é nem £ nem não £ (para qualquer valor ou valores de £) (STRAWSON, 1974, p., 125).

Tal ponto é muito importante no que concerne ao tipo de filosofia encarada pelo autor, além de ser, também, a chave para a possibilidade da metalinguagem artificial que requeremos.

1.2.3. Rectaconceitos: Linguagem Filosófica Especializada

Neste momento, nosso interesse se dirige para o problema concernente ao caráter que teriam os próprios conceitos com os quais Strawson desenvolve sua metafísica descritiva, pois há uma série de casos em que o filósofo deseja anunciar algo de forma geral, nos quais lhe falta vocabulário ordinário. No texto *Carnap's Views on Constructed Systems Versus Natural Languages in Analytic Philosophy*, Strawson alude para a necessidade de “um conjunto de rectaconceitos para dissecação de expressões da linguagem ordinária”, pois a insistência em analogias e associações teria mostrado mais mutilações do que dissecação (1963, p. 512). De fato, à luz de nossa exposição anterior sobre predicados categoriais e sua conexão com predicados relativos, podemos entender o aparente caráter contraditório no programa de Strawson. Pois, de um lado temos o explícito apelo à linguagem ordinária, de onde os conceitos adquirem suas vidas e, de onde outros quadros de linguagem, em parte, também a adquirem. E, de outro, temos o desenvolvimento de um programa repleto de conceitos tecnicamente filosóficos, tomados, esses, como opostos aos ordinários. A chave para compreender tal relação pode ser

encontrada na última citação do precedente tópico. Lá foi dito que “[...] é muito fácil em alguns casos achar um predicado do tipo desejado – um predicado categorial. Ainda quando nós não podemos achar um predicado que soe naturalmente do tipo desejado, deve ser possível inventar um”. De fato, até mesmo alguns predicados categoriais, que assumiríamos como ‘naturais’ em nosso uso corrente, para algumas pessoas, à sua primeira vista, não teriam seu significado entendido plenamente; por exemplo, se perguntado para alguém quais coisas têm a propriedade de serem espaços-temporais, provavelmente, serão necessárias algumas dicas para que o ouvinte venha a ter o sentido requerido em muitos casos. De forma que predicados categoriais, embora sejam aceitas suas ocorrências em nosso discurso – sob as precedentes razões –, têm a entrada muito mais rara em nossa fala, do que podemos supor, pois são raras as ocasiões em que nos vemos necessitados de fazer enunciados na forma geral que lhes é peculiar. Disso decorre que, para casos em que nenhum predicado do tipo em questão foi criado, não implica que isso não possa ser feito. Sendo assim, para a pergunta: qual critério que nós temos para saber se um conceito filosófico “aponta para o norte antes do que para o nordeste?” (RYLE, p. 183, 1953), temos uma resposta, a saber, que ele deva ser implicado desde o uso de um conjunto de predicados relativos como a priori aceitável, ou desde a impropriedade no uso predicativo de um conjunto de predicados relativos, como a priori rejeitável. Se nos é pedido um critério geral que regule o uso predicativo, e que possa servir como suporte do primeiro critério, atender a tal pedido parece possível se tivermos em mente, pelo menos, duas afirmações de Strawson acerca do uso fidedigno de predicados. A primeira, que “[...] deve ser possível para nós – se nós temos o uso de um conceito – encontrar em experiência diferentes casos particulares e distingui-los como diferentes enquanto também os reconhecendo como semelhantes sendo todos aptos à aplicação do mesmo conceito” (STRAWSON, p. 54, 1992c). E, a segunda, que “[...] se um par de expressões contrastantes é usado habitualmente, e geralmente, para os mesmo casos, onde esses casos não formam uma lista fechada de casos, esta é uma condição suficiente para dizer que há classes de casos para os quais as expressões se aplicam” (STRAWSON, 1956, p. 143). Para ambas as expressões, façamos uma pequena substituição, a saber, onde lemos ‘casos particulares’, na primeira, e somente ‘casos’, na segunda, deveremos, a propósito de ajuste com nossa nomenclatura presente, ler indivíduos. O primeiro caso realça o enlace proposicional desde a validação do predicado, o segundo caso, desde os indivíduos lógicos.

Há um último ponto aqui. Rectaconceitos são empregados de duas formas distintas. A primeira é como vem sendo mostrada, ou seja, sob o fundo de um campo de atuação de predicados relativos. Esse procedimento, que está em pleno acordo com o que foi exposto até aqui, vem atender ao ramo da filosofia, consistindo na descrição das características lógicas de nosso uso do aparato conceitual ordinário, com fins de entender seu campo de atuação. Contudo, há um segundo modo de emprego no desenvolvimento do método oferecido por Strawson, a saber, aquele que se refere ao ramo da busca pela fundação de nosso aparato conceitual; este consiste num experimento da imaginação. Porém, nestes casos, a aplicação de nossos critérios ficaria limitada. Ciente da limitação, Strawson afirma que nós devemos esperar “um acordo entre esses que são particularmente conscientes, e sensíveis, a todas as nuances de expressões lingüísticas, acerca de que modificações em nossa linguagem seriam implicadas por tais mudanças em nossa visão do mundo” (1992b, p. 323).

Apresentadas as metalinguagens envolvidas no desenvolvimento da Metafísica Descritiva de Strawson, já é hora de nos aventuramos na formulação do problema ontológico nos termos do filósofo. Antes, façamos uma breve recapitulação: há três tipos de metalinguagens, a primeira, natural, constitui os diversos tipos de expressões que nosso quadro ordinário dispõe para que possamos referir a sua realidade lingüística, e sua função é essencial no que concerne aos ramos terapêutico e de descrição das características lógicas de nosso aparato conceitual. O segundo, também natural, consiste nos predicados ou termos categoriais que servem para descrever nossa figura de mundo, ou seja, o campo de atuação dos diversos predicados relativos; este é essencial para qualquer descrição geral de nossas formas de vida lingüísticas, atendendo, essencialmente, aos objetivos do ramo de descrição das características lógicas de nosso aparato conceitual. E, por fim, o terceiro tipo, o conjunto de rectaconceitos, ou conceitos de uso específico do filósofo. Esses são predicados ou termos categoriais igualmente aos anteriores, porém, diferencia-se na medida em que tem sua entrada em nosso discurso somente para contemplar nossos objetivos filosóficos. Por esse motivo são essenciais na descrição das características lógicas de nosso aparato conceitual e na viabilidade da Metafísica Descritiva enquanto uma descrição que visa elucidar os aspectos mais gerais de nosso aparato conceitual.

1.3. Algumas Coisas uma Linguagem Meramente Mostra: Falando do Mundo por Meio da Descrição da Linguagem Ordinária

Uma vez conhecido o solo de nossa investigação e dispostas as ferramentas necessárias e adequadas para seu exame, podemos nos perguntar: que tipo de conhecimento é esse que adquirimos a partir da descrição do funcionamento de nosso quadro ordinário sobre o mundo? Segundo Strawson (1996, p. 10) nossa tarefa consiste na descrição “do massivo núcleo central do pensamento humano”, e logo reitera que essas “categorias e conceitos, em seu caráter mais fundamental, não mudam jamais”. As noções de ‘categorias’ e ‘conceitos em seu caráter mais fundamental’, levando em conta a exposição de 1.2.2 e 1.2.3, devem ser interpretadas como os conceitos que fazem parte de nossa figura de mundo, ou seja, aqueles que descrevem o campo de atuação de predicados relativos. O que poderia ser dito sobre as questões filosóficas? Segundo Strawson, “essas questões podem ser respondidas, ou os fatos e dificuldades que nos levam a perguntá-las podem ser esclarecidos” (1992a, p. 314). Se tomarmos as noções de ‘categorias’ e ‘conceitos em seu caráter mais fundamental’ como equivalente à noção de ‘questões a serem respondidas’, e as noções de ‘fatos e dificuldades que nos levam a perguntá-las’ como equivalente à noção de ‘campo de atuação de predicados relativos’, teremos o seguinte resultado: questões filosóficas consistem na elucidação das interconexões entre conceitos relativos a um determinado campo de atuação e os diversos campos de atuação em si, as quais devem poder ser enunciadas com o uso de rectaconceitos categoriais.

No tocante à ontologia, tendo em vista o método de Strawson, não temos uma investigação visando revelar novas verdades, mas esclarecer antigas verdades. Segundo Strawson, “nossa ontologia compreende objetos particulares”, e logo reitera que, em seu uso, “[...] ocorrências históricas, objetos materiais, pessoas e suas sombras são todos objetos particulares” (1996, p. 15). Assim, ocorrências históricas, objetos materiais, pessoas etc. consistem em nosso campo de predicados relativos, o qual é expresso pelo termo ‘objetos particulares’. Porém, quaisquer grupos de predicados relativos formam um campo predicativo inter-relacionado, de modo que restam as seguintes perguntas: quais as razões que levam Strawson a afirmar que essas categorias de particulares existem num sentido em que outras categorias não existiriam? Todas as categorias de entidades referidas pelo termo ‘particulares objetivos’ seriam básicas em nossa ontologia? Todas essas são questões que nós nos ocuparemos ao longo de nossa investigação.

1.3.1 Formulação do problema ontológico: Dois Caminhos a Seguir. Referência e Existência

Uma vez tecido o pano de fundo para a possibilidade de uma investigação metafísica, devemos investigar quais conceitos podem melhor servir para a análise e formulação da questão ontológica. Vejamos antes o caso da questão clássica, a saber, ‘O que existe (há)?’. Segundo Strawson, “[...] é claro que não há realmente sentido em perguntar ‘Qual é o tipo de coisas mais importantes que há?’” (1992b, p. 32). Mesmo o acréscimo de qualificações como ‘primeiramente’, ‘importante’, não ajudam a fixar o significado da pergunta, pois, em geral, não há um consenso no que concerne à apreensão do significado da pergunta. Se fizermos o experimento perguntando às pessoas, a resposta é totalmente diversa. Se perguntarmos às pessoas comuns – por pessoa comum aqui se entende qualquer um que não tenha envolvimento corriqueiro com disciplinas especializadas – ‘Qual é o tipo geral de coisas que existem?’ suas respostas serão as mais variadas possíveis, por exemplo, ‘Em geral, para mim, existe maldade no mundo’, ‘Existe pressa, movimento’, ‘No mundo de hoje, tudo o que o dinheiro pode comprar’, ‘Isso aí que está na sua frente, carro, cadeira, mesa’. É verdade que a categoria relativa de coisas mencionadas pode mudar dependendo do termo usado para indicar a qualificação, – por exemplo, se usamos o termo ‘principal’ o tipo de coisas tende a ser aquelas essenciais à felicidade da pessoa questionada – porém, a categoria normalmente permanecerá relativa à categoria geral de objetos particulares. Contudo, também é possível outra espécie de resposta, por exemplo, se a pergunta é feita para alguém que está demasiado familiarizado com a disciplina da biologia, assim, provavelmente, a resposta seria algo como ‘Existem organismos vivos’, ou mais especificamente ‘Existe a estrutura molecular do DNA’. O caso permanece o mesmo se perguntamos a um físico, o qual, provavelmente, responderia sem pestanejar algo como ‘Existem as partículas elementares da física’. O que deve ser notado aqui é que a pergunta é sempre respondida em contraste com o contexto típico de referência do falante; assim, o físico, o biólogo e o cidadão normal respondem a questão dentro de seus contextos típicos de referência. E se fizermos a pergunta ao filósofo? Sendo esse, originalmente um questionamento filosófico, não seria interessante fazer a pergunta para alguém que pudesse respondê-la dentro de seu contexto de origem? A resposta à questão já foi anteriormente dada, mas, para frisá-la uma vez mais podemos perguntar:

Qual é o *tradicional* contexto de referência das expressões filosóficas¹⁵? Neste caso a ausência da *disciplina geral* do quadro linguístico filosófico nos obriga a rejeitar a possibilidade de que questão possa ser respondida *inteiramente* nesse solo especializado¹⁶.

Para solucionar o impasse, devemos trazer as discussões duas idéias já mencionadas anteriormente, a saber: primeiro, devemos lembrar que os problemas filosóficos devem ser tratados em uma linguagem que ofereça maior generalidade possível, o que excluiria que a questão pudesse ser respondida desde uma disciplina especializada em particular; segundo, devemos notar que tanto os especialistas quanto as pessoas normais respondem a pergunta a partir de seus típicos contextos de referência. Muito embora, em geral, as pessoas titubeiem ao responder a questão, todas as respostas podem ser enunciadas sob o rótulo ‘objetos particulares’, sendo esse justamente o tipo específico de metalinguagem adequado para descrever o campo de atuação de conceitos como ‘mesa’, ‘moléculas’, ‘pessoas’, ‘tumultos’, relações de certo tipo entre pessoas etc. Outro aspecto em comum que a maioria das entidades referidas, seja pelos especialistas ou pelas pessoas normais, compartilha consiste no fato de que também seria coerente afirmar que elas têm ocorrência espaço-temporal. Assim, chegamos a três noções presentes nas situações onde a pergunta é realizada, a saber, a noção de objetos particulares, referência e ocorrência espaço-temporal – por esse motivo de agora em diante em vez de ‘objetos particulares’ nós usaremos o termo ‘particulares espaços-temporais’.

1.4. Considerações Finais

Em nosso primeiro capítulo, ocupamo-nos em compreender o modo que Strawson se posiciona frente ao Giro Linguístico. Dividimos a noção de giro em três tópicos, todos os quais marcam certa forma de relação com a linguagem. O primeiro tópico consistiu nas razões que motivam Strawson tomar a linguagem ordinária como meio para filosofar. Em nossas análises começamos com a apresentação do argumento da aquisição da linguagem, o qual acaba por revelar o caráter penetrante e geral da linguagem ordinária, ambos os aspectos tradicionalmente requeridos pela tradição filosófica. A linguagem ordinária também compartilharia algo em comum com as linguagens especializadas, a saber, o que

¹⁵ Devemos notar que tal objeção só serviria para a metafísica clássica.

¹⁶ Em *Analysis and Metaphysics* (1992c), Strawson não usa essa estratégia para evitar que a questão filosófica seja discutida no terreno da Tradição. Lá, ele argumenta que se qualquer forma de linguagem especializada repousa sobre o quadro ordinário, então devemos pelo menos começar por uma análise dos conceitos que carregam implicação ontológica em nosso uso ordinário, pois todos os demais têm sua origem neste quadro mais básico. Porém, não parece que essa forma de argumento usada por nós aqui seria dissonante.

nós chamamos de disciplina geral, a qual é essencial para a delimitação das regras de uso de um termo linguístico. No entanto, essa noção nos levou ao seguinte impasse: de um lado, a linguagem especializada do filósofo sofreria sérias restrições de uso e, de outro, ficaríamos com a possibilidade de desenvolver uma investigação metafísica ameaçada. O impasse nos conduz ao segundo tópico: ‘Falar sobre a Fala: Linguagem Ordinária e Metalinguagens’. Em nosso segundo tópico, partimos da distinção de dois modos de uso da linguagem, o uso semântico-linguístico e o uso metalinguístico. O primeiro modo de uso tem como referência entidades extralinguísticas; o segundo tem como referência a própria linguagem. A partir desta distinção, visamos à busca por espécies de metalinguagens que se mantenham em harmonia com nossos usos ordinários e que, ao mesmo tempo, possam nos servir para propósitos de análise filosófica. Nossas análises distinguiram entre três tipos de metalinguagens, duas das quais com a generalidade requerida para suportar as análises filosóficas. Não obstante, essas análises também revelaram a distinção entre dois tipos de predicados ou conceitos estreitamente relacionados, a saber, predicados categoriais e predicados relativos. Predicados categoriais seriam conceitos por meio dos quais poderíamos descrever o campo de atuação de uma parcela de predicados relativos, todos inter-relacionados. Esse aspecto nos levou a nosso terceiro tópico, a saber: ‘Algumas Coisas a Linguagem Apenas Mostra: Falar sobre o mundo por meio da descrição de uma linguagem’. Neste tópico, primeiramente, analisamos a utilidade que a pergunta ‘O que há (existe)?’ teria, ordinariamente. Nossas análises chegaram até a noção de particulares espaços-temporais, a qual consiste no predicado categoria apropriado para enunciar o campo de atuação das diversas subcategorias mencionadas pelos entrevistados. Essa noção estaria estreitamente relacionada com as noções de típicos contextos de referência e as noções de espaço e tempo. Assim, nossa tarefa consistirá na análise a noção de referência identificadora, visando mostrar de que modo ela se conecta com as noções de espaço e tempos.

Por fim, duas ressalvas. Primeiramente, devemos notar que a noção de referência identificadora não seria o único modo que a noção de referência poderia nos conduzir as noções de espaço e tempo. Assim, uma referência indefinida também tem sua ocorrência ordinariamente regulada pelo contexto e, logo, mantém uma relação com as noções de espaço e tempo¹⁷. Segundo, como veremos, apenas a conexão entre a noção de referência e

¹⁷ Cf. Strawson (1957).

as noções de espaço e tempos não será suficiente para uma defesa de uma ontologia realista. Esse problema nos levará ao terceiro capítulo.

2. REFERÊNCIA IDENTIFICADORA

Em termos gerais, a noção de referência “trata-se de uma relação que se verifica entre expressões linguísticas, de um lado, e objetos ou itens extralinguísticos no mundo, de outro” (BRANQUINHO et al., 2006, p. 667). Uma vez concebido, por uma parcela considerável de filósofos da linguagem¹⁸, que o meio pelo qual filosofia deve investigar o mundo é através da linguagem, a referência, concebido de uma forma ou de outra, seria um dos focos mais polêmicos da filosofia. Tal como foi exposto no capítulo anterior Strawson entende que linguagem ordinária é o meio adequado pelo qual o filósofo da linguagem deve desenvolver suas investigações. Deste modo, o uso referencial de expressões linguísticas ordinárias é nosso objeto de estudo. Contudo, há, pelo menos, dois modos de usos referenciais; podemos referir identificadamente, e não-identificadamente (ou indefinidamente). Uma referência identificadora ocorre quando um falante, com o uso de uma expressão apropriada, identifica um item para um ouvinte, capacitando-o a destacar o particular referido dentro de uma parcela espaço-temporal do mundo. De outro lado, uma referência indefinida ocorre quando um falante por meio do uso de uma expressão somente consegue especificar o tipo do particular referido, sendo o ouvinte incapaz de identificar, por si próprio, o particular referido em uma parcela espaço-temporal do mundo (STRAWSON, 1956, 1979). Nossa pesquisa estará voltada quase que exclusivamente para os casos de referência identificadora e da análise das condições que devem ser cumpridas para que estas ocorram com sucesso. Assim, nossas análises terão dois objetivos, a saber: i) elucidar a conexão existente entre as noções de espaço e tempo e a noção de particulares espaços-temporais; e ii) elucidar o motivo pelo qual essas noções não parecem estar necessariamente conectadas com as noções de entidades gerais. Como será visto, nossas análises nos levarão a condições de referência extremamente distintas nos casos em que referimos a itens particulares dos casos em que referimos a itens gerais. Em termos gerais, deveremos descrever as condições sob as quais um falante, por meio do uso de uma expressão adequada, identifica um particular a um ouvinte, de modo que o ouvinte seja capaz de identificar, por si próprio, o particular referido dentro de sua própria perspectiva do mundo¹⁹.

A estrutura deste Capítulo está dividida em três partes: a primeira consiste nos aspectos gerais do uso referencial, lógico e pragmático, os quais denominaremos de

¹⁸ Cf. RORTY (1992b).

¹⁹ O termo ‘perspectiva’ quer dizer o lugar, o campo de visão, a distancia entre o ouvinte e o particular referido, etc. em um dado contexto.

‘Pressuposição lógicas: Condições Gerais de Referência’; a segunda parte consiste nos requerimentos contextuais que são necessários para referir a particulares, os quais se mostram ausentes nos casos em que referimos para gerais. E, a terceira, consiste no exame da hipótese de haver outros canais linguísticos de referência, excetuando termos singulares. A primeira parte é denominada de aspectos gerais justamente pelo fato, como será visto, de serem condições que devem ser cumpridas quer a referência ocorra a particulares materiais quer ela ocorra a gerais – propriedades, qualidades, relações etc. A segunda parte é denominada de requerimentos contextuais, pois, como será visto, são aspectos extralinguísticos que devem ser cumpridos para que o ouvinte venha a identificar *que* particular está sendo referido nos casos de particulares materiais, os quais estão ausentes no caso dos gerais ou universais. A terceira é denominada de referência a particulares, pois, examina os argumentos de Strawson em prol da necessidade de uso de termos singulares para referir para particulares.

2.1. Pressuposição lógica: Condições Gerais de Referência

A noção de pressuposição lógica de Strawson pode ser entendida como as condições sob as quais diríamos que um dado enunciado é verdadeiro ou falso, ou seja, “a questão se um enunciado tem valores de verdade” (STRAWSON; 1954, p. 224). Porém, um melhor entendimento da noção de pressuposição lógica pode ser conseguido se parte de seu contexto de discussão puder ser ilustrado, neste consiste nosso primeiro intento.

2.1.1 Contexto de debate

Strawson introduz a noção de pressuposição lógica em sua crítica a Russell em *On Referring*. A Teoria das Descrições definidas de Russell ocupa-se essencialmente de frases cujo termo singular gramatical de uma sentença é denotativo. Porém, mais problemáticas, afirma Russell (2005), são as frases em que figuram como termo singular expressões começando com artigo definido no singular seguida de um substantivo tais como ocorrem nos enunciados ‘*O rei da França é sábio*’, ‘*O presidente do Brasil é um torneiro mecânico*’ etc. Deixando de lado quais teorias Russell pretende criticar, o problema essencial consiste em que tais frases são sempre significativas enquanto nem sempre realmente denotam algo. No primeiro – exemplo ‘*O rei da França é sábio*’ – temos o caso em que a expressão, e a sentença como um todo, são significativas enquanto não denotam nada, pois não há monarquia na atual França, e logo, um rei. A resolução do problema segundo Russell consiste em notar que embora essas frases sejam gramaticalmente sentenças do tipo sujeito-predicado, elas têm uma

forma lógica distinta, a saber, são sentenças existenciais complexas. Assim, uma sentença como ‘O rei da França é sábio’ ou ‘O presidente do Brasil é um torneiro mecânico’ se tornariam, respectivamente, algo do tipo: ‘Existe uma e somente uma coisa que é rei da França e sábio’ e ‘Existe um e somente uma coisa que é presidente do Brasil e é torneiro mecânico’. Destarte, a sentença revela uma complexidade lógica consistindo na asserção de três proposições distintas, a saber: uma asserção existencial ‘Existe um rei da França’, mais asserção de unicidade ‘Há uma e somente uma coisa que é rei da França’ e mais a atribuição dos predicados ‘não há nada que não seja rei da França que não é sábio’. Logo, a conjunção dessas sentenças obviamente releva uma sentença falsa, pois, a conjunção de três proposições sendo, pelo menos, uma delas falsa – que ‘Há um rei da França’ – vem a ser uma proposição complexa falsa. No caso da sentença ‘O presidente do Brasil é um torneiro mecânico’ vem a ser conjunção de três proposições, uma delas asserindo uma existencial ‘Há algo que é presidente do Brasil’, outra asserindo a unicidade ‘Há um e somente um algo que é presidente do Brasil’, e outra asserindo a relação de atribuição predicativa ‘Não há nada que seja presidente do Brasil que não é um torneiro mecânico’. Assim, se sentença for asserida em 2009, sendo ela a conjunção de três proposições verdadeiras, então a sentença é verdadeira.

Strawson (2004, 1971) chama a atenção à assimilação por parte de Russell da noção de significado à noção de referência, ou seja, segundo o primeiro “a fonte do erro de Russell foi que ele pensou que referir ou mencionar, se isso ocorreu, é significar” (2004, p. 7). Assim Strawson argumenta que “se eu falo de meu lenço, eu posso, talvez, produzir o objeto que eu estou referindo tirando de meu bolso. Eu não posso produzir o significado da expressão, ‘meu lenço’, tirando de meu bolso” (*Idem*). Contudo, parece possível interpretar o caso ligeiramente diferente de modo a lançar luz sobre o que está em debate, ontologicamente falando. Uma forma de assim fazê-lo seria questionar se a noção de significado para Russell é efetivamente o objeto e em que sentido.

Para Russell, se certa expressão denotativa tem significado, então, dada uma asserção de uma sentença contendo essa expressão, nós deveríamos sempre prover uma denotação para ela? Seria plausível afirmar que o significado aludido por Russell vem a ser o significado lógico de uma sentença; ou seja, se alguém lê ou profere uma sentença contendo uma expressão denotativa tal como uma descrição definida, para além do significado linguístico das expressões – no caso de ‘O rei da França é sábio’ os significados de ‘rei’, ‘da’, ‘França’, ‘ser’ e ‘sábio’ – haveria o significado lógico que é expresso pela frase, a saber, *existência*, *unicidade* e o pedido dos *valores de verdade* envolvidos na predicação. Em termos mais ordinários, devemos notar que ao expressar ou ler uma sentença, tal como ‘O rei da França é

sábio', o proferimento viria acompanhado das características lógicas de que algo deve existir, existir unicamente e, logo, aquilo que é dito acerca do item existente deve ser verdadeiro ou falso. Desta forma, poderíamos concluir que, para Russell, essas são características que compõem o significado da sentença enquanto distinto do significado linguístico de cada termo. Logo, deve haver a tradução da sentença com forma gramatical enganosa por uma sentença que revele a verdadeira forma lógica exibindo, claramente, as características lógicas que dão sentido à sentença como um todo. Nesse respeito, devemos notar que ambos, Strawson e Russell, reconhecem que existência e unicidade vêm a ser características de algo outro do que sentenças – ainda que no sentido de um *token* uma sentença exista e seja única. Porém, as conclusões vêm a ser distintas, pois, Russell mantém que dada uma significativa expressão denotativa deve haver uma denotação justamente pelo fato da expressão conter tal significado lógico, e isso pode ser ilustrado quando ele diz que “se admitimos que frases denotativas, em geral, tenham os dois lados de significado e denotação, os casos onde parece não haver denotação causam dificuldades, ambos sob a pressuposição de realmente haver uma denotação e a pressuposição de que realmente não há nenhuma” (2005, p. 878)²⁰. Strawson, de sua parte, aceitou o fato de que expressões referenciais individualizantes, em sua terminologia, não referem necessariamente a algo. Assim, se existência e unicidade são características de coisas outras do que sentenças – *types* –, então tais noções devem ser implicadas antes dos aspectos pragmáticos envolvidos em um dado enunciado, do que do significado sintático das sentenças por meio das quais enunciamos algo. Em suma, se existir o item referido numa dada ocasião, então o que é dito acerca dele é verdadeiro ou falso; porém, caso haja uma falha radical na introdução do indivíduo na proposição, os valores de verdade não se põe.

A crítica de Strawson consiste basicamente em fazer o exercício de mostrar que as noções de existência e unicidade somente surgem ao nível dos itens referidos, porém não é sempre que, ao proferimos uma sentença para fazer uso referencial da mesma, a referência é assegurada. Ou seja, somente porque usamos naturalmente esse tipo de expressões para referir a particulares é que temos esse nível de significado (lógico), donde, somente num segundo momento as questões sobre a verdade ou falsidade se põem – ao nível de fatos, poderia ser dito.

²⁰ Aqui parece claro que o problema só surge se o significado mencionado por Russell for o significado lógico e não o significado linguístico de uma expressão

2.1.2 Existência e Referência

Segundo Strawson em *On Referring* (2004), quando nós fazemos um enunciado contendo uma expressão referencial individualizante, por exemplo, ‘O rei da França é sábio’, tal enunciado apenas pressupõe que há um rei da França, pois ao enunciarmos tal sentença em ocasiões onde não há o objeto referido, a atitude do falante consistiria em: i) não tomar a sentença como verdadeira ou falsa – pois, se perguntado por seus valores de verdade nas ocasiões em que o objeto referido não existe a resposta do ouvinte seria de que a pergunta carece de sentido; ii) o enunciado de tal sentença contém uma reação, por parte do ouvinte, de negação da existência do objeto, pois, ao enunciar algo como ‘O rei da França é sábio’, a atitude do ouvinte, frente a um ar sério, seria de negar que houvesse qualquer coisa tal como a que é pressuposta pelo falante; iii) a negação da existência do objeto putativamente referido não implica uma *contradição*, ou seja, quando ocorre um enunciado contendo uma expressão referencial individualizante sendo usada para referir a algo, e esse algo não existe, a atitude do ouvinte é negar a existência do objeto referido. Assim, se for dito, por exemplo, ‘Não existe um rei na França’, essa sentença não implica que a sentença ‘O rei da França é sábio’ é falsa. Segundo Strawson, ii) “em algum sentido consistiria numa *evidência* que ele [o falante] acreditou que *houvesse* um rei da França” (2004, p. 9) (grifos do autor). A crença aqui não é o ponto, mas sim a existência – o que é negado não é a crença, mas a existência. Já i) e iii) consistiriam em “dar razões para dizer que a questão de ser verdadeiro ou falso simplesmente não surge” (*Idem*).

A noção de pressuposição de Strawson tem dois intuitos: o primeiro é adequar-se aos fatos de i), ii) e iii), os quais, a seu juízo, se adéquam melhor a noção de pressuposição do que a noção de implicação oferecida por Russell²¹ – em suma, uma melhor adequação, em geral, aos modos de uso da linguagem ordinária. E, em segundo, tal tratamento tem por objetivo “capacitar todo o corpo de leis do sistema [as leis em questão são as leis lógicas do quadro de oposição aristotélico] a ser aceito sem inconsistência” (Strawson, 1974, p. 178). O argumento de Strawson consiste em notar que quando alguém enuncia algo como ‘O rei da França é sábio’ seu enunciado “conjugado” com o enunciado replicado pelo ouvinte, a saber, que ‘Não há rei na atual França’, gera “um tipo de absurdidade lógica” que é distinta de uma contradição, a qual implicaria a falsidade do primeiro o que não é o caso (1974, p. 175). Deste modo, Strawson conclui que a existência do objeto referido é antes uma necessária condição para a atribuição dos valores de verdade, quaisquer que sejam. Na realidade, essa última

²¹ Para uma análise mais detalhada da discussão Cf. GONZALEZ (1986, 1985).

afirmação acompanha a distinção entre sentença e enunciado. Assim, se uma sentença introduz uma proposição, então dado uma expressão referencial, logo se segue os valores de verdade. De outro lado, quando usamos uma sentença para fazer um enunciado por meio do qual podemos ter sucesso em introduzir uma proposição, então não é suficiente apenas a referência, mas é necessária uma série de requerimentos entre os quais a existência do item referido consiste na condição geral de sucesso.

2.1.3 Contradição e Negação: Uma Tentativa de Análise da Relação entre Valores de Verdade e Existência

Embora a exposição acima seja uma demonstração do modo como operam as noções de existência e valores de verdade no discurso ordinário, certamente elas não consistem em uma elucidação propriamente dita de seu funcionamento, tal como afirmou Sellars (1954). Porém, ao analisarmos a noção de contradição, talvez ela possa nos trazer alguma luz sobre o tipo de relação que essas noções metalinguísticas mantêm.

Há algumas características gerais acerca de um enunciado contraditório, tais como, que eles devam ser referentes a um mesmo item e que devam ser usados em um mesmo período de tempo – podemos chamar de requisitos de indexicalidade. Dito isso, temos que: *primeiro*, devemos notar que uma relação de contradição é uma relação semântica em função do conteúdo do que é expresso por um enunciado em contraste com o mundo, ou os fatos, onde “nós [ouvintes] negamos sua asserção, e, fazendo assim, fazemos uma contra-asserção de nossa própria parte acerca do objeto de seu discurso” (STRAWSON, 1974, p., 1). Segunda essa característica, contradição e inconsistência se distinguem, pois, um enunciado que é dito contradizer outro tem por referência a mesma coisa sobre o qual o anterior afirmava algo, enquanto um enunciado que denuncia uma inconsistência meramente refere-se à impossibilidade de certos enunciados serem conjuntamente afirmados como verdadeiros, ou seja, refere-se à ocorrência de auto-contradição. Uma *segunda* característica a ser notada desde a noção de contradição é que, referentes ao propósito comunicativo, dois enunciados contraditórios quando conjugados formando um só enunciado complexo, falham em seu propósito padrão, pois, segundo Strawson (1974, p. 3), “o propósito padrão de fala, a intenção de comunicar algo, é frustrada pela auto-contradição”. Tal efeito é possível, pois, tais enunciados são constituídos por predicados que participam de certo algo em comum, sendo assim predicados incompatíveis.

Segundo Strawson (1974, p. 4-5), são “‘Predicados incompatíveis’ qualquer par de expressões cuja aplicação para a mesma pessoa ou coisa, ao mesmo tempo, resulta em uma

inconsistência”, e logo no fracasso de comunicar qualquer coisa. Outra forma de representar a noção de predicados incompatíveis é imaginar uma figura, um quadrado, por exemplo, dividido ao meio, onde cada parte é pintada de uma cor. Digamos que essa figura represente o campo de atuação de dois predicados incompatíveis – claro, a figura poderia ser um mosaico se formos representar um campo maior de predicados incompatíveis –, por exemplo, os conceitos de agressivo e pacífico. Agora, se dissermos de algo que ele é agressivo e que ele também é pacífico, estaremos fazendo um enunciado, se tomado literalmente, auto-contraditório, pois, os dois predicados em questão são incompatíveis, porque ambos os predicados estão no mesmo campo de incompatibilidade predicativa. Contudo, se digo de algo que é pacífico e é mais alto do que 1,80m, então, não ocorreria incompatibilidade mesmo se trocarmos o primeiro e o segundo por qualquer um de seus respectivos companheiros do campo de atuação.

Segundo Strawson (1974, p. 5), isso reflete a função que predicação cumpre em nosso discurso, pois “quando nós dizemos a que uma coisa se parece, nós não somente comparamos ela com outras coisas, nós também distinguimos ela de outras coisas”, sendo esta dois lados de uma mesma perspectiva. Outra evidência é a pouca utilidade que predicados de grande extensão vêm a ter em nosso discurso ordinário, por exemplo, o próprio significado que a noção filosófica de ‘corpo’ tem – a utilidade em questão é comunicativa. Segundo Strawson (1974, p. 6), “quando nós aplicamos um predicado para alguma coisa, nós implicitamente excluimos da aplicação para essa coisa os predicados que estão do lado de fora dos limites do predicado que nós aplicamos, mas no mesmo campo de incompatibilidade”. De outro lado, tais considerações são afrouxadas, se levamos em considerações casos em que os requisitos de indexicalidade mais as condições de contradição estão cumpridas, mas ainda haveria uma função comunicativa. Por exemplo, quando perguntado a uma pessoa se as cervejas estão geladas e ela responde ‘Não estão nem geladas nem quentes’ uma vez que elas acabaram. Esses exemplos nos forçariam a inclusão de condições contextuais, onde mesmo com o uso de sentenças gramaticalmente contraditórias, haveria o sucesso em comunicar algo, sendo assim, proposições não contraditórias.

Fiquemos então com a noção de um predicado pertencendo a um campo de atuação cujos demais predicados que também pertencentes a esse campo são incompatíveis. Segundo Strawson, nós podemos dizer que “quando nós aplicamos um predicado para alguma coisa *com propósito de descrevê-la*, nós, implicitamente, excluimos da aplicação a ela qualquer predicado incompatível com esse que nós aplicamos” (1974, p. 7) (grifos meus). E qualquer um que, fazendo uso de um dos predicados excluídos, aplicasse para o mesmo item e ao

mesmo tempo, estaria nos contradizendo. Notando esse caráter de exclusão que acompanha nossas regras de uso da linguagem, também poderemos ter uma melhor compreensão da idéia de negação, ou, meramente, do uso da palavra ‘não’. Dessa forma onde temos a necessidade de ressaltar explicitamente a exclusão do uso de um dado predicado, usamos a palavra ‘não’; onde sempre o que queremos fazer é ressaltar antes uma característica não portada pelo item do que aqueles que de fato lhe caracterizariam.

De fato, tal ponto é outra forma de enunciar algo já mencionado anteriormente quando foi falado sobre metalinguagem e predicados categoriais²². Deste modo, notar isso também nos faz ver que predicados incompatíveis são aqueles atuantes num mesmo campo de atuação predicativo, podendo ainda ser enunciados por outro predicado mais geral, assim como agressivo e paciente são temperamentos, masculino e feminino são gêneros de espécie; amarelo, vermelho etc. são cores. Esse ponto é de extrema relevância quando analisamos a noção de pressuposição existencial de Strawson, a qual é condição de possibilidade de atribuição de valores de verdade. Pois, embora nestes casos estejamos tratando de conceitos ou propriedades formais, não estariam verdade e falsidade, enquanto noções contraditórias por excelência, numa mesma relação com a noção de existência assim como estão as noções de amarelo e vermelho, por exemplo, para o conceito de cor?

Porém, alguém poderia objetar, há certa diferença na atuação de predicados como vermelho e verde com relação ao predicado de cor em contraste com as noções de verdadeiro e falso com relação à noção de existência, a saber, quando alguém nega que algo seja vermelho não se segue necessariamente que esse algo seja verde, – provido que a questão seja cabível, ou seja, que ele tenha cor – pois, essa afirmação é também compatível com todos os demais predicados que ocupam esse mesmo campo; enquanto que, se alguém negar a verdade de um enunciado, segue-se necessariamente que ele é falso. Para analisar essa característica, devemos notar a diferença entre uma contradição e contrariedade. Uma contradição pode ser da forma *contrária*, nos casos em que dois predicados incompatíveis são asseridos para algo e há sempre a possibilidade de que um terceiro ou quarto predicado pertencente ao mesmo campo de atuação dos predicados sejam então asseridos, gerando uma contradição – esse tipo de contradição é denominado por Strawson de “*contrária*” (1972, p. 16). Uma contradição é da forma *contraditória* quando, em vez de fazermos uso de outros predicados pertencentes ao mesmo campo de atuação para gerar uma contradição, fazemos uso do mesmo predicado, porém agora, com auxílio da negação, frisando, justamente, a possibilidade de qualquer outro

²² Para a discussão sobre Metalinguagens e predicados categoriais ver Capítulo I, sub-Capítulo 1.2.

predicado ser verdadeiro, exceto aquele cuja negação é asserida. Por exemplo, se conjuntamente com o enunciado ‘Ele é mais alto que um e oitenta’ nós asserirmos o enunciado ‘Ele não é mais alto do que um e oitenta’, em vez de asserirmos ‘Ele é mais baixo do que um e oitenta’ ou ‘Ele tem exatamente um e oitenta’, então estaríamos fazendo uma contradição do tipo contraditória. Pois, o enunciado ‘Ele não é mais alto do que um e oitenta’ é contraditório com o enunciado ‘Ele é mais alto que um e oitenta’, enquanto também é consistente com a afirmação de ambos ‘Ele é mais baixo do que um e oitenta’ e ‘Ele tem exatamente um e oitenta’, porém não conjuntamente. Assim, porque as noções de verdade e falsidade apresentam um caráter de contradição contraditório podemos definir algo falso como não verdadeiro ou vice e versa – preservando a noção de terceiro excluído.

Tendo por base os pontos desenvolvidos sobre contradição, predicação e negação, vejamos de que forma eles podem nos ajudar na elucidação da noção de pressuposição existencial de Strawson, a qual, sendo falsa, não implicaria, no sentido lógico, uma contradição. O que o prévio esboço propõe é uma analogia entre predicação de valores de verdade, enquanto predicados metalinguísticos, e predicação de predicados de primeira ordem que pode nos ser útil para entender melhor o núcleo da noção strawsoniana de pressuposição existencial. Há, pois, dois aspectos principais, a saber, *a*) concernente aos casos em que uma sentença gramaticalmente contraditória – neste caso ela falharia em comunicar qualquer coisa – viria a ter sucesso em comunicar algo; e, *b*) nos casos em que a negação de um predicado que expressa o campo de atuação de certos predicados – tal como a noção de ‘cor’ descreve o campo de atuação de ‘vermelho’, ‘verde’ e etc. – vem ocasionar uma lacuna nos valores de verdade dos predicados limitados em seu campo. Concernente ao primeiro ponto, tomemos um exemplo do próprio Strawson, quando alguém pergunta ‘Ele se importa com isso?’ e a outra pessoa responde, ‘Ele nem se importa nem não se importa, ele está morto’, nestes casos “a resposta mostra que a questão é imprópria para as circunstâncias, que alguma pressuposição que o questionador tem é falsa” (1972, p., 18). Assim, a negação não implica que ambos os enunciados ‘que ele se importa’ e ‘que ele não se importa’ são falsos, mas sim que a questão não se põe. Sendo igual aos casos em que ao asserir algo sobre algo, por exemplo, ‘O rei da França é sábio’, poderia implicar numa resposta tal como a primeira, a saber, ‘ele nem é sábio nem é não sábio’, uma vez que não há rei da França. Concernente ao nosso segundo ponto, há efetivamente algo similar ao tema dos predicados relativos e predicados categóricos no tocante tanto a noção de contradição quando das condições de atribuição de valores de verdade. Imaginemos o caso em que alguém faz a seguinte pergunta: ‘O numero cinco mede mais de um oitenta ou mede menos que um e oitenta?’. Tal frase, sem

qualquer explicação que pudesse mudar seu sentido, seria respondida também com uma sentença contraditória – ‘O número cinco não mede nem mais nem menos do que um e oitenta’ –, porém esse enunciado não seria uma contradição. Neste caso, ao invés de expressar que o item referido pelo termo número não existe, expressa que ‘ser mais alto de’ ou ‘ser mais baixo de’ não são coisas que podemos predicar a números. Agora, se fizermos um paralelo entre predicados de primeira ordem e as noções formais de existência e valores de verdade, não poderíamos dizer que verdade, falsidade e existência são propriedades de algo, enquanto dizemos que são cores e etc.²³ Porém um paralelo se cria quando vemos que é somente na medida em que podemos dizer que algo é colorido que também podemos dizer que esse algo é vermelho, ou azul, ou não vermelho etc., e que, quando dizemos que algo não é colorido, não estamos também implicando a afirmação que esse algo seja não vermelho, sob a implicação lógica de esta afirmação ser consistente com a afirmação de que esse algo seja azul, ou amarelo etc.. Similarmente, a noção de existência deve expressar a possibilidade da atuação das noções de verdade e falsidade, enquanto negar a existência não significa negar que algo seja verdadeiro – negar que algo seja verdadeira é implicar que seja falso e vice-versa –, mas meramente negar a possibilidade de atuação das noções de verdadeiro ou falso. Destarte, o problema agora reside em saber o que significa dizer que algo existe ou não existe.

Podemos dizer, provisoriamente, que a existência de algo somente é discutida quando há sucesso na introdução de um indivíduo no universo do discurso, ou seja, quando uma expressão é usada para referir a algo de tal modo que o falante capacita o ouvinte a saber *que* coisa está sendo referida. Interpretar a noção de existência assim é claramente abrir mão de que tal noção possa representar o desejado compromisso ontológico alhures requerido por alguns filósofos. Pois, efetivamente, tanto podemos falar ‘O vermelho é uma linda cor’ como ‘A cadeira vermelhada que está na sala é de vime’; enquanto que, quando digo para outra pessoa ‘O que eu estou pensando não existe’, ainda que possa estar pensando em Deus, o sujeito gramatical do enunciado falha em introduzir um real sujeito lógico – cabe notar que o importante aqui é a introdução de um indivíduo lógico, independentemente de seu estatuto ontológico. Similarmente, quando digo que algo possui valores de verdade, a questão somente se põe sob a pressuposição de que o que estou referindo existe, e logo, que realmente tenho sucesso em introduzir um indivíduo numa proposição. Porém, no caso de alguém falar ‘O que estou pensando é branco’, embora ele possa estar pensando em algo realmente branco, uma

²³ A diferença entre predicados de primeira ordem e predicados de segunda ordem consiste na diferença entre aqueles predicados que nós aplicamos para os itens extralinguísticos referidos pelo termo singular de um enunciado, e os predicados que nós aplicamos para as relações e valores mantidos entre os termos de primeira ordem.

vez que não há introdução de indivíduo algum em nosso discurso, logo também não podemos saber se o ele está sendo pensado existe e de fato é branco. Sendo assim, a questão sobre os modos de introdução de indivíduos em nosso discurso vem a ser uma das mais relevantes para nosso estudo. Como veremos, em alguns casos – no caso de particulares materiais – apenas as regras de uso de um termo referencial individualizante não são suficientes para o sucesso na introdução de certos indivíduos, enquanto em outros casos – nos casos de introdução de universais – apenas o conhecimento das regras de uso de uma expressão será suficiente. Deve ser notado que, embora tenhamos falado sobre noções de verdade, falsidade e existência, estamos tratando de tipos de enunciados e suas relações. Ou seja, a relação de pressuposição lógica é a relação entre um enunciado que afirma algo sobre um indivíduo – por exemplo, ‘O presidente do Brasil é muito famoso’ – e outro enunciado *pressuposto* que afirma a existência do indivíduo – por exemplo, ‘Há um presidente no Brasil que é famoso’. Enquanto não devemos ser levados a pensar que estamos falando exclusivamente de conceitos, no caso das noções de verdade, falsidade e existência, que adquirem seu significado principalmente através de seu uso predicativo, ainda que ambos possam ser usados desta forma.

2.1.4. Pressuposição pragmática

Distintamente da noção de pressuposição lógica, a noção de pressuposição pragmática pode ser descrita como as condições sob as quais é linguisticamente correto para um falante enunciar algo. Primeiro, cabe lembrar o nome ‘Pressuposição Pragmática’ foi dado por comentadores²⁴, uma vez que nunca foi usado pelo próprio Strawson. Poderia ser afirmado que o grande motivador da aparição desta distinção foi Sellars, pois foi somente em seu *A Reply to Mr. Sellars* que Strawson claramente afirma a existência de uma distinção entre as condições de atribuição de valores de verdade e as condições em que seria linguisticamente correto enunciar algo²⁵. Em geral, em seus escritos, Strawson escreve sobre pressuposição lógica enquanto também fala sobre crença pressuposta pelo ouvinte etc. Deste modo, vejamos amplamente quais são as objeções que Sellars faz a Strawson as quais motivam o filósofo a fazer explícita essa distinção.

²⁴ Gonzalez (1986) a denominou de ‘Pressuposição Pragmático-psicológica’ e Cooper (1974) a chamou de ‘Pressuposição Pragmática’.

²⁵ Esse é o motivo pelo qual, à diferença de Gonzalez (1986), colocamos a noção de Pressuposição Pragmática como uma subtemática dentro da noção de Pressuposição Lógica em vez de apresentá-la como uma noção inteiramente distinta.

2.1.4.1 A crítica de Sellars e a distinção entre pressuposição pragmática e pressuposição lógica

O ponto de Sellars é questionar qual a relação existente entre o enunciado asserido e o enunciado pressuposto. Tomados ambos como uma relação lógica entre noções ou conceitos, tal como foi exposto na tentativa de elucidação, tal relação fica evidente – se a elucidação é aceita. Porém se tomamos a relação desde sua origem, ou seja, desde a relação entre um enunciado que adscrive algo para um particular definitivamente identificado e um enunciado existencial cuja verdade é condição necessária para a verdade ou falsidade do primeiro, então fica a impressão de que realmente há espaço para a questão: qual a relação que há entre, por exemplo, os enunciados ‘O menino gremista foi atropelado’ e o enunciado ‘Há um menino gremista’, quando o primeiro é asserido? Chamemos o primeiro enunciado de S e o segundo de S’. As possíveis interpretações oferecidas por Sellars é que se Strawson recusa que a relação seja estabelecida porque S também asserir S’, então deve ser porque o falante crê que S’. Assim, há pelo menos três hipóteses de interpretação: a *primeira* a relação entre o que é asserido S e o que é pressuposto S’ é dado pela mera crença do falante; a *segunda* a relação fica estabelecida pela crença verdadeira do falante; e a *terceira* a relação fica estabelecida porque “em ponto de fato” S’ é o caso. Os problemas são os seguintes: a primeira alternativa é absurda, pois, se a verdade ou falsidade de um enunciado dependesse meramente da crença por parte do falante de S’, então o nada impede que o falante creia falsamente em S’ e isso ainda seria suficiente para que S fosse verdadeira ou falsa, o que é absurdo. A segunda, ainda que exclua essa possibilidade, é problemática, pois, dado uma enunciação despretensiosa de S onde o falante não crê em S’ fica impedido que S seja verdadeiro ou falso. Já a terceira exclui a crença do falante deixando somente a questão do fato presente da existência do item referido como responsável pela relação entre o que é asserido S e o que é pressuposto. Porém o que seria dito nos casos em que nós não temos a possibilidade de vislumbrar “em ponto de fato” a existência do item referido? Assim, conclui Sellars acerca da avaliação da tese de Strawson que

[...] não é claro de sua explicação se ele quer dizer com isso que é incorreto fazer um enunciado de uma dessas formas [a forma de S] a menos que alguém *acredite* (verdadeiramente) que a classe de sujeitos tem membros, ou que é incorreto fazer o enunciado a menos que a classe de sujeito tenha membros *quer alguém acredite ou não* (1954, p., 209-210). (Grifos do autor)

Em *Reply to Mr. Sellars* Strawson responde as objeções de Sellars. A acusação é justamente de que Sellars teria confundido o que é logicamente pressuposto com o que é pragmaticamente pressuposto. Assim Strawson afirma: “Sellars, [...] parece pensar que eu

estou comprometido em dizer que as condições sob as quais S tem um valor de verdade são as mesmas condições sob as quais é correto para o falante asserir S [...] (1954, p. 217). Destarte, provido que do ponto de vista lógico sua “definição tenha a consequência que S’ [o enunciado pressuposto] em qualquer sentido ordinário *não* é um componente do que é asserido por S [o enunciado que pressupõe]”, e que “a definição não faz referência alguma para as crenças dos falantes e ouvintes”, disso não se segue que não seria pragmaticamente “incorreto [...] para o falante asserir S a menos que ele acreditasse ou tomasse por garantido que S’” (*Idem*). Porém, reitera Strawson, “certamente não tem a consequência que se é, por essa razão, incorreto para um dado falante asserir S, então S não tenha valores de verdade [...]” e finaliza: “Quer ou não S tenha valores de verdade depende de uma coisa, a saber, se S’ é verdadeira. Quer ou não seja correto para um falante asserir S depende completamente de outra coisa (*eu não quero dizer somente sobre isso*), a saber, se o falante acredita que S’, ou não” (*Idem*) (grifos nossos). Contudo, sejam as objeções de Sellars fruto de uma confusão entre o que é logicamente pressuposto e o que é pragmaticamente pressuposto quando alguém enuncia S, ainda podemos questionar se a questão que motiva suas objeções é correta, a saber, questão pela relação entre o que é asserido e o que é logicamente pressuposto. Quanto a isso Strawson afirma meramente que “[...] todo o ponto da relação de pressuposição, como eu a concebo, é justamente que isso seja possível – e familiar” (*Idem*). E como razão para suportar sua análise ele pede que vejamos os casos em que ocorrem questões e ordens – os casos oferecidos por Strawson são a pergunta “‘Jones parou de bater na avó?’” e a ordem “‘Jones, você pare de bater na sua avó!’”(1954, p. 217). Em tais casos “nem a questão nem a ordem *asserem* qualquer coisas”, porém ambos só funcionam sob a pressuposição de que ‘Jones alguma vez bateu na sua avó’, de tal modo que onde esse enunciado é falso não caberia ‘sim’ ou ‘não’ para a pergunta nem a obediência ou a desobediência para o comando (STRAWSON, 1954).

Acima, nós grifamos propositalmente a frase de Strawson “*eu não quero dizer somente sobre isso*”, pois ela afirma que a crença não seria o único elemento que é pressuposto pelo ouvinte nas situações em que vê um falante usar uma sentença específica para enunciar algo. Deste modo, cabe uma breve descrição das coisas que são pragmaticamente pressupostas e de que elas decorrem.

2.1.4.2. Descrição da Noção de Pressuposição Pragmática

A noção de pressuposição pragmática pode ser definida como os aspectos que devem estar cumpridos para que uma sentença seja corretamente usada. Assim, afirma Strawson,

[...] sempre que um homem usa qualquer expressão, a pressuposição [por parte da audiência] é que ele pensa estar usando ela *corretamente*: assim quando ele usa a expressão ‘O assim e assim’, em um modo referencial individualizante, a pressuposição é que ele pensa ambos que há *algum* indivíduo dessa espécie, e que o contexto de uso suficientemente determinará qual ele tem em mente. (STRAWSON, 2004, p. 10) (grifos nossos)

Porém a questão é: o que determina que ele saiba corretamente usar tal expressão? E a resposta é: que conheça o significado da mesma. Significado consiste nas regras gerais de uso que possibilitam os falantes dar cabo da intenção de comunicação. Assim, segundo Strawson, “o fato que a sentença e a expressão²⁶, respectivamente, sejam significantes é justamente o fato que sentença *possa* ser usada, em certas circunstâncias, para mencionar uma pessoa particular; e saber seu significado é saber que tipo de circunstâncias elas são” (2004, p. 9). Aqui não devemos confundir sentença e enunciado, uma sentença é um conjunto de sinais que pode ser usado para apresentar um fato, enquanto suas regras de uso é o que possibilita que ela possa ser usada em um número infundável de situações para referir e, sendo uma sentença completa, enunciar um fato. Já um enunciado consiste em um dado uso particular de uma sentença, a fim de introduzir uma proposição para um ouvinte – em cada uso particular de uma mesma sentença o significado permanecerá o mesmo –, enquanto os itens referidos – pelo menos no caso de serem particulares – serão na maioria das vezes distintos, e o contexto, necessariamente será distinto – uma vez que pelo menos a situação temporal sempre será distinta. O que há efetivamente, para qualquer uso de uma sentença, é a pressuposição de que, estando em jogo comunicação, a sentença estará sendo usada conforme suas regras gerais de uso – seu significado –, embora somente o contexto possa efetivamente revelar se a pressuposição é correta. Em outras palavras, em uma dada situação de comunicação, o ouvinte, vendo alguém usar uma sentença para lhe dizer algo, pressupõe que o falante tem domínio das regras de uso da sentença ou expressão em questão. Assim, dependendo dos mecanismos usados para referir e/ou enunciar, segue-se pressuposições acerca de seu uso. Por exemplo, uma pressuposição geral acerca do uso enunciativo de uma sentença é que o falante acredita que há o objeto para o qual ele está referindo. Desta forma, ao usarmos artigo definido feminino em ‘A mesa está coberta de livros’; ou quando referindo com o uso do demonstrativo ‘isto’, “em algum sentido seria uma *evidência* que ele [o falante] *acredita* que há [...]” aquilo para o qual esta sendo referido. Assim, faz parte do significado da palavra ‘o’ ser usada “ou quando uma prévia referência foi feita, e quando ‘o’ sinaliza que a mesma

²⁶ Strawson em *On Referring* usa o termo ‘expressão’ para se referir aos termos que, numa sentença, podem atuar como expressões referenciais individualizantes.

referência está sendo feita; ou quando, na ausência de uma prévia referência indefinida, o contexto (incluindo o assumido conhecimento do ouvinte) é esperado capacitar o ouvinte a dizer *qual é a referência que está sendo feita*”, e descrições como essas são efetivas descrições do significado dessas expressões (STRAWSON, 2004, p. 9). Porém, mais uma vez, do fato de que o significado das expressões consista em suas possíveis ocasiões de uso, isso não implica que em cada uso dessas ocasiões suas condições de correto uso estejam cumpridas, embora se pressuponha sob a justificativa de suas adequadas ocasiões de uso serem sua própria razão de ser.

O que deve ser notado sobre as noções de pressuposição lógica e pressuposição pragmática é que esses são aspectos gerais que governam o uso referencial e, por essa mesma razão, podem apenas indicar o caminho que deve ser seguido para o tratamento de questões ontológicas. Tal como foi visto, as análises da relação entre as noções de valores de verdade e existência nos conduziram a questão de quais são as condições para que haja a introdução de indivíduos lógicos em nosso discurso, e quão distinta são essas condições nos casos em que é introduzido um particular espaço-temporal como um indivíduo dos casos em que é introduzido um geral como indivíduo de uma proposição. As respostas a essas perguntas devem ser buscadas nas situações específicas de referência para esses itens, onde o determinante será os Requerimentos Contextuais a serem cumpridos.

2. 2. *Requerimento contextual*

Até então, as análises ainda não conseguiram tocar as coisas no mundo, ou seja, ainda não foi falado sobre o modo como a referência se relaciona com as entidades do mundo, em geral. Pois, de um lado, a pressuposição pragmática consiste na crença por parte do ouvinte de que as condições de correto uso de uma expressão estão sendo respeitadas; já, de outro lado, a pressuposição lógica consiste nas condições que devem ser cumpridas para que uma sentença venha a ter valores de verdade, ou seja, venha a enunciar algo. Assim, dois aspectos devem ser notados: *primeiramente*, ainda não temos algum ponto categorial envolvido na argumentação; e, *em segundo lugar*, ambas as noções de pressuposição ocorrem no processo de referir tanto quando usamos um termo singular referindo identificadamente a uma propriedade ou geral como quando usamos um termo singular para referir a particulares espaços-temporais. Logo, temos de procurar outro aspecto da referência em que estejam presentes as noções de espaço e tempo, as quais estarão ausentes em outro.

Quais são os demais aspectos envolvidos em uma situação de comunicação em que uma referência identificante é feita com sucesso? O primeiro aspecto é, segundo Strawson,

que requeremos para referir identificadamente “algum mecanismo”²⁷, ou mecanismos, para mostrar ambos *que* uma referência única é intentada e *qual* referência única ela é; algum mecanismo requerendo e capacitando o ouvinte ou leitor a identificar do que é que nós estamos falando” (2004, p. 14) (grifos do autor). Os mecanismos em questão consistem nas expressões, ou mesmo gestos, que empregados em situações de comunicação possam “representar” que referência está sendo feita (STRAWSON, 1956, p. 447). E tal feito é possibilitado porque tais mecanismos são regidos por “convenções linguísticas” as quais possibilitam o seu uso e compreensão entre os falantes (STRAWSON, 2004, p. 14). Porém, afirma Strawson,

[...] exceto no caso de nomes próprios genuínos [...], o cumprimento das condições contextuais mais ou menos precisamente enunciáveis é *convencionalmente* (ou, em um amplo sentido da palavra, *logicamente*) requerido para o correto uso referencial de expressões em um sentido no qual isso não é verdade dos corretos usos adscritivos. (*Ibidem*, p. 14) (Grifos do autor)

Ou seja, no emprego de expressões para referir a particulares espaços-temporais o contexto, juntamente com as convenções de uso das expressões, passa a ser peça fundamental, a qual está ausente nos usos adscritivos – e, como veremos, ausente também nos casos em que introduzimos um universal como indivíduo numa proposição.

O contexto, segundo Strawson, é entendido como, “pelo menos, o tempo, o espaço, a situação, a identidade do falante, o assunto que forma o imediato foco de interesse, a história pessoal de ambos os falantes e esses sobre os quais estão falando” (2004, p. 14). Agora, mencionar que o contexto é determinante para o cumprimento de uma função linguística não é suficiente a menos que seja mostrado de que modo esse contexto interage com os demais aspectos envolvidos. Esse aspecto de interação é chamado por Strawson de requerimento contextual, o qual é entendido por ele como “o requerimento que a coisa deva estar em *uma certa relação para o falante e para o contexto de elocução*” (*Idem*) (grifos nossos). Em contrapartida veremos que esses aspectos são linguisticamente refletidos nas respectivas funções que os mecanismos de referência desempenham, assim, embora não em todos os casos, muitos dos mecanismos que cumprem a função de indicar *que* uma referência está sendo feita também são capazes de especificar essa “certa relação” que o particular mantém com o falante e o ouvinte – relação espacial ou temporal; de outro modo, os mecanismo que representam *qual* referência está sendo feita, muitas vezes, são capazes de refletir os interesses e as intenções dos falantes. Chamaremos, a propósito de praticidade, mecanismos do tipo A e mecanismos do tipo B, respectivamente. No que se segue, muito pouco será dito

²⁷ No original a palavra é *device*.

sobre nomes próprios; um tratamento sobre o assunto é plenamente possível, embora distinto²⁸.

2.2.1 Mecanismo do Tipo A e suas Representações

Mecanismos que têm a tarefa, quase que exclusivamente, de representar que uma referência está sendo feita são, tipicamente, demonstrativos, artigos definidos e indefinidos, pronomes, advérbios e, em último caso, a flexão do verbo ocorrendo nas frases. As características peculiares a tais mecanismos de referência são: *primeiro*, eles são maximamente “dependentes do contexto de elocução” (STRAWSON, 2004, p. 15). Deste modo a expressão ‘isso’ distingue-se das expressões ‘O rei da França’ ou ‘gato’, pois quase não há restrições para o tipo de coisas que podem ser referidos com o uso da expressão ‘isso’, de modo que aquilo que está sendo referido com seu uso depende essencialmente do contexto de sua elocução. Distintamente, as expressões do segundo tipo – ‘O rei da França’ e ‘gato’ –, ainda que dependam do contexto de sua elocução, em certa medida, sofrem uma drástica restrição quanto ao tipo de coisas que elas podem corretamente referir. Concernente aos demonstrativos, em especial, pode ser realizado uma distinção quanto ao tipo de coisas que eles podem referir. Podemos distinguir entre uso primário e uso secundário de demonstrativos correspondentemente as noções de contexto geral e contexto discursivo. Assim, poderíamos dizer que quando demonstrativos ocorrem de forma primária, onde o contexto determinante para sua referência é o contexto geral – acima definido –, então as coisas que eles podem referir necessariamente devem manter uma relação espaço-temporal com o falante e o ouvinte. Enquanto que, quando referimos com uso secundário de demonstrativos, onde o contexto determinante para a referência é um dado contexto discursivo, então as coisas que podem ser referidas com seu uso não tem qualquer restrição categórica – assim é coerente afirmar que todos os demonstrativos presentes neste texto são de uso secundário.

O *segundo* aspecto é referente à ‘drástica restrição’ acusada para expressões como ‘O rei da França’ e ‘gato’. O determinante neste aspecto é sua “força descritiva²⁹” a qual é nula ou muito reduzida no caso dos mecanismos do tipo B (STRAWSON, 2004, p. 16). Segundo Strawson, o significado descritivo pode ser definido como as “limitações convencionais, em aplicação, para coisas de certo tipo geral, ou possuindo certas características gerais” (2004, p. 16). Assim, ‘isso’ contém uma força descritiva nula e ‘ele’, o artigo definido ‘o’, ‘esse’, são expressões que possuem uma força descritiva mínima podendo, somente em situações muito

²⁸ Cf. Strawson (1974b)

²⁹ Strawson também usa o termo “descriptive meaning” (2004, p. 15-16)

remotas, adquirir um uso adscritivo³⁰. Já no caso de substantivos, em geral, não é possível que façamos uso das palavras com tanta latitude categorial sem que sejamos corrigidos³¹. Nesta classificação, também entrariam nomes próprios como as expressões que não contêm qualquer conteúdo descritivo, porém, diferenciam-se dos mecanismos do tipo B, pois nomes próprios são regidos por convenções de uso *ad hoc*, enquanto que os demais são regidos por convenções gerais de uso. As “convenções gerais para referir e adscrever” pertencem tanto expressões do tipo A quanto expressões do tipo B, essas têm a característica de não se alterarem em função do seu contexto de falantes. Já convenções de uso *ad hoc* ganham vida em função de um dado contexto de falante que a usam, mas um mesmo nome próprio pode ter convenções distintas dependendo do contexto.

Vejam os alguns exemplos de alguns mecanismos do tipo A e sua articulação com os requisitos contextuais. Segundo Strawson: “O requerimento contextual para uso referencial de pronomes pode ser enunciado com maior precisão em alguns casos (por exemplo, ‘Eu’ e ‘você/tu’) e somente com maior vagueza em outros (‘isto’ a ‘isso’³²)” (2004, p. 17). “Assim, por exemplo, no limítrofe caso da palavra ‘Eu’ o requerimento contextual é que a coisa deva ser idêntica com o falante” (STRAWSON, 2004, p. 14). Daí, nós também poderíamos derivar o requerimento contextual da palavra ‘tu/você’, a saber, que a coisa deva ser idêntica ao ouvinte, ainda que problemas surgiriam quando a audiência não fosse composta por apenas uma pessoa. Vejamos o caso dos demonstrativos, os quais o requerimento contextual pode somente ser enunciado com maior vagueza. Nestes casos, pressupomos naturalmente que uma referência está sendo feita, e, ao mesmo tempo, que o item referido está proximamente presente, uma vez que está sendo usado na referência o demonstrativo ‘isso’; de outro lado, se em vez disso usássemos demonstrativo ‘aquele’ teríamos também a pressuposição de que estamos fazendo um uso referencial, e, neste caso, que a coisa está presente não tão próxima de nós. Contudo, podemos notar que enquanto o mecanismo é capaz de nos mostrar *que* uma referência está sendo feita e situar o falante em relação ao objeto referido, ele é ineficiente para indicar *qual* referência está sendo feita ou que *tipo* de referência está sendo feita – em outras palavras, em geral, há uma variedade de particulares que podem manter uma relação espacial, em um dado momento, com um falante. Não obstante, há ainda mecanismo que

³⁰ Imaginemos o caso, por exemplo, em que uma mulher de aparência andrógena está em nossa presença e alguém diz, referindo-se a ela, ‘Ele vai nos acompanhar’. Não seria errado, e muitas vezes suficiente, se alguém replicasse: ‘Ele é ela!’.

³¹ O uso do termo “força descritiva” remete justamente ao possível constrangimento no caso de uma aplicação incorreta das expressões.

³² Os exemplos dos dois parênteses, no original, são respectivamente “‘I’ and ‘you’” e “‘it’ and ‘this’”, porém, em português não há uma palavra que equivale a ‘it’, contudo usamos a tradução de ‘isto’.

sofrem de uma maior vagueza, a saber, os artigos definidos e indefinidos. Assim, segundo Strawson:

Nós usamos “o/a” ou quando uma prévia referencial foi feita, e quando “o/a” sinaliza que a mesma referência está sendo feita; ou quando, na ausência de uma prévia referência indefinida, o contexto (incluindo o presumido conhecimento do ouvinte) é esperado capacitar o ouvinte a dizer *qual* referência está sendo feita. Nós usamos “um/uma” ou quando essas condições não estão cumpridas, ou quando, ainda que uma definida referência *possa* ser feita, nós desejamos manter em segredo a identidade do indivíduo para quem, ou para o qual, estamos referindo. (2004, p. 18-19) (grifos do autor)³³

Assim, os mecanismos do tipo A são responsáveis pela indicação de *que* uma referência está sendo feita. Em alguns casos, esses mecanismos também são capazes de fixar parte do requerimento contextual – no caso dos demonstrativos, por exemplo; em outros, todo o requerimento contextual é especificável – o caso do pronome ‘Eu’, por exemplo; e em outros, sua especificação repousa totalmente sobre uma prévia referência – no caso dos artigos definidos; e, por fim, há também aqueles que surgem justamente como um sinal de que esses requerimentos não podem ou não desejam ser cumpridos – no caso dos artigos indefinidos. Assim, resta perguntar: o que é determinante para os casos em que os requerimentos contextuais não podem ser precisamente enunciados desde um dado uso de uma expressão do tipo A? Surge então a grande importância das expressões do tipo B.

2.2.2 Mecanismo do Tipo B: suas Representações e Funções

Os mecanismos que especificam *o que* estaríamos referindo em um dado contexto têm a tarefa de especificar³⁴ de que tipo é a coisa que estávamos referindo. Expressões desse tipo são tipicamente substantivos, adjetivos e verbos cuja força descritiva tem a função de especificar o tipo de coisas que estão sendo referidas. Essas expressões podem ser geralmente caracterizadas por, pelo menos, três aspectos: 1) tais expressões desempenham papel crucial na referência somente nos casos em que ocorrem como sujeito gramatical de uma sentença formando parte de um fidedigno termo singular, enquanto não será considerada sua função adscritiva³⁵; 2) deve ser notada a importância que cumpre a força descritiva desse grupo de expressões, pois, segundo Strawson, “termos singulares com conteúdo descritivo explícito (*com ou sem demonstrativos explícitos ou elementos indexicais também presentes*) podem ser

³³ Notemos, no tocante ao exemplo, que no inglês artigo definido e indefinido não contém qualquer força descritiva, enquanto que no português o artigo carrega consigo a força descritiva de gênero feminino e masculino.

³⁴ ‘Especificar’ também é definido por Strawson (1956) como “um sentido fraco de identificação”, onde se identifica o particular como sendo o particular de um certo tipo.

³⁵ Strawson introduz a noção de uso adscritivo como uma alternativa, a nível lingüístico, para uso atributivo. A noção de uso adscritivo frisa o aspecto da dependência da regra de uso, enquanto o uso atributivo descansa sobre o aspecto categorial do item referido.

usados para fazer referência direta” (2005, p. 92) (grifos nossos); 3) quando essas expressões ocorrem como termos singulares, “seu conteúdo descritivo não entra no enunciado das condições de verdade do que é dito, isto é, da proposição que é afirmada, ou expressa, pelo falante” (*Ibid.* p. 93). Excetuando o aspecto 1) seguem-se os respectivos comentários: devemos notar acerca de 2) que termos singulares possuindo uma expressão com força descritiva são tão relevantes na tarefa de identificar o tipo de coisa que estávamos referindo do que são demonstrativos – ainda que, em última instância, demonstrativos tenham fundamental importância na tarefa de referir³⁶, a indexicalidade de um enunciado, em muitos casos, pode ser representada de outros modos como, por exemplo, pela flexão do verbo na frase. Acerca de 3) deve ser notado que, para Strawson, expressões cuja força descritiva tenha a tarefa tão somente de especificar as condições de atribuição de valores de verdade, não devem ter seu conteúdo caracterizador incluído no jogo proposicional “do que é dito” (*Idem*) (Grifos nossos). Assim, uma vez que tais expressões são responsáveis pela especificação do tipo de indivíduo que está sendo referido, são também responsáveis pela determinação da identidade da proposição que é proferida, provido que sua ocorrência tenha tido sucesso na referência pretendida. Os argumentos de Strawson em prol de 2) são: i) que nas situações em que referimos, por exemplo, como ‘Esse balde está quebrado’, onde não há tal coisa como um balde nossa atitude não seria a de tomar a proposição como falsa sob a justificativa de que ‘seja o que for a coisa em questão ela é qualquer coisa que não um balde’, mas neste casos nós falhamos em referir e logo falhamos em introduzir proposição qualquer em nosso discurso³⁷ (STRAWSON; 2005); e ii) que mesmo para os casos onde há as coisas às quais estamos referindo de tal forma que o conteúdo descritivo tem sucesso em especificar as condições de verdade do que é dito, a afirmação de que o conteúdo descritivo da expressão entre na caracterização do que é dito pelo falante poderia ser verdadeira para muitos casos, mas não necessariamente para todos, uma vez que muitas vezes a referência pode ser feita com certa ironia (STRAWSON; *Ibidem*). E, por fim, deve ser notado que a possibilidade de que o conteúdo descritivo dessas expressões venha auxiliar na determinação das condições de verdade dos enunciados em que elas ocorrem advém da capacidade dessas expressões de indicar que uma coisa é de certo tipo, ou seja, de suprir princípios de distinção e identificação para entrada de indivíduos em uma proposição – ou suprir base para a tais princípios. Cabe mencionar que, segundo Strawson, “a idéia de um indivíduo é a idéia de uma instância

³⁶ Cf. sub-Capítulo sobre Referência e objetos Materiais.

³⁷ Essa é uma razão pela qual a alternativa oferecida por Sellars (1954, Cap., V) só pode ser vindicada para os casos em que há efetivamente o objeto referido pelo termo singular, caso contrário não pode se seguir uma proposição falsa, pois não há uma tal proposição.

individual de alguma coisa geral.”, somente podemos identificar indivíduos enquanto incorporando implicitamente fatos particulares; reiterando, o filósofo afirma que “não há tais coisas como puros particulares” (2004, p. 26). Porém, para examinarmos no que consistem os princípios de enumeração e identificação supridos por tais expressões, quando ocorrentes como termos singulares, devemos considerá-las como distintas sob alguns aspectos, pois, esses aspectos serão determinantes para o modo como esses princípios se dão.

2.2.2.1 Expressões do Tipo B e Suas Representações: Princípios de Enumeração e Identificação

Segundo Strawson (*Ibidem*, p. 25), tais expressões podem ser divididas, quanto a sua ocorrência como termos singulares em três grupos de expressões, a saber, *i*) nomes de materiais, *ii*) nomes de substâncias – ou sortais –, e *iii*) nomes de propriedades ou qualidades. Respectivamente, as coisas gerais que esses termos designam são, por exemplo, ‘neve’, ‘ouro’, ‘água’, ‘areia’, ‘cerâmica’; ‘(uma) maçã’, ‘(um) gato’, ‘(um) cavalo’; e ‘vermelho’, ‘sabedoria’, ‘macio’. Ainda que tais distinções não esgotem toda a possibilidade de distinção quanto ao tipo de termos gerais que podem desempenhar o papel de representar *o que* está sendo referido, tais distinções são suficientes para seus fins (STRAWSON, 2004).

i) Contrastados os três grupos de expressões no tocante aos casos em que essas ocorrem como, ou como parte de, um termo singular representando o tipo de coisas que o objeto referido é, pode-se vislumbrar nos nomes de propriedades certa “*latitude categórica*”. Segundo Strawson, “quando nós consideramos as coisas que filósofos estão preparados para contar como instâncias individuais dessas coisas gerais, nós achamos considerável latitude na categoria de coisas à quais essas coisas podem pertencer” (*Ibid.*, p., 25). Por exemplo, quais são as coisas que podemos nos referir usando o termo geral ‘vermelho’ de forma caracterizadora a fim de que o ouvinte possa identificar o que estamos referindo? Podem ser ‘(uma) maçã vermelha’, ‘(uma) camisa vermelha’, ‘(um) copo de cerâmica vermelha’, ‘(uma) imagem metal vermelha’. Do mesmo modo, quantas coisas podem ser instância de sabedoria? Uma observação sábia, um argumento, uma pessoa. Já, se levamos em conta as expressões do grupo *i* e o grupo *ii*, devemos notar que nomes de substâncias não sofrem de qualquer latitude no tocante ao tipo de coisas que o termo designa; e, no caso dos nomes de materiais, há alguma latitude, muito embora não devamos dizer que essa latitude é categorial, assim, podemos então nos referir a ‘montes de neve’, ‘bolas de neve’, ‘quedas de neve’. Destarte, há

uma latitude quanto à categoria de coisas que podemos contar como sendo caracterizadas por esses termos gerais do grupo iii, a saber, nomes de propriedades ou qualidades.

Strawson também afirma que “esses termos são os mais *sofisticados* e os mais *dispensáveis*” (*Idem*) (grifos nossos). Que eles sejam os mais dispensáveis consiste justamente no fato de que sua ocorrência é, na maioria das vezes, insuficiente para que o ouvinte possa determinar o que estamos nos referindo, ou seja, quando ocorrem com intenção de fazer um enunciado empírico junto de um demonstrativo ou indexical – ainda que em certos casos o contexto seja decisivo de tal forma que o ouvinte venha a interar-se da referência do falante. Se o termo for conectado meramente com um demonstrativo ou um indexical, há sempre grande indeterminação nas coisas que podemos contar como contendo certa propriedade; muito embora frases como essas sejam frequentemente usadas em casos em que já há uma referência prévia ao tipo de coisas que está em pauta em certa situação de diálogo. Quando alguém diz ‘Esse vermelho’ para destacar certa coisa de outras como contendo a cor vermelha, se é o caso em que há uma referência prévia restringindo o contexto, provavelmente não haverá espaço para a pergunta ‘Que coisa vermelha?’ – imagine a situação em que duas mulheres estão indo ver tecidos em uma loja, uma delas, antes de chegar à loja fala, ‘Gostei muito de um tecido que vi lá’, e, chegando à loja, a mesma mulher profere ‘Esse vermelho’ –; porém, se em certa situação apenas é dito, ‘Aquele vermelho é lindo’, ainda que o contexto seja quase exaustivo, normalmente a afirmação por parte do ouvinte virá acompanhada de um pedido de confirmação, tal como ‘O pôr do sol, não é?’. Que esses termos sejam os mais *sofisticados* podemos vislumbrar nas situações em que eles estão atuando como termos singulares que são capazes de suprir princípio de enumeração e identificação. Se tomarmos os exemplos acima mencionados, quando foi ilustrada a latitude categórica peculiar dos nomes de propriedades, veremos que, quando essas expressões fazem parte de um termo singular que é capaz de suprir princípios de enumeração e identificação, a caracterização do termo não atuará diretamente sobre o demonstrativo, mas sim, sobre outro termo, um sortal, que por si mesmo já é capaz de produzir tais princípios de enumeração e contagem. Em nossos exemplos – ‘(uma) maçã vermelha’, ‘(uma) camisa vermelha’, ‘(um) copo de cerâmica vermelha’, ‘(uma) imagem metal vermelha’ – o nome da propriedade atua, quando compo parte do termo singular, sobre um sortal que forma, junto do artigo indefinido, não um nome de um geral, mas uma designação indefinida. Ou seja, tais termos, quando compo um termo singular capaz de suprir princípios de contagem e identificação (quando for o caso), atuam a um nível de *complexidade de segundo grau*, pois atuam distinguindo uma(s) coisa(s) pertencente(s) a um grupo de coisas já discriminado pelos

princípios supridos por outro termo geral sortal ambos compondo uma designação definida ou indefinida, dependendo dos propósitos do falante. E isso justifica o fato de que, segundo Strawson (*Ibidem*, p. 25), esses termos “derivados de adjetivos e as coisas gerais que eles nomeiam normalmente entram em nossa fala por meio dos adjetivos dos quais seus nomes são derivados”.

ii) A segunda característica que é obtida quando contrastamos os três grupos de expressões serve para que possamos notar o fato de que, quando usamos nomes de substâncias – sortais, em geral –, sejam como termos singulares ou como predicados, esse nome figura no enunciado mais naturalmente como uma designação indefinida, e não como o nome de uma propriedade em si. Segundo Strawson (2004), se nós fizermos uso da fórmula técnica ‘é uma instância de’ obteremos que: quando usamos um termo do tipo i e iii do lado direito da fórmula o que ocorre é o nome de uma propriedade, mas quando usamos uma expressão do tipo ii o que ocorre é uma designação indefinida. Por exemplo, quando dizemos ‘x é uma instância de cavalo’ significa o mesmo que dizer ‘x é uma instância de um cavalo’, pois, não há escolha no tipo de coisas que possam ser desta espécie; distintamente, se digo ‘é uma instância de neve’, o termo ‘neve’ em si designa o nome de um material, uma vez que há em cada contexto uma relativa latitude, ainda que não categorial, nos tipos de coisas que podem ser do tipo neve – ‘Esse monte de neve’, ‘Esse boneco de neve’ etc. No caso do grupo de expressões iii, sua latitude é ainda maior, englobando particulares de categorias distintas. Deste modo, segundo Strawson (*Ibidem*, p. 26), “parece como se, quando nós dizemos que x é uma instância de y , então quando y é tal que não há escolha para o tipo de coisa que podemos contar como uma instância dele, nós não sentimos necessidade de um verdadeiro nome de coisa-geral para y , isto é, um nome diferindo de uma instância individual de uma instância de y ”. Agora, também podemos notar que tais observações não se restringem tão somente à fórmula técnica ‘é uma instancia de’.

Se nós tomamos enunciados simples em que um dos termos ocorre com a tarefa de introduzir um indivíduo na proposição e outro com a tarefa de adscrever algo para esse indivíduo e, detendo-nos na tarefa de referir, fazendo um teste usando nomes dos tipos i, ii, e iii, veremos que nossas conclusões serão muito semelhantes. Vejamos os casos onde, em um enunciado simples, usamos uma expressão do grupo iii para introduzir um sujeito lógico em uma proposição, desse modo teríamos as seguintes possibilidades: podemos referir com o nome de uma propriedade de tal forma que o termo no enunciado seja acompanhado ou de um artigo definido, ou de um artigo indefinido, ou sem qualquer artigo, ou acompanhado de um demonstrativo. Desse modo, obtemos, respectivamente, ‘O vermelho é uma linda cor’, ‘Um

vermelho lindo’, ‘Vermelho é uma linda cor’, e ‘Esse vermelho é lindo’. No caso da designação definida, o que ocorre é um legítimo nome de uma propriedade referindo a uma propriedade abstrata, onde sua individuação depende meramente de seu significado linguístico; no caso da designação indefinida, da ocorrência da expressão como termo singular unicamente, e da expressão junto do demonstrativo, em geral, suas formas gramaticais indicam que os enunciados pretendem fazer uma referência empírica, muito embora, – da mesma forma como quando investigamos com auxílio da fórmula ‘é uma instância de’ – há uma variedade de coisas que podemos estar referindo, dependendo do contexto. No caso da designação indefinida ‘Um vermelho lindo’, normalmente usamos para falar indefinidamente de uma instância que não temos o interesse que meu ouvinte identifique; no caso da ocorrência da expressão sozinha, temos um enunciado frequentemente usado com prévia referência, quando queremos exclamar algo, ainda que também possamos usar para designar abstratamente a propriedade em si; e no caso da ocorrência com o demonstrativo, temos a referência a uma instância da propriedade, onde o que nos é de interesse informar é a propriedade instanciada, a qual o ouvinte terá identificação se o contexto for suficiente para mostrar a instância que estamos designando, embora, em cada contexto de uso da frase, essa instância possa ser sempre diferente.

Nos casos onde ocorrem nomes de materiais, é possível haver resultados semelhantes. Se tomarmos frases em que ocorrem expressões do tipo ii, sem formarem um sortai. Assim temos, por exemplo, ‘A neve cai todos os invernos’, ‘Neve é o que cai no inverno’, ‘Uma neve atrasou os vôos’, e ‘Essa neve é que deveria ser removida’. Concernente ao primeiro exemplo ocorre algo quase similar, pois podemos dizer que neste caso estamos referindo abstratamente ao geral neve, enquanto é possível cair tempestades, bolas, flocos, etc. O segundo exemplo também é similar na medida em que a frase é comumente usada em situações de prévia referência, embora seja mais usada como um enunciado empírico. Porém, os demais exemplos têm uma ocorrência mais rara do que pode ser esperado dos anteriores, e isso se dá em virtude de que nomes de materiais, quando são usados empiricamente, figuram em frases que funcionam como sortais, pois esses são usados mais tipicamente para designar uma latitude precisa de suas instâncias, por exemplo, ‘Esse monte de neve é o que deveria ser removido’ e ‘Uma tempestade de neve atrasou os voos’. Nos casos em que usamos um nome de substância, ou natural sortai³⁸, em todos os casos o que obteremos será sempre uma frase que funcionará como uma designação indefinida ou definida, e nunca um nome de uma

³⁸ Nós distinguimos entre sortais naturais como ‘cavalos’, ‘maçã’ etc. e sortais em geral, onde incluímos expressões como ‘monte de neve’, ‘castelo de areia’, etc.

propriedade. Há evidentemente os casos em que nomes de substâncias são usados como nomes de espécies abstratas, mas seguramente o nome de uma espécie em si pressupõe os seus indivíduos particulares.

iii) Uma terceira característica, segundo Strawson (2004, p. 26), pode ser oferecida quanto à referência a objetos particulares. Há pouco, quando falávamos sobre frases onde o nome de uma propriedade ocorria junto de um demonstrativo, foi dito que esse tipo de ocorrência é de caráter empírico e tem seu uso típico quando temos o interesse de comunicar algo sobre a propriedade instanciada e não sobre a instância particular. Porém, foi notado que há, dependendo do contexto de elocução, uma latitude grande de coisas que podem instanciar essa propriedade, assim também seria impossível imaginar quais seriam os critérios de enumeração e identificação (se for o caso) da coisa referida. Agora, quando é que podemos referir com o uso de uma propriedade de modo a identificar uma instância particular da mesma? Strawson (*Idem*) afirma que “a receita mais simples, ainda que não a única, para formar os nomes dos membros desta classe é a seguinte: na fórmula ‘A(o)... de ...’, preenchendo a primeira lacuna com o nome-propriedade em questão, e a segunda lacuna com uma designação indefinida de um indivíduo apropriado”. E reitera, “uma analogia pode ser achada entre referir para um cavalo como ‘uma instância de um cavalo’ e referir para o presente estado de raiva de Jonas como ‘uma instância de raiva’”. O que ambas têm em comum é o fato de que, seguindo a fórmula, nomes de propriedades e designações indefinidas – no caso sortais – nesse caso, ambas as expressões quando usadas provêm princípios para enumeração e identificação do particular referido.

Por fim, devemos dizer algo sobre identificação e especificação. Sempre que mencionamos os dois conceitos o fizemos de forma distinta ressaltando que princípios de identificação se põem apenas em certos casos. Tais princípios são supridos quando o termo singular usado é suficiente para especificar o tipo preciso do particular referido em um dado contexto, distinguindo-o dos demais. Porém, nem sempre essa especificação é acompanhada de identificação espaço-temporal, pois há situações onde a mera especificação da espécie é suficiente para os propósitos de comunicação. Nos casos em que a identificação do particular também é requerida, mecanismos do tipo A cumprem uma importância definitiva para fixação dos requerimentos contextuais anteriormente aludidos. Assim, teríamos que dado o uso de um termo tal como ‘Esse gato’, ou ‘Esse monte de neve’, ou ‘Esse monte de pedra branca’, e provido que o objeto referido realmente exista, deve haver sucesso em referir. Porém em muitos casos isso não é suficiente, meramente porque o termo não foi capaz de apresentar o fato como tal para o ouvinte. Deste modo, o falante deve ter a capacidade de escolher outro

termo que possa apresentar o fato particular para o falante, e o falante deve ter a capacidade de saber qual é o fato particular referido. Agora, o que capacita que tal feito seja possível? A resposta de Strawson é que ambos falante e ouvinte devem estar de posse do conhecimento identificante do particular referido, sendo esse conhecimento o que capacita o falante a usar uma gama de distintas expressões para falar de uma mesma coisa, assim como invocar o conhecimento no falante. Logo, a função de uma expressão referencial não é somente a de representar – no duplo sentido – que uma referência está sendo feita, mas também a de invocar o conhecimento preciso do particular no ouvinte.

2.2.2.2 Expressões do Tipo B e suas Funções: Conhecimento Identificante

Pode-se dizer que a noção de conhecimento identificante serve para dar conta, em geral, de certo dilema que surge na articulação na noção de Pressuposição Existencial. O dilema pode ser expresso quando nos atemos às seguintes três condições que devem ser cumpridas para que uma referência seja feita com sucesso: *Primeira*, “que deva haver um particular ao qual o falante está referindo”. *Segunda*, “que deva haver um particular que o ouvinte tome como sendo referido pelo falante”, ou seja, a pressuposição existencial por parte do ouvinte também deve ser o caso. Agora, pode muito bem, embora falante e ouvinte ambos realmente estejam referindo para algo, ficar em aberto questionar se ambos tomam o mesmo particular como o particular para o qual uma referência está sendo feita – o particular cuja existência é pressuposta em ambos os casos. Deste modo cabe uma *terceira* condição, a saber, “que o particular do falante deva ser idêntico ao particular do ouvinte” (STRAWSON, 1971, p. 181).

Uma vez que a pressuposição pragmática esteja cumprida e, sendo um caso em que o falante seriamente pretende referir identificadamente para a um particular de modo que efetivamente exista o item particular para o qual o falante esteja referindo, ambos devem *saber* que particular está sendo referido pelo falante. Assim, para solucionar o caso da referencialidade de descrições³⁹ e identidade de referência, Strawson invoca a noção de conhecimento identificante, a qual o falante deve estar de posse para que uma referência identificante possa ser feita com sucesso; enquanto, de outra parte, também há a pressuposição da posse por parte do ouvinte de tal conhecimento identificante como condição para o ouvinte saber que particular é pretendido pelo falante em determinada referência. Os

³⁹ A noção de descrição aqui é entendida como os termos singulares cujas expressões envolvidas em sua composição contêm algum conteúdo descritivo que auxilia na caracterização do objeto de referência, sendo assim distinta da noção técnica de descrição definida empregada pelos teóricos da Teoria das Descrições.

critérios segundo os quais qualifica que um falante disponha de tal conhecimento consistem em três:

[a]) uma pessoa deve ser capaz de selecionar uma coisa em seu campo corrente de percepção. [b]) Ou ela pode saber haver uma coisa (não em seu campo corrente de percepção) para qual uma certa descrição se aplica que se aplica para nenhuma outra coisa: tal uma descrição eu chamarei *descrição identificadora*. [c]) Ou ela sabe o nome de uma coisa e é capaz de reconhecê-la, mesmo se ela não pode normalmente dar qualquer descrição identificadora outra do que uma que incorpore seu próprio nome. (STRAWSON, 2004, p. 58)

Porém, qual é precisamente a função que cumpre à noção de conhecimento identificante por parte do falante nas situações de referência, ou então, que aspecto da realidade essa noção pretende dar conta? Segundo Strawson (2004, 1971), o falante ao referir a um particular, diz somente o necessário para que o ouvinte saiba do que ele está falando, deste modo o contexto torna-se indispensável. Embora o contexto seja determinante na maioria dos casos de referência, se consideramos apenas o conteúdo descritivo do termo singular envolvido em determinada situação de referência haverá, para a maioria dos casos, sempre a possibilidade de que a descrição oferecida pelo termo singular seja aplicada para mais de um particular, havendo assim sempre a possibilidade de falha na referência. Agora, se o falante *sabe* efetivamente que particular ele deseja referir – isso quer dizer, que o falante esteja de posse do conhecimento identificante do particular pretendido –, então deve ser possível que ele responda a pergunta ‘Qual das coisas \mathcal{L} você pretende referir’. Deste modo, embora o falante “não diga mais do que o necessário” (STRAWSON, 1971, p. 182), se ele sabe de que coisa ele está falando, então ele será capaz de satisfazer qualquer uma dos três critérios acima mencionados; e a posse do conhecimento identificante é o que possibilita que tais critérios sejam satisfeitos. Outra forma de enunciar o mesmo aspecto seria dizer que “deve haver alguma proposição empírica verdadeira conhecida [...] para o falante, para efeito de que haja justamente um particular que responda para certa descrição” (*Ibidem*, p. 183); ou seja, é “[...] *universalmente* necessário que uma proposição empírica de um tipo precisamente *definido* [...] seja sabido ser verdadeira” (*Ibidem*, p. 185) (grifos meu). Foi salientado o termo ‘definido’, pois tal termo é equivalente a dizer que o enunciado por meio do qual tal fato é introduzido deve conter uma expressão que refira definitivamente para o item particular – em outras palavras, que refira identificadamente. Além disso, Strawson afirma que tal conhecimento identificante, enquanto um conjunto de fatos conhecidos, embora possam parecer fatos isolados nas variadas situações de referência, juntos

[...] formam uma rede imensamente complexa de conexões e relações – a rede, alguém pode dizer, de nosso conhecimento histórico e geográfico em geral, concedido que esses adjetivos não devam ser construídos como qualificando

somente objetos acadêmicos, mas também o conhecimento do mais despretenso tipo acerca das coisas e pessoas particulares que entram em nossas transações minuto a minuto ou dia após dia com o mundo. (2004, p. 58-59)

Porém, dúvidas à parte por um instante, devemos perguntar: em que sentido tal noção enquadra-se na teoria das pressuposições de Strawson? A resposta consiste em notar que se, de um lado, consiste em condição necessária para que uma referência identificante seja feita por um falante – ainda que não em qualquer caso – sua posse do conhecimento identificante do particular pretendido na referência, de outro, “uma similar condição deve ser satisfeita por um ouvinte, a fim de ser o caso de que há algum particular que o ouvinte tome o falante estar referindo” (*Idem*). Agora, o falante jamais poderá ter total certeza de que o ouvinte, em cada referência feita pelo falante, efetivamente disponha do conhecimento identificante acerca de particular visado, deste modo o falante em muitos casos apenas *pressupõe* que o ouvinte está de posse de tal conhecimento. Contudo, a relação entre o particular visado pelo falante em uma dada referência e o conhecimento identificante do ouvinte não fica estabelecida meramente pela posse de ambas as partes relacionadas na conversação. Deste modo, é necessário que o falante utilize uma expressão de um tipo adequado tal que terá a tarefa de “invocar” tal conhecimento no ouvinte “indicando para a audiência que coisa é, de todas as coisas do escopo do conhecimento identificante da audiência, que ele está declarando ser assim e assim” (*Ibidem*). Destarte, os tipos de expressões que são usadas como termos singulares onde é pretendida uma referência identificadora se adequam precisamente a tarefa de caracterizar ou indicar o particular segundo as possibilidades em cada contexto de conversação e, também, a tarefa de invocar o conhecimento identificante de posse da audiência precisamente do particular visado pelo falante. De modo que o contexto incide duplamente sobre a escolha da expressão do tipo B usada em dada situação pelo falante, de um lado, incide segundo as disposições naturais do particular referido e as relações espaciais e temporais entre o particular e os envolvidos na situação de conversação; de outro, incide segundo a história dos falantes, de modo que o termo usado pelo falante venha a invocar o conhecimento identificante, uma vez que o ouvinte esteja de posse do mesmo.

2.2.2.2.1. Referência Identificadora e Enunciados Existenciais

Uma vez que temos em mente a condição imposta pela noção de Conhecimento Identificante, devemos prestar atenção quão distinta são os tipos de expressões que usamos para fazer referência identificadora para particulares – são elas “[...] nomes próprios, descrições definidas e possessivas e demonstrativas, demonstrativos e pronomes pessoais”

(STRAWSON, 2004, p. 59) – das expressões que usamos para asserir a existência de um único particular. Uma condição de que alguém naturalmente use um enunciado que assera a existência e a unicidade de uma determinada coisa consistem justamente na pressuposição de que o ouvinte não tenha o conhecimento da existência do particular visado. Enquanto que, tal como foi exposto, uma condição de que uma referência identificante seja feita com sucesso consiste justamente que o ouvinte disponha do conhecimento identificante da existência da coisa visada e unicamente dela, de tal forma que estar de posse do conhecimento identificante de algo implica em ter capacidade de produzir um enunciado que, em um dado contexto, evite qualquer dúvida sobre o que está sendo referido – esta capacidade consiste no que Strawson chamou de “condição de unicidade conhecida” (*Ibidem*, p. 60). Segundo Strawson (*Ibidem*, p. 61) esse é “um modo natural de colocar o que é em si incontroverso”, que serve para introduzir um contraste entre dois tipos de enunciados distintos, a saber, aqueles cuja existência é *pressuposta* e aqueles cuja existência é *asserida*. Ou seja, enunciados existências e enunciados referenciais individualizantes.

Deste modo, se olhamos para as condições que podem gerar falha ou fracasso em uma referência identificadora no tocante à posse do conhecimento identificante, encontraremos que nem uma delas torna o uso de enunciados existenciais inadequado. Tais condições seriam *a)* que o ouvinte realmente esteja de posse do conhecimento identificante do particular referido pelo falante, *b)* que a expressão usada pelo falante seja adequada para invocar o conhecimento identificante relevante para identificação, e *c)* que a escolha da expressão por parte do falante respeite os fatos linguísticos e não linguísticos envolvidos no contexto – um exemplo deste último aspecto seria alguém usar a expressão ‘Grã-Bretanha’ para designar a Inglaterra, ou usar a expressão ‘O presidente da República’ para referir ao Fernando Henrique Cardoso, uma vez que ele não já é mais o presidente do Brasil. Assim como alguém pode esperar, desrespeitar qualquer um desses aspectos não causa problema quando existência e unicidade estão sendo asseridos, em vez de pressupostas.

2.2.2.2.2. Referência em geral e conhecimento identificante

A noção de conhecimento identificante, sem dúvida, consiste em um importante aspecto da noção de referência identificadora. Porém, segundo Strawson seria um erro definir a noção de referência identificadora tão somente em termos da noção de conhecimento identificante (STRAWSON, 2004). Ou seja, que um termo somente é singular, no sentido de ser usado para desempenhar uma referência identificadora, se esse termo for usado com o intuito de invocar, dentro escopo de conhecimento identificante que o ouvinte está de posse, o

conhecimento adequado acerca do particular referido. De tal forma que há casos em que um termo singular é usado para referir identificadamente enquanto não desempenha a função de invocar qualquer conhecimento identificante de posse do ouvinte. Strawson nos oferece dois exemplos, são eles:

[...] pode haver dentro do campo corrente de possível percepção de um homem alguma coisa que ele não tenha notado e não possa ser dito realmente ter sido discriminada neste campo, mas que sua atenção pode ser intencionalmente dirigida simplesmente pelo uso, por parte do falante, de uma expressão de um dos tipos mencionados, como parte de um enunciado de algum fato considerando o item particular em questão. (*Ibidem*, p., 59)

Outros casos, segundo o filósofo, seriam aqueles que o termo singular ainda que tenha a tarefa de invocar algo no ouvinte, o que é invocado não pode ser descrito como conhecimento identificante de algo, mas como “*pressuposição identificante*” (*Idem*) (grifo do autor). Assim sendo, ainda que não possa ser dito que o ouvinte sabe da existência de um item particular, ele pode ser creditado com uma pressuposição identificante. Tal pressuposição pode ser invocada da mesma forma que o conhecimento identificante, porém, não pode ser confundida com a pressuposição lógico-existencial. Ilustrar a noção de pressuposição identificante consiste em notar as situações em que avisado da existência de um particular tal (o guarda de trânsito, por exemplo), chegando ao local de encontro alguém pode dizer ‘Lá está o guarda!’ e, uma vez que nas circunstâncias de fala a pessoa é a única caracterizada como guarda de tal modo que a força descritiva é suficiente para selecioná-lo e ainda alertar o ouvinte sobre o item, o ouvinte é capaz de identificá-lo embora ele nunca tivesse visto o guarda de trânsito referido. Cabe ressaltar, tal como afirma Strawson, que o primeiro tipo de situação em que termos singulares não têm estritamente a função de invocar conhecimento identificante no ouvinte, o caso vem a ser um de referência identificante exatamente porque, embora o ouvinte não tenha conhecimento da existência do item particular, a intenção do falante “não é tanto informar a audiência da existência de algum item particular único em certo respeito quanto fazer com que essa audiência *veja por si mesmo* que há tal item” (2004, p. 59).

2.2.2.2.3. Conhecimento Identificante e a Pressuposição do Conjunto de Proposições

Logo acima foi mencionado que dúvidas deveriam ser deixadas de lado pelo momento, porém, agora é hora de encararmos essas dúvidas. A dúvida em questão concerne à natureza do conhecimento identificante, sem o qual referência identificante para objetos materiais torna-se, em muitos casos, impossível. No que consiste este conhecimento identificante, o qual nos possibilita, uma vez estando de posse dele, compor uma expressão

cujos conteúdos descritivos têm a capacidade de identificar o único objeto que o falante tem em mente ao referir? Tal descrição identificadora pode ser exemplificada do seguinte modo: se um falante B quer referir a certo particular Z de modo que um ouvinte C saiba do que ele está falando. Em geral, B fala apenas o que é necessário para tal propósito, por exemplo, ‘O camisa sete marcou três gols ontem’ e, uma vez que ambos estavam no jogo ocorrido um dia anterior, frequentemente ‘o camisa sete’ seria uma expressão suficiente para invocar o conhecimento identificante de C de tal modo que ele saiba acerca de quem B está falando. Porém uma vez que B e C disponham do conhecimento identificante, então eles também devem ser capazes de produzir uma descrição identificadora do particular referido. Deste modo, B deve poder referir ‘O atacante camisa sete morador do bairro Medianeira que joga no time há mais tempo que os demais marcou três gols ontem’ e C, da mesma forma, deve ser capaz de referir por meio da descrição ‘O atacante camisa sete casado com a irmã de meu cunhado marcou três gols ontem’⁴⁰. Evidentemente que a descrição poderia ser maior ainda dependendo dos propósitos de cada um e do conhecimento identificante que cada um tem do particular.

A relação que há entre um termo singular referindo identificadamente para um particular objetivo e o conhecimento identificante pode ser mais bem descrita como “fatos ou proposições distinguidores-de-terminos como ‘pressupostos’ pelo uso dessas expressões que introduzem itens”⁴¹ (STRAWSON, 1979, p. 192). Ou seja, voltando nosso olhar para o exemplo da composição de uma descrição identificadora que há pouco foi dado, tal descrição consiste em uma composição que incorpora uma gama de fatos particulares acerca do indivíduo referido. Da mesma forma que o falante é capaz de compor uma descrição como ‘O atacante camisa sete morador do bairro Medianeira que joga no time há mais tempo que os demais marcou três gols ontem’, para referir à pessoa que, digamos, leva o nome de João. Se perguntado ao falante ‘O que você sabe sobre João?’, ele poderia nos responder, ‘Sei que João é o atacante do time da cidade e que é o camisa sete e que é morador do bairro Medianeira e

⁴⁰ É interessante notar que poderia ser conjugado na composição da descrição identificadora o fato de que tal indivíduo é portador do nome próprio ‘João’, por exemplo. Esse fato é peculiar apenas de nomes próprios e também pode servir para contrastá-los com termos gerais em geral, pois, a menos que um termo geral venha a adquirir o status de nome próprio – no sentido de ser usado como apelido de alguém – adicionar a uma descrição o fato de que alguma certa vez foi designado por certo termo geral não ajudaria na identificação; claro, enquanto o que está em questão é o fato do hábito de referir por meio de uma certa expressão e não a característica própria de uma pessoa em particular.

⁴¹ A terminologia de Strawson pode confundir em muitos casos, pois, a palavra ‘termo’ usada junto das palavras singular, geral, referência, predicativo, é usada para designar uma expressão lingüística; enquanto que a palavra ‘termo’ quando usadas em frases como ‘introdução de termos em proposição’ é usada como uma expressão neutra para referir a entidades ontológicas. Outro termo usado pelo autor para referir neutramente para entidades ontológicas é a palavra ‘item’ (STRAWSON, 2004).

que é jogador do time da cidade há mais tempo que os demais jogadores’. Assim, o falante “forma dessa lista de fatos uma descrição composta incorporando os fatos mencionados mais frequentemente” (*Ibidem*, p. 191)⁴².

Em certa altura deste tópico, havia outro ponto que também havia sido apontado. Lá, quando estávamos enunciando uma das condições necessárias (ainda que não para todos os casos) citávamos e dizíamos: ‘é “[...] *universalmente* necessário que uma proposição empírica de um tipo precisamente *definido* [...] ser sabido ser verdadeira” (*Ibidem*, p., 185) (grifos meu). Foi salientado o termo ‘definido’ pois tal termo é equivalente a dizer que o enunciado por meio do qual tal fato é introduzido deve contar um expressão que refira definidamente para o item particular – em outras palavras, que refira identificadamente. Agora, se nós prestarmos a atenção, uma vez mais, no exemplo acima, poderemos ver que o conjunto de fatos ou proposições pressupostos na composição da descrição identificadora – conjunto esse que consiste na própria noção de referência identificadora – todos contêm eles próprios expressões que servem para referir identificadamente a um particular. Deste modo, há um conjunto de fatos ou proposição cujas expressões linguísticas por meio das quais as pensamos elas próprias envolvem referência identificadora para um particular – daí o próprio nome Conhecimento Identificante, pois se tal conjunto de fatos fosse composto, em vez disso, somente por enunciados existências, então melhor poderia ser chamado de Conhecimento existencial-caracterizante. Porém, pode ocorrer o seguinte raciocínio: se toda expressão que refere identificadamente para um particular deve repousar sobre tal conhecimento identificador que em si é composto por um conjunto de proposições que em seu modo de enunciar elas próprias incorporam expressões que referem identificadamente, então, tal noção incorre em remissão ao infinito, uma vez que cada proposição sempre pode repousar sobre outra e assim por diante. Segundo Strawson

[...] sempre podemos contar que chegaremos, no fim, em alguma proposição existencial, que pode realmente conter *elementos demonstrativos*, mas nenhuma parte a qual introduz, ou identifica definidamente, um termo particular, ainda que a proposição *como um todo* pode ser dita *apresentar* o termo particular (a forma mais simples de uma tal proposição é: Há justamente um assim e assim lá) (1979, p. 193) (o primeiro grifo é meu, os demais são grifos do autor)

Uma das razões que nos ajudam a compreender essa noção complexa é notar que faz parte do uso de cada enunciado em que figura uma expressão referencial a pressuposição de que há uma coisa tal e tal para a qual referência está sendo feita, deste modo é evidente que em certa

⁴² Esse é o motivo pelo qual Strawson afirma que expressões que introduzem particulares apresentam certa ‘completude’ em contraste com expressões que introduzem gerais. Pois, a identificação de particulares pressupõe o conhecimento algum(s) fato(s) particular(es) por meio do qual somos capazes de distinguir o particular que esta sendo referido. Cf. Strawson (1979)

altura tal proposição será encontrada. Outro aspecto será mostrado na apresentação e comentários de dois exemplos apresentados por Strawson envolvendo a noção de conhecimento identificante.

Antes de passar aos exemplos, devemos comentar outro importante ponto. É sabido que uma das principais críticas que Strawson (1979, 2004) realiza contra Quine concerne ao projeto de eliminação de termos singulares em prol de quantificadores ligados a variáveis – pronomes relativos. Strawson, de forma muito geral, argumenta que o modo que frases quantificadas são interpretadas é o modo de interpretação peculiar de uma linguagem que contém termos singulares para referir identificadamente para particulares, enquanto quantificação ocorre em situações onde não é possível ou pretendido referir identificadamente (STRAWSON, 1956, 1957, 1979, 1992c). Strawson (1956) também argumenta que se nós dispuséssemos apenas de uma linguagem que contivesse mecanismo de referência indireta, então referência alguma para particulares poderia ser feita, e assim também junto com a noção de indivíduo lógico, a noção de predicação também seria perdida, ocasionando um completo platonismo – mais tarde, mais coisas serão ditas acerca dos dois argumentos, o argumento da composicionalidade da linguagem e o argumento da articulação de situações de confrontação direta. Nosso ponto aqui é lembrar que tal como é exposta a noção de conhecimento identificante, parece ficar em aberto a mesma objeção, pois em última instância o que é pressuposto é um enunciado existencial, e se a crítica torna-se pertinente, então se segue que devemos deixar de lado todas as complexidades relacionadas às descrições lógico-pragmáticas do modo de referir e trocarmos tudo isso pela forma simplificada das paráfrases, onde referência é reduzida para as variáveis de quantificação. Porém Strawson é categórico ao afirmar que: “Essa objeção falha” (*Ibidem*, 1979, p. 194). O motivo pelo qual a objeção falta com o ponto, segundo o filósofo, consiste em “não distinguir entre (1) uma explicação das condições em geral do uso em linguagem de expressões introduzindo termos particulares, e (2) uma doutrina concernente as condições de uso, sobre qualquer ocasião particular, de uma expressão introduzindo um termo particular” (*Ibidem*). Ou seja, uma teoria das situações específicas de referência, a qual nos ocupou precisamente neste capítulo (aqui o termo deve ser entendido de forma a abarcar termos gerais e termos singulares), e uma teoria da estrutura da linguagem, isto é, de como certos usos da linguagem se apoiam sobre outras de tal forma a vir adquirir uso em uma determinada linguagem.

Strawson (1979) apresenta dois exemplos para ilustrar a noção de conhecimento identificante. O primeiro deles articula uma situação de referência identificadora onde a expressão usada na referência indica definidamente qual particular, entre aqueles *presentes*

numa situação de fala, é o que está sendo referido; e o segundo, envolve o uso de nomes próprios. O primeiro exemplo ilustra uma pessoa que usa a frase, apontado para o objeto, “‘Aquela pessoa lá pode dirigir você’” (*Ibidem*, p. 190). Como já sabemos, expressões do tipo de ‘Aquela pessoa lá’, se corretamente usadas, podem identificar o particular pretensamente referido. Segundo o filósofo: “É suficientemente claro ambos o fato sobre o qual a introdução do termo descansa, e qual é a relação para as palavras visadas” (*Ibidem*). Ou seja, a relação entre a expressão usada para referir e o fato pressuposto fica estabelecida pela própria expressão referencial individualizante, de modo que se há apenas uma pessoa lá então é verdade que ela pode dirigir o ouvinte ou é falso, porém, se não há, então meramente os valores de verdade não se põe (STRAWSON, 1979, 2004). O interessante a ser notado nesse caso é que: (a) primeiro não há uma relação da expressão referencial e um conjunto de proposições além da proposição existencial, e (b) isso se deve ao fato de que tal papel, nas circunstâncias de referência direta, é cumprido pelo próprio termo referencial individualizante.

O segundo exemplo apresentado por Strawson envolve o uso de nomes próprios. A escolha não é gratuita, pois, sabido que a maioria dos nomes próprios não contém qualquer força descritiva, mas baseiam-se sobre uma regra de uso *ad hoc*, consistem no caso extremo no qual o uso de um termo deve pressupor um tal conhecimento identificante que possa distinguir o particular referido como único sem haver referência ao fato de que tal particular é o particular que temos em mente. Contudo, que tipo de fatos é esse conhecido pelo falante de modo que ele saiba o particular referido? Segundo Strawson:

Claramente não é requerido, para a introdução de termos por este meio, que deva *haver justamente um objeto ou pessoa que leva o nome*. Nem podemos nós estarmos satisfeitos com a resposta que o fato pressuposto é o fato que *há justamente um objeto ou pessoa que ambos leva o nome e está sendo correntemente referido por esse meio*. (1979, p. 190) (grifos meus).

Notemos primeiramente que ambos os enunciados grifados são enunciados existenciais e o que está sendo adscrito são termos predicativos que em si não contêm conteúdos descritivos suficiente de tal modo a especificar o particular referido. Assim, em vez dos enunciados em questão, mesmo em situações de confrontação direta, “apresentarem” (STRAWSON, 1979, P., 197) o particular, antes pressupõe que o falante já saiba que particular estamos referindo. Destarte, segundo Strawson, mesmo

[...] se nós achamos um fato que responda a essa especificação, i.e., que possa servir para distinguir o particular que ele tinha em mente, não há mais qualquer garantia que o fato que nós achamos possa ser dito ser pressuposto, pelo enunciado contendo a expressão introdutora-de-termo, no sentido simples de pressuposição a recém visto no caso ilustrado do enunciado começando com ‘Aquela pessoa lá’ (*Idem*).

Ou seja, notemos que no caso anterior citado tínhamos a pressuposição de um fato existencial (há uma pessoa que pode conduzi-lo lá) que em si não introduz um particular em nosso discurso, mas o apresenta como um todo, e mais o uso da expressão por parte do falante que em si identifica que particular estamos referindo, de modo que a expressão referencial identificadora mais a presença o particular cuja existência é pressuposta compõe uma relação clara. Não obstante, nos casos em que temos um nome próprio como ‘João’, por exemplo, não é suficiente que “haja justamente uma criança que eu vi ontem no café da manhã, e essa possa ser a criança que eu correntemente refiro como João” (STRAWSON, 1979, p. 191). Pois, a relação entre o nome e o fato existencial torna-se completamente contingente, exceto no caso em que podemos dar suporte com tais enunciados como ‘O filho do vizinho que tomou café com nós na manhã anterior’, ‘Aquele que estava sentado ao seu lado na última sessão de cinema em que fomos juntos’, etc.

Outro caso citado por Strawson (1979) consiste naquele em que queremos saber se duas pessoas A e B, usando um mesmo nome próprio desejam referir para uma mesma pessoa. Destarte, uma vez mais, não seria suficiente a simples relação entre o nome e um fato existencial, dado que um enunciado existencial ainda que possa especificar – especificar e apresentar o particular tem o mesmo significado – um particular, ele falha em identificá-lo como *o particular referido*. Assim ambas as pessoas A e B podem enunciar os fatos mais relevantes acerca da pessoa que eles têm em mente requerendo “que *lá deva existir justamente uma pessoa cuja alguma proporção razoável dessas proposições seja verdadeira*” (*Ibidem*, p. 191) (grifos meu), assim, provavelmente, ambos estarão falando da mesma pessoa; do contrário, se “houvesse justamente uma pessoa cuja metade das proposições [de A] fosse conjuntamente verdadeiras, e justamente uma pessoa, *uma diferente*, de cuja outra metade das proposições [de B] fosse conjuntamente verdadeiras” (*Ibidem*) (grifos meu), logo ambos devem estar falando acerca de pessoas distintas, provido que uma indicação seja dada. Devemos notar que, referente aos primeiros grifos, a condição em si também consiste em um enunciado existencial, porém, neste caso não temos a mesma situação anterior uma vez que o enunciado existencial não tem qualquer sentido de apresentação, porém, podemos tomá-lo meramente como uma forma de enunciar uma situação na qual o real enunciado pressuposto – o enunciado que contenham termos gerais com força descritiva – mais o conjunto de enunciados cujas expressões referenciais identificadoras neles ocorrentes cumprem o papel de identificar e, assim, fixar a relação entre o nome e o enunciado existencial realmente pressuposto. Porém, no tocante ao segundo grifo, a identidade do particular, ontologicamente falando, desloca-se para as situações mais simples – onde o fato existencial consiste na

própria coisa e a relação é diretamente estabelecida pela expressão referencial identificadora usada em dada situação. Pois, cabe perguntar: que critério haveríamos de ter para afirmar, em uma situação onde o que é referido não pode ser diretamente designado, que o particular é “um diferente”, meramente pelo fato de certas proposições serem, putativamente, verdadeiras e certas outras não? Ou seja, embora alguém saiba que suas proposições são verdadeiras, nem sempre será possível decidir, meramente baseado sobre seu conjunto de proposições verdadeiras acerca do particular, os valores de verdade das proposições de outros; e, mesmo que em muitos casos seja logicamente muito provável que sendo certo conjunto de proposições verdadeiras segue-se que outro certo conjunto não seja, epistemologicamente, não se segue necessariamente a mesma conclusão.

Por fim, cabe mencionar duas coisas, a saber, primeiro que embora as condições impostas pela noção de conhecimento identificante possam falhar de vários modos, ou mesmo que a noção referência identificante possa ser qualificada independentemente, em alguns casos, da noção de conhecimento identificante, contudo, todos os casos de falha ou sucesso respeitam uma condição maior, a saber, que realmente deva existir o item para o qual o falante está referindo. Esse requisito, se não respeitado, ocasiona uma falha maior de referência. Em segundo, levando em consideração o modo como a noção de conhecimento identificante é articulada nos exemplos, pode-se vislumbrar que a crítica de Sellars realmente teve efeito sob Strawson. Pois, o primeiro exemplo onde a relação entre enunciado existencial e enunciado identificante é dado diretamente entre o que é dito e o particular referido espelha exatamente a terceira alternativa que Sellars deixou para Strawson. Já o exemplo onde o conjunto de fatos conhecidos faz essa relação espelha exatamente a segunda alternativa posta por Sellars. Assim, Strawson não escolhe entre uma alternativa ou outra, mas acomoda cada uma delas para circunstâncias distintas.

2.3. Referência a particulares

Por fim uma pergunta deve ser feita: não haveria outra forma linguística que possa também, ou mesmo prioritariamente, servir como canal de referência para esses itens que consistem na ontologia de Strawson? Para o filósofo responder essa pergunta, é preciso também responder outra, a saber: haveria outra forma de linguagem por meio da qual poderíamos fazer referência para particulares e não pressupor a existência de expressões linguísticas que contenham termos singulares individualizantes? A questão é ainda mais polêmica do que parece, pois, deve ser lembrado que há uma tradição de filósofos – Quine é o pré-eminente entre eles – que afirma que o canal de referência prioritário consiste nas

variáveis que estão ligadas a quantificadores ou, ordinariamente falando, que o canal de referência prioritário consiste nos termos que referem indefinidamente, os quais seriam analisados ao modo da Teoria das Descrições Definidas de Russell – ‘algum advogado é competente’ seria ‘ $(\exists x)(Fx.Gx)$ ’, e ‘O carteiro é pernetá’ seria ‘ $(\exists x)[(y)(Fy \rightarrow y=x). Gx]$ ’, por exemplo. Em outras palavras, referência indefinida estaria a um nível de complexidade mais básico do que expressões que referem identificadamente, podendo as primeiras servirem como base para a análise das segundas. O que devemos analisar neste momento é a posição de Strawson frente a esta questão, sem dar tanta atenção às críticas diretas aos procedimentos de paráfrase de sentenças em que ocorrem termos singulares, mas as razões básicas pelas quais Strawson nega essa possibilidade.

Para Strawson, termos singulares não são somente melhores mecanismos de referência para particulares, eles são uma “*condição necessária*” para que qualquer referência para particulares seja feita (STRAWSON, 1956, p. 434) (grifo do autor). Ou, o que vem a ser a mesma coisa, “[...] numa linguagem na qual referência identificadora a particulares não possa ser feita seria uma linguagem na qual nenhuma referência a particulares poderia ser feita” (*Ibid.* 445). Os argumentos que Strawson traz em suporte de sua tese são dois: *a*) condições de aquisição de significado de termos gerais como predicados, e *b*) o caráter orgânico da linguagem – ou argumento da composicionalidade da linguagem.

a) Segundo Strawson (1956, p. 445): “Atributos são representados em nossa linguagem ambos por nomes e predicados”. Tais termos são denominados de “termos universais” ou termos gerais (*Idem*). Somando-se a isso, o filósofo explicitamente assume “a premissa empirista”, segundo a qual “para qualquer termo universal ser entendido, *algum* termo universal deve ser *aprendido ostensivamente, ‘por confrontação direta’*” (*Ibid.*, p. 445-6) (grifos nosso). Fazendo uma pequena alteração na primeira citação do parágrafo e substituindo onde o autor fala ‘Atributo’ por ‘Geral’, podemos distinguir, logicamente, entre um item geral enquanto um predicado designado por um termo predicativo – ou seja, a característica instanciada em um dado particular –, e um item geral enquanto um atributo designado por um nome ocorrendo como termo singular referencial. Destarte, nomes estão para atributos e termos predicados para predicados. Agora, trazer a noção de confrontação direta ainda não nos faz escolher se um termo é aprendido como predicado de algo ou como um atributo designado pelo nome (STRAWSON, 1956). A solução, segundo o filósofo, é “com referência ao modo nos quais situações como a situação de aprendizagem por ostensão (isto é, situações de ‘direta confrontação’) são de fato articuladas na linguagem” (*Ibid.* p. 446). Porém, Strawson afirma:

Para articular tais situações, isto é, expressar um caso de confrontação direta como tal, alguns elementos demonstrativos devem estar presentes na linguagem. Esse elemento demonstrativo pode ou ser incorporado dentro de uma expressão que refere identificadamente para uma instancia do atributo [como sugerimos ‘uma instancia do geral’], ou pode ser representado como um advérbio demonstrativo. Isso é, de modo geral, a situação pode ser articulada ou na forma ‘Esse *A-es*’ ou na forma ‘*A* está aqui’. Na primeira forma o termo universal aparece como um predicado de um particular referido por um genuíno termo singular. Na segunda forma o termo universal aparece em si como um termo singular, o nome de um atributo, para o qual um demonstrativo quase-predicativo é aplicado. Eu não vejo o que pode significar dizer que qualquer termo geral é aprendido, ou adquire significado, *como um predicado* a menos que a linguagem para a qual ele pertence contenha tais formas como a primeira, ou seja, a menos que a linguagem contenha genuínos termos singulares referindo para particulares (*Idem*) [grifo do autor]

Assim, para que um termo geral em uma linguagem tenha o valor lógico – ou possa ser interpretado logicamente como um predicado – deve haver meio de introdução do particular que instancia o geral como um predicado na proposição. Porém, a único meio para que possamos referir identificadamente, de tal modo que não reste dúvida para um ouvinte qual item está sendo referido pelo falante, é através do uso de termos singulares, os quais, em situações de confrontação direta, *por princípio*, devem obrigatoriamente incluir demonstrativos em sua composição. Neste ponto cabe lembrar que não consiste em uma condição necessária que uma expressão deva conter demonstrativos para que possa ser usada como termo singular, embora, necessariamente se algum termo singular pretende ser usado para articular situações de confrontação direta, então a condição passa a ser necessária pelo menos em algum estágio⁴³. Desse modo, descrições definidas e nomes próprios são expressão consideradas por Strawson como legítimos termos singulares, apesar de não serem articuladores de tais situações por excelência. Para resumir sua posição Strawson afirma que:

Alguns termos universais devem estar conectados com nossa experiência se algum deva ser entendido. E esses termos universais devem estar conectados com pedaços ou fatias de nossa experiência. Logo, se eles devem ser aprendidos como *predicados de particulares*, eles devem ser aprendidos como predicados de particulares demonstrativamente *identificados*. (*Idem*)

São duas as idéias centrais que conduzem o raciocínio de Strawson, a primeira, consiste na convicção de que “para qualquer termo universal ser entendido, *algum* termo universal deve ser *aprendido ostensivamente, ‘por confrontação direta’*” (*Ibid.*, p. 445-6) [grifo meu], e a segunda é que “para articular tais situações. i.e. expressar um caso de confrontação direta como tal, alguns elementos demonstrativos devem estar presentes na linguagem” (*Ibid.* p., 446). E, em suporte da segunda afirmação, Strawson afirma que:

⁴³ Por estágio aqui queremos dizer que uma referência que contenha mecanismos do tipo A é requerida, embora posteriormente as demais referências podem simplesmente serem feitas apoiadas nesta referência primeira; Cf. ‘2.2.1. Mecanismos do Tipo A e suas Representações’.

Alguém poderia questionar esse aspecto da seguinte forma: como, na reconstrução linguística da suposta situação de aprendizagem de Quine [situações de confrontação direta], ‘o objeto mostrado’ deve ser representado? [...] não, certamente isso quer dizer por ‘A coisa que *F* e com a qual qualquer coisa que *F* é idêntica’ (*Ibid.*, p. 447).

Aqui dois pontos são essenciais, primeiro consiste em notar as situações em que tipicamente usamos demonstrativos e as situações em que tipicamente usamos designações indefinidas como ‘[há] alguma coisa’. Demonstrativos são naturalmente usados em situações em que o falante e/ou o ouvinte tem contato direto com o objeto designado. Já as designações indefinidas são usadas quando “nós não estamos expressando uma situação de confrontação direta” e não dispomos de um nome próprio para referir identificadamente, ou mesmo dispor de um nome próprio para referir identificadamente não é interessante para o falante identificar o objeto para o ouvinte (*Ibid.* p. 450). De modo que em usos de designações indefinidas fala-se acerca de algo que pode ser identificado – ou pôde ou poderá – por meio de uma referência identificadora, mas que no instante não é possível ou pretendido; fala-se do objeto somente num sentido fraco de identificação, ou seja, identificação como classificação ou especificação. O segundo ponto concerne à expressão ‘*ser representado*’ usada por Strawson, pois, supõe-se que num enunciado de confrontação direta o demonstrativo é o que representa que neste momento está sendo feito um uso referencial identificador para um objeto diretamente localizável no contexto de enunciação – o papel de representação que o demonstrativo cumpre é exatamente o papel que cumprem os mecanismos que capacitam o ouvinte a compreender, desde o significado do mecanismo empregado, que uma referência está sendo feita para algo localizado a uma distância curta ou longa ou média no contexto de fala; donde ‘curta distância’, ‘media distância’, e ‘longa distância’ corresponde a ‘esse’, ‘aquele’, ou ‘esse tal e tal que está aí’, ‘... que está ali’, ou ‘... que está lá’. Cabe lembrar que enquanto Strawson toma a presença de elementos demonstrativos em situações de aprendizagem por ostensão como uma condição necessária, também reconhece que tais elementos não necessitam ser apresentados linguisticamente ou verbalmente pelo falante; quanto a isso ele afirma:

Talvez, dificilmente eu necessite enfatizar o ponto que esses elementos não precisam ser representados por pedaços de simbolismos claramente destacáveis que fazem uso do mesmo fenômeno material (por exemplo, sons da fala) como o resto da linguagem; ainda que seja conveniente assumir que eles são. (*Ibid.*, p. 451, nota de rodapé)

b) O segundo argumento que afirma o caráter orgânico da linguagem surge do primeiro argumento, assim como também em suporte do mesmo. O segundo argumento afirma em geral que se os “modos de leitura, de interpretação, dos simbolismos não são

mandatórios, eles são meramente o modo natural para esses cuja linguagem ordinária de fato contém termos singulares referindo para particulares” (*Ibid.* 448). Segundo Strawson

[...] uma forma lingüística como tal não impõe sua própria interpretação, não dita seu próprio significado; e logo quando uma forma familiar aparece em uma junção artificial, a questão de seu significado não é fixada antecipadamente pela sua familiaridade. (*Ibid.*, p. 450)

Que os modos de leitura de uma sequência de palavras não sejam mandatórios acarreta que o significado de um dado grupo de palavras enfileiradas não se impõe por si só; ou seja, dado um grupo de palavras ou símbolos qualquer, esses mesmos devem ter seu significado dado a partir de uma linguagem, como um todo, já dominada. Que o significado de uma fileira de palavras não seja dado por familiaridade consiste numa repetição do princípio anterior, pois, não é contrastando fileiras de palavras semelhantes que alguém obtém o seu significado pela semelhança gramatical. Desse modo, segue-se a conclusão do primeiro argumento. Ou seja, se é desejado que termos universais sejam compreendidos cumprindo uma função predicativa em frases em que ocorrem expressões referindo indefinidamente, então deve haver expressões que possam introduzir particulares que instanciam os gerais introduzidos pelos termos universais; “neste respeito, pelo menos, a linguagem é orgânica” (STRAWSON, *Ibid.* p. 452). O que obriga a necessidade do uso de mecanismos demonstrativos não o fato de que um ouvinte não possa referir a um particular sem auxílio de demonstrativos, mas o fato de que, *em última instância*, o ouvinte não entenderia qual a direção, por assim dizer, das palavras do falante; em outras palavras, referência identificadora não é igual à referência pretendida, e alguém só tem sucesso em identificar algo quando tem sucesso em fazer com que um ouvinte saiba exatamente que particular o falante está referindo. Se a noção de referência não fosse estritamente tratada nos moldes de comunicação, assim não seria necessário que, em última instância, mecanismos de referência devam conter termos demonstrativos, e isso seria o caso se linguagem ordinária não fosse necessariamente o solo de investigação filosófica. Pois, a necessidade do uso de demonstrativos segue-se da função desempenhada pelos mecanismos de tipo A, a qual em certas situações é necessária para sucesso em comunicação.

2.3.1. A Crítica de Davidson à posição de Strawson

De forma geral, a crítica de Davidson é dirigida para a suposição de que as etapas de aquisição da linguagem tenham que ser ditada pela lógica da “epistemologia empirista” (2001, p. 4). O filósofo oferece três razões que contradiriam essa suposição, a saber, a primeira é que

o significado de um termo pode ser aprendido de várias formas excetuando confrontação direta, por exemplo,

[...] uma criança aprende os termos gerais ‘gato’, ‘camelo’, ‘mastodonte’, e ‘unicórnio’ da forma que possa ser, a todos dizendo, de um modo uniforme (talvez folhando as páginas de um livro de figuras), contudo a relação da criança com as extensões desses termos é completamente diferente (*Idem*).

Em segundo, o processo de aprendizagem linguística, em muitos casos, é inverso ao processo de conhecimento, destarte “dado-sensoriais podem ser a base para nosso conhecimento dos objetos físicos, mas a fala de dado-sensoriais é aprendida, se alguma vez o for, muito depois da fala de objetos físicos ser conseguida” (*Idem*). E, por fim, Davidson menciona a “pressuposição de uma psicologia associacionista e sua simples teoria reducionista do significado” (*Idem*) que também acompanha esse pacote o qual a maioria dos filósofos não mais estariam dispostos a sustentar. Seria razoável que nos fixássemos apenas na primeira razão, pois, as demais são também veementemente negadas por Strawson. A segunda razão é incompatível justamente com a ontologia proposta pelo filósofo inglês a qual o presente trabalho pretende aclarar; já a terceira razão consiste em um dos temas fortemente rechaçados pelo autor durante sua obra⁴⁴, sendo proposto pelo filósofo que análise conceitual seja tratada como conexão conceitual em vez de uma redução a conceitos mais simples (STRAWSON, 1992).

Mais especificamente Davidson ataca o tratamento dado por Strawson às noções de aprendizagem por ostensão e confrontação direta. Segundo Davidson duas afirmações são essenciais para o argumento de Strawson:

(1) para qualquer predicado ser entendido, alguns predicados devem ser ostensivamente aprendidos *ou* por confrontação direta; (2) para tal aprendizagem tomar espaço, a situações de aprendizagem por ostensão deve ser ‘articulada na linguagem’ por um elemento demonstrativo que seleciona ou identifica entidades do tipo para o qual o predicado aplica [...].(2001, p. 5) [grifo meu]

Segundo Davidson, “Strawson aparentemente iguala aprendizagem por ostensão com aprendizagem por ‘confrontação direta’” (*Ibid.*, p. 6), e assim empenha-se em apontar diferenças que há entre situações de confrontação direta e aprendizagem por ostensão. Segundo Davidson há, pelo menos, duas coisas em que o processo de aprendizagem diverge do apontado por Strawson: “um é que a aprendizagem por ostensão possa requerer um intensão por parte do professor para trazer um objeto para a atenção do ouvinte” (*Idem*).

⁴⁴ Esse tema é algo que mereceria um tratamento mais detalhado, porém sendo ele um tópico concernente a questão de método e não estando imediatamente ligado com o caminho tomado por nós para a elucidação da ontologia de Strawson, deixaremos de lado. Porém, não é algo pacificamente aceito que o procedimento de análise de Strawson por conexão conceitual em vez de redução venha a ser distinto em natureza. Bergmann (1960) critica tal procedimento afirmando que em essência Strawson é reducionista em seu método de análise.

Embora essa fase ocorra, na grande maioria das vezes, simplesmente no compasso de “imitações e observações” por parte do aprendiz. Uma segunda razão consiste em notar que “confrontação direta (e provavelmente ostensão, pelo menos como Strawson a interpreta) requer a presença de um objeto apropriado, enquanto o correto uso de um demonstrativo singular não” (*Idem*). E por fim conclui com uma paráfrase de sua crítica mais geral, segundo Davidson, “[...] não é nem uma verdade a priori, nem provavelmente uma verdade, que uma pessoa não possa aprender sua primeira linguagem em um falso ambiente de habilidades” (*Idem*). Por fim, Davidson critica o segundo argumento de Strawson, a saber, o argumento que alega um caráter orgânico da linguagem. Contra esse argumento de Strawson, Davidson diz:

A lição para teorias de aquisição da linguagem é completamente negativa, mas não talvez sem importância: uma vez que nós tomamos o caráter ‘orgânico’ da linguagem seriamente, nós não podemos acuradamente descrever os primeiros passos para sua conquista como aprendendo parte da linguagem; antes seria uma questão de parcial aprendizagem. (*Ibidem*, p. 7).

Pode ser possível que alguns pontos da crítica sejam enfraquecidos, se apontarmos para alguns aspectos da prévia exposição. O primeiro ponto concerne às razões que Davidson oferece contra o princípio empirista. A primeira razão oferecida pelo filósofo americano – as demais não serão comentadas uma vez que Strawson também não as endossa – aponta a irregularidade que há no tocante à extensão dos termos gerais em situações de aquisição de significado. Driblar a força deste argumento consiste em dar a precisa atenção às palavras de Strawson, lá o filósofo dizia: “para qualquer termo universal ser entendido, *algum* termo universal deve ser *aprendido ostensivamente*, ‘por confrontação direta’” [grifo meu]. Ou seja, não é afirmado que para qualquer universal ser aprendido, *todo* termo universal deve ser aprendido ostensivamente, por confrontação direta, mas que algum termo universal deve ser aprendido. Desse modo, se há uma gama de termos universais os quais seus significados são aprendidos por meio de descrições, ou fotos etc., ainda resta a possibilidade de que certo conjunto de termos gerais devam ter seus significados aprendidos por confrontação direta com o objeto exibindo tal característica. Não obstante, ainda referente às palavras de Strawson, podemos contrastá-las com o modo como as escreve Davidson, a fim de achar outro ponto que possa enfraquecer as críticas. Notemos que, na frase acima citada, enquanto Strawson afirma que “[...] algum termo universal deve ser aprendido ostensivamente, ‘por confrontação direta’”, Davidson afirma que tal frase seria “[...] algum predicado deve ser aprendido ostensivamente *ou* por ‘confrontação direta’” (2001, p. 5) [grifo meu]. E, subsequentemente, empenha-se em apontar as diferenças que haveria entre aprendizagem por ostensão e por

confrontação direta. Porém, não seria possível que as palavras de Strawson na frase ‘aprendido ostensivamente, por confrontação direta’ possam ser interpretadas como ‘aprendido ostensivamente e por confrontação direta’, onde a conjunção significa justamente que não é suficiente que, em situações de aquisição *de certos termos gerais*, sejam usados demonstrativos para referir ostensivamente, mas ainda é condição necessária que estes mecanismos sejam usados em situações de confrontação direta? Ou deveriam suas palavras ser interpretadas como tomando situações de confrontação direta e situações de aprendizagem por ostensão como sinônimo? Dadas as condições que devem ser seguidas para que tenhamos sucesso em referir, tal como foi descrito, nós sugerimos que as palavras de Strawson devem ser interpretadas de modo mais caridoso, pois, em certas ocasiões, a ausência de um mecanismo indicando que uma referência identificadora está sendo feita abre uma gama de possibilidades contextualmente insuperáveis. Outro ponto seria questionar o que significa dizer que um falante tem a intenção de referir a algo, dado que não existe qualquer mecanismo sinalizando que ele pretende tal referência? Porém, ainda restam outros pontos em aberto, Davidson também aponta para a possibilidade da aquisição de linguagem em meios completamente artificiais, e neste ponto parece compartilhar a mesma visão de Carnap tal como foi exposto no primeiro Capítulo; também afirmando que se o caráter orgânico da linguagem se confirma, então somente poderíamos falar de um processo de parcial aprendizagem da linguagem. Porém, nestes aspectos Davidson parece ter mais razão quando afirma que “certamente é uma questão *empírica* se, como um resultado de certas experiências, uma pessoa mostra ter alguma habilidade que ela não tinha antes” (2001, p. 6) [grifo meu].

2.4. Considerações Finais

Poderíamos dividir nossas conclusões do presente Capítulo entre as mais específicas e as mais gerais. Para começar com as mais específicas, poderíamos notar acerca da teoria das pressuposições de Strawson certa evolução. Em sua primeira apresentação, a teoria, chamada de pressuposição lógica, apresenta duas características. Primeiro, ela aparentemente detém-se apenas nas condições de verdade de um enunciado; e segundo, a noção é apresentada como uma teoria para qualquer caso em que um enunciado é realizado. Em seus escritos posteriores – talvez em função das críticas, entre as quais as realizadas por Sellars foram as mais cirúrgicas – Strawson deixa de lado as discussões formais acerca da relação entre o enunciado asserido e o pressuposto, e passa a falar sobre o conhecimento identificante que o falante e ouvinte deveriam ter. Essa etapa da teoria incorpora a teoria da pressuposição lógica, mas distingue-se dela pelos seguintes aspectos. Primeiro, Strawson aceita a existência de situações

em que um enunciado identificador teria a força de uma asserção existencial, assim sua teoria já não seria uma teoria geral para qualquer caso de enunciação. Não obstante, a noção de conhecimento identificante se adequa a duas situações distintas, a saber, aquelas em que ocorrem referência demonstrativa, e aquelas que referimos a algo não presente. Assim, tais situações acomodam-se perfeitamente às alegadas possíveis alternativas de Sellars, a saber: ou a relação entre o que é enunciado e o que é pressuposto se dá porque o há, em ponto de fato, o particular referido, ou porque o falante acredita verdadeiramente na sua existência. E, por fim, a noção de conhecimento identificante incorpora uma série de aspectos pragmáticos, os quais não apareciam no tratamento da primeira forma da teoria das pressuposições.

Outro ponto mais específico a ser mencionado consiste na relação aparentemente conflitante, quando ocorre identificação, entre o tipo de enunciado por meio do qual nós referimos identificadamente e o tipo de enunciado pressuposto nessas asserções. Foi notado que Strawson, ao expor a noção de pressuposição do conjunto de proposições, vê a possibilidade de uma forte objeção. Pois, a introdução de um particular numa proposição repousa sobre o conhecimento de fatos ou proposições que distinguiriam esse particular e deveria haver um fato último pressuposto consistindo numa proposição existencial, a qual, embora não contivesse qualquer expressão referindo identificadamente, ainda “como um todo poderia ser dito *apresentar* o termo particular” (STRAWSON, 1979, p. 193) (grifos nossos). Porém, se outrora Strawson argumenta que enunciados existenciais somente têm seu preciso sentido, pois são concebidos em uma linguagem onde há enunciados cujas expressões são usadas para referir identificadamente. Então, como Strawson poderia manter esta relação de dependência entre um enunciado referindo identificadamente sobre um enunciado existencial? A estratégia de Strawson foi fazer a distinção entre dois níveis de tratamento do tema, por assim dizer. Um poderia ser chamado de nível pragmático, o qual compreenderia a teoria da introdução de particulares na proposição – uma explicação das condições referência. O outro poderia ser chamado de nível lógico ou composicional, compreendido como a teoria da introdução de particulares no discurso – uma teoria da estrutura da linguagem. Contudo, restariam pontos de tensão, a saber: primeiro, devemos questionar qual a precisa função do enunciado existencial pressuposto em qualquer uso referencial? Por hipótese sua função é meramente simbolizar a existência do particular “em ponto de fato”, enquanto não cumpriria qualquer função prática, ainda que cumprisse uma função lógica. Pois, se nós assumimos que enunciados existenciais possam cumprir, nessas situações, nossos propósitos práticos de identificação, então o uso de apropriadas expressões referenciais individualizantes não pode ser uma condição necessária para identificação. Nesse

mesmo sentido, Strawson afirma que “a proposição [essas expressas por enunciados existenciais] como um todo pode ser dito *apresentar* o termo particular” (*Idem*). Não obstante, quais motivos Strawson teria para afirmar que tais enunciados “podem realmente conter elementos demonstrativos” (*Idem*), os quais são mecanismos de articulação de situações de confrontação direta por excelência? Essa é uma afirmação que parece dissonar com o que já foi exposto. O segundo ponto, também relacionado com o anterior, consiste em notar que Strawson parece abandonar o argumento de articulação de situações de confrontação direta, tal como afirma Davidson (2001). Deste modo, embora Strawson (1956) outrora tivesse argumento que situações de confrontação direta deveriam ser articuladas necessariamente com o uso de termos singulares, em *Individuals* Strawson afirma que: “O que está em questão não é a ordem de desenvolvimento temporal, mas a ordem de explicação; o que finalmente, depois de argumentar, aparece a nós, os usuários do esquema conceitual, é uma coerente inteligível ordenação de seus elementos” (1979, p. 209). Ou seja, Strawson parece explicitamente deixar de lado questões referentes à aquisição de linguagem – tomando ‘desenvolvimento temporal’ como, pelo menos em parte, equivalente a ‘questões de aquisição de linguagem’ – optando exclusivamente pelo argumento da composicionalidade da linguagem.

Por fim, no tocante às conclusões mais gerais, devemos notar que, na medida que a teoria das pressuposições de Strawson evolui, mais elementos categoriais são acrescentados na discussão. Assim, enquanto a introdução de um termo geral numa proposição não pressupõe, necessariamente, o conhecimento de algum fato particular por meio do qual podemos identificá-lo, a introdução de particulares espaços-temporais repousa necessariamente sobre o conhecimento de um fato particular, por meio do qual introduzimos particulares como indivíduos lógicos nas proposições. Todos esses fatos ficam justificados quando nos atemos às exigências contextuais que devem ser cumpridas para que tenhamos sucesso em comunicar algo. Na articulação dessas exigências, existem apropriados mecanismos linguísticos, por meio dos quais também podemos compreender seu funcionamento. Entre os apropriados mecanismos para referir, existem os mecanismos do tipo A, os quais por excelência são articulares de relações temporais e espaciais e, também, uma condição necessária quer façamos referência por meio de designações definidas ou indefinidas para particulares espaços-temporais. Assim, Strawson afirma que:

[...] é uma condição necessária para uma coisa ser uma coisa geral que ela possa ser referida por uma expressão substancial singular, uma referência única para a qual é determinada somente pelo significado das palavras que constituem essa expressão; e é uma condição necessária de uma coisa ser uma coisa particular que ela não possa ser referida por uma expressão substancial singular, uma referência

única para a qual é determinada somente pelo significado das palavras que constituem essa expressão (2004, p. 37) (grifos do autor)

Em outras palavras, a inclusão dos requerimentos contextuais nas situações de identificação, os quais incluem relações espaços-temporais entre o falante-ouvinte e o particular referido, consiste numa condição necessária para a determinação da identidade do particular referido. Assim, em conformidade com a tradição, diremos que particulares espaços-temporais são *concretos*, onde concreto significa uma categoria de entidades cuja identidade depende das relações de espaço e tempo.

3. O REALISMO ONTOLÓGICO DE PETER FREDERICK STRAWSON

No capítulo prévio foram realizadas as descrições das condições em que uma referência identificadora ocorreria com sucesso. As descrições dessas condições nos revelaram, entre outras coisas, que há certas categorias de indivíduos cuja identificação envolve requerimentos contextuais, os quais necessariamente envolvem elementos espaços-temporais. Nesse capítulo, ocuparemos-nos de investigar de que modo a noção de referência identificadora auxilia Strawson para formulação de argumentos que possam dar suporte a seu realismo metafísico. Não obstante, também serão examinadas objeções que foram feitas a seus argumentos. Por fim, faremos alguns comentários gerais acerca das conclusões do capítulo, assim como também a indicação de uma possível via alternativa de argumentação.

3.1. O Argumento ontológico de Strawson

Tomaremos a noção de referência identificadora, nos casos em que o falante tem sucesso em identificar, como consistindo numa das noções por meio da qual Strawson usa para dar suporte a sua argumentação realista. Já na primeira frase de seu livro *Individuals*, Strawson se anuncia como um realista metafísico; lá, ele faz o seguinte enunciado metafísico: “Nós pensamos do mundo como contendo coisas particulares algumas das quais são independente de nós mesmo”; logo ele reitera que “um modo reconhecidamente mais filosófico, ainda que não claro, de expressá-lo seria dizer que nossa ontologia compreende particulares objetivos” (1979, p. 15). O realismo em questão se define como oposta a noção de idealismo. Realismo metafísico, neste contexto, significa a afirmação da existência de certas entidades – particulares – independente do nosso conhecimento acerca delas; idealismo metafísico afirma que somente existe aquilo que nós podemos conhecer. Tal concepção de realismo diferencia-se da oposição entre realismo-nominalismo – mais recentemente ‘realismo x anti-realismo’. Neste outro contexto, realismo ocupa-se do problema dos universais ou gerais. Porém, realismo no contexto dos universais é compatível com platonismo, enquanto realismo no contexto da oposição realismo-idealismo seria oposto a platonismo. Nosso foco é o realismo como oposto a idealismo, logo o núcleo central da discussão se situa na pergunta: Qual é a razão – ou razões – que nós temos para pensar que existe uma categoria de coisas independente de nosso conhecimento possível acerca delas?

3.1.1 Referência Identificadora e Quadro Unificado Espaço-temporal

Voltemos à pergunta central do capítulo anterior, a saber: quais são as condições em que uma referência é feita por um falante de modo que um ouvinte é capaz de identificar o particular referido? Uma condição suficiente, ainda que não necessária, para que um ouvinte possa identificar o particular referido pelo falante, segundo Strawson, é “que o ouvinte possa selecionar pela vista, ou ouvido, ou toque, ou possa de qualquer outro modo sensivelmente discriminar, o particular sendo referido, sabendo que ele é o particular” (1979, p. 18). Destarte, e com base no capítulo anterior, podemos traduzir tal afirmação como: provido que a pressuposição lógica do enunciado feito pelo falante seja verdadeira, o falante usa uma frase contendo algum mecanismo demonstrativo o qual indica *que* uma referência está sendo feita para algo diretamente localizável. Somando-se a isso, o falante também *pode* usar um termo, cuja força descritiva pode restringir o contexto e/ou invocar o conhecimento identificante acerca do particular referido livrando a referência de qualquer possível vagueza. Assim o ouvinte, a partir do uso por parte do falante do apropriado termo singular, é capaz de “*diretamente localizar*”, em seu próprio campo de relações espaço-temporal, o único particular que está sendo referido (STRAWSON, *Ibid.* p. 19). Segundo Strawson,

[...] uma coisa pelo menos é clara na identificação demonstrativa: a identidade do campo de particulares, do setor do universo, dentro do qual identificação é feita. É justamente a cena inteira, o inteiro campo de particulares agora sensivelmente presentes. Não pode haver questões acerca de *que cena* nós estamos falando, ainda que possa haver questões suficientes para *qual* parte delas, *que* elementos na parte dela, e assim por diante (1979, p. 19-20) (o primeiro grifo é do autor, os demais são nossos).

Porém, no tocante às questões referentes a *que* parte da cena está sendo referida e *qual* elemento dentro da parte da cena, segundo o filósofo, “[...] nós temos os meios linguísticos para fixar” (*idem*); a saber, a função dos mecanismos do tipo A e do tipo B. O filósofo também sugere que as condições de localizações direta podem ser liberadas para os casos em que o particular referido não está no momento exato presente, mas esteve a instantes atrás; casos em que o tipo de demonstrativo, mas principalmente a flexão verbal, são mecanismos suficientes para dar conta do aspecto temporal no enunciado. Esse tipo de descrição pode ser chamada, segundo Strawson, de “*identificação demonstrativa de particulares*” (*Ibid.* p. 19).

Contudo, obviamente, nem todos os casos de identificação podem ser classificados como uma identificação demonstrativa, justamente “porque o particular a ser identificado não está dentro desse campo sensivelmente presente” (Strawson, *Ibid.* p. 20). A articulação destas situações, assim como vimos, dá-se com o uso ou de descrições definidas ou nomes próprios – aqui devemos lembrar que estamos discutindo o sentido de identificação como oposto à

especificação ou identificação relativa. Nomes próprios são regidos por convenções *ad hoc*, e o domínio dessas convenções pressupõe o conhecimento claro daquilo que é referido pelo nome, ou seja, pressupõe “um fundo de descrições que possa ser produzido sob a demanda de explicar sua aplicação” (*Idem*). Assim, pode ser assumido que o núcleo da articulação dessas situações consiste no uso de descrições. Se tomarmos que os tratamentos dessas situações devem ser entendidos como articuladas por descrições definidas⁴⁵ em termos gerais somente, então se segue o seguinte problema: dado uma descrição, por mais detalhada que ela possa ser, sempre será teoricamente possível que o ouvinte possa entendê-la como se aplicando para uma situação distinta daquela que o falante pretendeu referir. Pois é sempre possível haver uma “reduplicação”, de modo que uma descrição, em termos gerais somente, aplique-se ambigualmente a mais de um ambiente constituído pelas mesmas características gerais independente dos detalhes que possam ser acrescentados para a descrição (*Idem*). Há dois aspectos que devem ser trazidos neste momento para solução do problema. O primeiro aspecto é a função que a noção de conhecimento identificante cumpre no contexto, mas principalmente, as funções que os termos precisamente usados pelo falante cumprem na identificação do particular referido. Deste modo, não é necessário que o ouvinte saiba exatamente que uma descrição usada pelo falante se aplica unicamente para uma exata parcela de uma determinada cena; mas “tudo o que é necessário, a fim de que a identificação seja assegurada, é que o ouvinte deva vir a saber, sobre o peso das palavras do falante, o que, ou que, particular o falante está de fato referindo” (Strawson, *Ibid.* p. 20-21); ou seja, que o falante tenha sucesso em invocar o conhecimento identificante no ouvinte. Porém a noção posta assim como está deixa a desejar ainda, pois, podemos perguntar: quais as razões que o ouvinte tem para supor que o particular identificado é o mesmo particular que o falante referiu?

Para mostrar como as dúvidas podem ser dissipadas, segundo Strawson, “é suficiente mostrar como a situação de identificação não-demonstrativa pode estar ligada com a situação de identificação demonstrativa” (1979, p. 21). Para realizar isso, primeiramente, devemos notar que a pressuposição de que a articulação de situações de identificação não-demonstrativa “repousa ultimamente sobre descrições em termos puramente gerais” (*Idem*) é, em si, falsa. Pois, segundo o filósofo,

[...] ainda que o particular em questão não possa ser em si demonstrativamente identificado, pode ser identificado por uma descrição que relaciona ele unicamente

⁴⁵ Ainda que descrições definidas, neste contexto, sejam os mesmos tipos de frases que Russell pretendia elucidar com sua Teoria das Descrições, o tratamento aqui não se assemelha ao dado por Russell, uma vez que não seriam tomadas como expressando uma forma lógica enganosa.

para outro particular que pode ser demonstrativamente identificado. A questão, qual setor do universo ele ocupa, pode ser respondida relacionando esse setor unicamente para o setor que falante e ouvinte eles próprios ocupam. (*Idem*)

Assim, para exemplificar, imaginemos que um falante quer identificar para um ouvinte um particular não presente por meio do uso de uma descrição tal como ‘O comerciante de ferros da cidade faleceu’, o ouvinte desconhecendo tal fato replica: ‘Não conheço, onde ficava o estabelecimento?’. O falante dá o endereço, mas infelizmente o ouvinte desconhece tal rua. Assim, o falante buscará conectar o particular que ele intenta identificar para o ouvinte por meio de uma referência que conecte ‘O comerciante de ferros’ com algum particular presente ou que ele julgue o ouvinte conhecer. Assim, o falante tanto poderia referir por meio da descrição ‘O senhor coxo amigo de seu pai’ ou, com ajuda do contexto – e da sorte –, poderia referir ‘O senhor que era amigo desta senhora que acaba de passar’, e uma vez que o ouvinte saiba quem é a mulher que acaba de passar ou tenha conhecimento do fato de que havia um senhor coxo que era amigo de seu pai – neste caso a descrição falha se houvesse mais de um amigo coxo amigo de meu pai, há uma pressuposição de unicidade também por parte do falante –, então se seguiria que o ouvinte poderia identificar o particular referido como o único que mantém certas relações com outros particulares sujeitos fatos ele conhece e que também mantém certa relação única com alguns particulares e lugares que ele poderia diretamente identificar.

A exposição prévia começa a prefigurar que as condições de referência revelam um sistema de relações espaços-temporais necessário para a determinação da identidade de indivíduos cuja identificação depende do cumprimento de requerimentos contextuais; a saber, os particulares espaços-temporais. Dado isso, Strawson conclui que: “Para todos os particulares em espaço e tempo, não é somente plausível supor, é necessário admitir que há justamente um tal sistema: o sistema de relações espaço-temporal, no qual todo particular está unicamente relacionado a cada outro” (1979, p. 22). A necessidade da existência de tal sistema advém do fato de que quando não há meios de relacionar o particular referido com o conjunto de particulares que o ouvinte conhece, não há nada que impeça que a referência identificadora apenas identifique o particular relativamente; assim, se é negada a existência do sistema de relações espaço-temporal, então não há nada que possa distinguir, nos casos de referência não-demonstrativa, uma especificação de uma identificação⁴⁶. Ou seja, suponhamos que todos os fatos mencionados pelo falante, no exemplo acima, fossem

⁴⁶ Strawson (1979, p., 18) usa o termo “*relative identification*”, pois, tal identificação é relativa ao relato de algum falante. Porém parece mais conveniente usar o termo especificação como oposto a identificação no sentido não relativo.

desconhecidos pelo ouvinte – ele nem sabia que havia um único homem coxo que era amigo de seu pai e nem sabia qualquer fato que pudesse relacionar a mulher que havia passado recentemente em suas frentes com o particular que o falante queria identificar. Mesmo assim, o ouvinte identifica dentro do relato do falante aquele particular referido como o único particular, dentro de seu relato, que mantém essas específicas relações mencionadas por ele. O falante ainda poderia introduzir outro particular em seu relato falando que ‘Anos atrás o comerciante que morreu havia matado a vizinha de seu estabelecimento comercial’; e o ouvinte, sem saber o local do estabelecimento, é competente, a partir do relato do falante, de seguir ouvindo sua história, mesmo quando ele passa a referir para os dois particulares por meio de ‘ele’ e ‘ela’. O ouvinte identifica cada um deles dentro do relato do falante, mas é incapaz de identificar o particular em seu próprio sistema de relações espaço-temporal. Assim, do fato de que nós referimos não-demonstrativamente com pleno sucesso a particulares de modo que, frequentemente, ambos, falante e ouvinte, entendem perfeitamente o que está sendo referido, segue-se que é *teoricamente* necessário reconhecer a existência de um sistema de particulares espaços-temporais inter-relacionados por meio do qual conseguimos identificá-los. A qualificação ‘*teoricamente* necessário’ é preciso, pois, na prática, tais problemas não existem; nós jamais, em diálogos, temos o temor de estarmos especificando algo em vez de estarmos identificando algo; ou que frequentemente não haja segurança se uma descrição realmente se aplica para um único particular conhecido. Essas são meramente ansiedades teóricas, mas que auxiliam a revelar certos traços de nossos acerca de nosso “esquema conceitual” (Strawson, 1979, p., 23).

3.1.2. Quadro de Relações Espaços-Temporais e Realidade

As descrições das condições de referência culminaram na noção de um esquema de um quadro espaço-temporal cuja possessão é condição de possibilidade para que uma referência identificadora possa ser realizada com sucesso nos casos de particulares espaços-temporais. Em suma, a condição consiste na possessão do conhecimento identificante acerca dos particulares, o qual forma uma rede inter-relacionada onde cada particular identificado é incorporado nesta rede se relacionando com os demais⁴⁷. A noção de quadro de relações espaço-temporal tem necessariamente um sentido de unidade; destarte, o quadro que certo indivíduo faz uso para compreender o mundo e situar-se nele é o mesmo quadro que todos nós fazemos uso com os mesmos fins. Tal sentido é fixado, pois, ambos falante e ouvinte fazem parte do quadro de relações espaço-temporal, ou seja, encontram-se dentro deste quadro,

⁴⁷ A exposição detalhada da noção de conhecimento identificante se encontra no capítulo 2, sub-capítulo 2.2.2.2

como particulares que também estabelecem relações nesse quadro. Se a unidade peculiar ao quadro não fosse independente dos sujeitos individuais que o usam, então

[...] nós não acharíamos sempre significativo não somente perguntar como qualquer duas tais coisas são espacialmente relacionadas em qualquer tempo, as mesmas para cada um, mas também inquirir acerca das relações espaciais em qualquer tempo em qualquer momento de sua história para qualquer outra coisa em qualquer momento de sua história, quando os momentos são diferentes (Strawson, 1979 p. 31)⁴⁸.

Cabe frisar que esse sentido é possível uma vez que a noção de referência é entendida intersubjetivamente e como uma ocorrência espaço-temporal no mundo, pois, se em vez disso, como afirma Strawson, “[...] suponhamos que ‘aqui’ e ‘agora’ e ‘isso’ e todas essas palavras centradas na elocução referissem para algo privado e pessoal para cada indivíduo usuário delas”, então “[...] sobre essa base, haveria tantas redes de relações, quanto mundos, quanto há pessoas” (1979, p. 30). Deste modo, a noção de referência strawsoniana não somente suprir uma base pela qual podemos entender a noção de quadro de relações espaço temporal, mas também, entendida desde a comunicação, possibilita que a noção de quadro tenha o sentido de unitário.

Ainda que nós frequentemente, na *prática*, ao identificarmos algo ou fazermos uma referência identificadora, “[...] não relacionamos *explicitamente* os particulares dos quais nós falamos para nós mesmos ou outros itens da presente situação de referência” (Strawson, 1979, 24) (grifos do autor)⁴⁹, segundo Strawson:

Nós não podemos negar que cada um de nós está, em qualquer momento, em posse de tal um quadro – um quadro unificado de conhecimento de particulares, no qual nós mesmos e, usualmente, nosso ambiente imediato têm lugar, e do qual cada elemento está unicamente relacionado para qualquer outro e logo para nós mesmo e nosso ambiente. Não pode ser negado que esse quadro de conhecimento supre um meio unicamente eficiente de acrescentar particulares identificados em nosso estoque. Esse quadro nós usamos para esse propósito: não somente ocasionalmente ou acidentalmente, mas sempre e essencialmente. É uma verdade necessária que qualquer novo particular do qual nós aprendemos está de algum modo identificadamente conectado com o quadro [...] (*Idem*).

Admitindo que as razões teóricas não sejam suficientemente claras para estabelecer a relação necessária entre identificação e possessão do quadro unificado de conhecimento espaço-temporal e no encaixe de suportar todas essas afirmações categóricas, Strawson então passa a considerar se realmente os requerimentos práticos para a identificação de particulares

⁴⁸ O exemplo de Strawson (1979) neste ponto é o de alguém que relaciona sua localização espacial em seu tempo com algo/alguém que esteve/ocorreu no mesmo lugar muito tempo atrás, assim é possível para nós usuários do quadro conceitual visitar a Normandia e nos darmos conta de que aquele é o mesmo lugar onde 66 anos atrás ocorreu O Dia D.

⁴⁹ Esse tipo de relação não se realiza explicitamente, pois, em geral, o contexto atua de forma a suprir essas necessidades; em outras palavras, o conhecimento do falante mais aquilo que ele conhece do ouvinte juntamente com as circunstâncias, normalmente são suficientes para que o ouvinte identifique o referido desde a expressão que é usada pelo falante (Strawson, 1979, 2004).

espaços-temporais devem ser sempre equivalentes aos requerimentos contextuais. Ou seja, se não haveria um meio de evitar expressões linguísticas cujo sucesso em identificar dependam da relação com outros particulares conhecidos do quadro espaço-temporal, referindo por meio de expressões que somente exigissem o conhecimento das convenções linguísticas que as governam⁵⁰. Se existir um tipo de fato que ofereça outro tipo de relação, excetuando fatos particulares que relacionam o particular visado de algum modo com outros itens desse quadro unificado de conhecimento de particulares espaços-temporais, que possa identificar um particular para um ouvinte, então se seguiria que o uso do quadro espaço-temporal não é “[...] uma verdade necessária que qualquer novo particular do qual nós aprendemos está de algum modo identificadamente conectado com o quadro” (*Idem*)⁵¹.

Há um tipo de fato apresentado por expressões chamadas, por Strawson, “descrições individualizantes puras” (1979, p. 26). Tais descrições “podem ser formadas começando com fases como ‘o único...’ ou ‘o primeiro...’ e assim proclamarem, por assim dizer, a unicidade de sua aplicação” (*Idem*). Evidentemente, os enunciados que forem realizados com o auxílio de tais expressões não devem conter nomes próprios de pessoas, ou nome de lugares, ou datas, ou incluir elementos demonstrativos, ou relacionar qualquer elemento contextual que dado sua elocução sejam exigidos para situar o particular no quadro espaço-temporal, pois se assim for, então, de um modo ou de outro, a introdução, em última instância, estaria repousando sobre o quadro unificado de conhecimento de particulares espaços-temporais (STRAWSON, 1979). Assim, segundo o filósofo, estariam excluídas expressões como: “‘o primeiro garoto na classe’ [...], pois ela depende do contexto para que seu uso determine sua aplicação. ‘O primeiro cachorro a nascer na Inglaterra no século dezenove’ [...], pois ela contém uma data e um nome de um lugar” (*Ibid.*, p. 26). Mas, “‘O primeiro cachorro a nascer no oceano’ [...] e ‘O único cachorro a nascer no oceano que subsequentemente salvou a vida de um monarca’” seriam descrições individualizantes puras (*Idem*). Strawson ainda introduz outra classe de descrições que serviriam aos mesmos propósitos, a saber, descrições individualizantes quase-puras. Tais descrições, segundo Strawson, “[...] dependem sobre a fixação de sua elocução para determinar sua aplicação somente no sentido em que sua aplicação é restrita para o que existiu antes ou existe ao mesmo tempo da alocação. Elas são como as descrições individualizantes puras com a adição das frases como ‘até agora’” (*Ibid.*,

⁵⁰ Pode-se dizer, no tocante a esse ponto, que ‘requerimentos contextuais’ é equivalente ‘estabelecer relações entre um novo particular e outros já identificados em nosso quadro de modo a introduzir o novo particular ao quadro de conhecimento de particulares’.

⁵¹ Devemos notar que neste parágrafo primeiro é falado sobre expressões e, logo, sobre fatos. Aqui não há diferença, uma vez que essas expressões são utilizadas para apresentar fatos, embora nem todo uso necessariamente venha a ter sucesso em introduzi-los.

p. 26-27). Um exemplo de expressões do segundo tipo é ‘O homem mais alto que já viveu’. Agora, se há sucesso no uso de tais expressões de tal modo a excluir qualquer relação com o quadro conceitual, então se segue que a possessão do quadro de referência não seria uma verdade necessária.

A fim de usar de tais descrições de modo que sirvam para os propósitos desejados, é também necessário, segundo Strawson, que seu uso venha acompanhado da afirmação de que ambos falante e ouvinte “[...] não sabiam qualquer coisa sobre o particular em questão” (*Ibid.*, p. 27). Assim, tal afirmação deve ser equivalente a dizer que o falante e o ouvinte são incapazes de relacionar o particular “[...] com qualquer ocasião de discurso que eles possam conectar com algum item no quadro espaço-temporal comum” (*Idem*). Deste modo fica “[...] negada qualquer habilidade de conectar o particular do qual eles afirmam falar com seu quadro geral unificado de conhecimento de particulares, e negada qualquer habilidade de reconhecer tal conexão, se fosse sugerido a eles, como algo que eles estiveram conscientes, mas esqueceram” (*Idem*). A objeção à possibilidade de referir identificadamente com o uso de descrições puras ou quase-puras consiste em notar que: se as condições em que as descrições individualizantes puras são usadas são essas, acima mencionadas, então “[...] o falante e o ouvinte não tinham de fato nenhum fundamento, exceto esse da probabilidade geral, para pensar que a descrição individualizante pura tinha qualquer aplicação” (*Idem*). Assim, no exemplo acima citado, se não houvesse qualquer cachorro que tivesse nascido no oceano, então a descrição falha; porém se houver dois que tenham nascidos ao mesmo tempo, ela falha também. Contudo, Strawson admite que a objeção não seria derradeira, embora não fosse a única possível a ser feita. No entanto, haveria uma inutilidade prática no tocante ao uso de tais mecanismos, assim, segundo Strawson:

Mesmo se fosse possível satisfazer as condições formais de identificação de particulares de um modo que deixasse o particular completamente apartado ou tolhido, por assim dizer, do quadro geral unificado de conhecimentos de particulares, o feito seria particularmente inútil. *Na medida que nosso conhecimento dele mantivesse esse caráter completamente apartado*, o particular não teria parte a cumprir em nosso esquema geral de conhecimento (*Ibid.*, p., 28) (grifos do autor).

Assim Strawson conclui:

Por meio da referência identificadora, nós ajustamos as histórias e reportes de outros, junto com as nossas próprias, dentro da história singular sobre a realidade empírica; e esse ajustamento conjunto, essa conexão, descansa ultimamente relacionando os particulares que figuram nas histórias no sistema espaço-temporal singular que nós mesmos ocupamos (*Ibid.*, p. 29).

Por fim, Strawson ressalta que não somente a possessão do quadro de conhecimento de particulares é uma condição necessária para que qualquer referência identificadora seja feita,

mas que a própria noção governa o que entendemos por realidade. Assim, se alguém nos relata certo acontecimento, e lhe é perguntado *onde* ou *quando* aconteceu tal evento, e como resposta esse alguém responde que “[...] não que ele não soubesse, mas que ele não pertenceu de nenhum modo a nosso sistema espaço-temporal, que ele não tem distância de qualquer lugar daqui, ou distância de tempo de agora”. Assim, segue o filósofo, “nós deveríamos dizer, e tomar ele estar dizendo, que os eventos em questão não tinham *realmente* ocorridos, que as coisas em questões realmente não existiram. E dizendo isso, nós deveríamos mostrar como nós operamos com o conceito de realidade” (*Idem*).

Antes de seguir ao próximo tópico, devemos alertar para certa distinção. A distinção é entre a noção de quadro de relações espaço-temporal, ou quadro de conhecimento identificante de particulares e a noção de esquema conceitual. Ambas as noções não são equivalentes, embora estreitamente relacionadas. Por certo, a noção de esquema conceitual depende da existência de um quadro de referência por meio do qual introduzimos particulares que tenham certa duração temporal, a fim de assegurar as relações peculiares de nosso conhecimento identificante. Porém, a noção de esquema conceitual é muito mais geral, pois, se ocupa da relação lógica dos conceitos que são instanciados em toda sorte de particulares que nosso quadro de referência é capaz de introduzir em nossas proposições. Destarte, um grupo restrito de particulares é capaz de instanciar um campo indefinido e complexo de conceitos os quais formam uma rede conceitual logicamente ordenada. É a primeira noção que tem atraído nossas atenções.

3.1.3. Reidentificação: Identidade do Quadro de particulares espaços-temporais + Não-identidade de Referência = existência continua espaço-temporal

É neste estágio que se dá o desfecho do argumento ontológico de Strawson, o qual estamos tentando construir. Antes de procedermos à construção final do argumento serão introduzidas algumas distinções técnicas. As distinções em questão consistem nos dois sentidos de identificação que o autor apresenta. Há dois sentidos em que uma identificação ocorre: uma delas é quando o falante refere identificadamente para um item e o ouvinte identifica o item referido, neste caso podemos dizer que o item que o falante refere e o item que o ouvinte identifica é “*o mesmo*” item; porém, há também o sentido no qual o falante tendo identificado certo particular em uma dada ocasião, no primeiro sentido, é também capaz de identificá-lo como “*o mesmo*” particular em outra ocasião (Strawson, p. 31). Assim, segundo Strawson, “por causa de clareza terminológica nós podemos, quando necessário, distinguir entre identificação referencial, ou falante-ouvinte, de um lado, e reidentificação de

outro” (*Idem*). Como veremos, é sobre o segundo sentido de ‘o mesmo’ que Strawson apóia sua argumentação ontológica.

O argumento ontológico de Strawson surge com a necessidade de conciliar certos postulados, por assim dizer. Os postulados que Strawson vê necessário conciliar são a noção de quadro espaço-temporal de particulares e um conjunto de fatos. Baseado na descrição das condições de referência, Strawson conclui que:

Não há dúvida que nós temos a ideia de um sistema espaço-temporal singular de coisas materiais; a ideia de cada coisa material em qualquer tempo estando espacialmente relacionada, em vários modos, em vários tempos, para qualquer outro em qualquer momento. Não há dúvida nenhuma que tudo isso é nosso esquema conceitual. (1979, p. 35)

Os fatos que Strawson acha necessário que uma teoria deva dar conta são “que o campo de nossa observação é limitado; que nós dormimos; que nós nos movemos” (*Ibid.*, p. 32); ou seja, toda sorte de fatos que indique que nossas situações de referência são extremamente transitórias. Mas qual problema surge da afirmação conjunta dessas duas teses, por assim dizer? O problema é o seguinte: todos os fatos mencionados significam que a identidade de uma referência, no caso dos particulares espaços-temporais, é estritamente dependente das condições contextuais em que ela é realizada; ou seja, somente nos casos em que elocuições sucessivas não seriam tomadas como referências distintas é que poderá haver algo como identidade de referência – por exemplo, no caso em que uma pessoa ao referir identificadamente para um particular dissesse sucessivamente num breve íterim temporal: ‘Esse carro branco, esse carro com rodado, esse carro quadro portas, esse carro branco’; nesse caso, havendo certa inércia contextual, talvez pudesse ser afirmado que cada referência contém certa identidade, porém, talvez pudesse ser dito também que o falante fez apenas uma referência com um termo singular complexo gramaticalmente mal formado. No entanto, em geral, embora nós ordinariamente tomemos certo grupo de usos referenciais como referindo para *o mesmo* particular, sem dúvida todas as referências ocorridas são umas distintas das outras – por exemplo, se o falante estando em sua cama refere para seu companheiro de quarto ao amanhecer, e estando no mesmo lugar refere à noite para *o mesmo* companheiro de quarto, então, mesmo assim, ele estaria fazendo duas referências distintas. Assim, concernente ao quadro de relações espaço-temporal, se nós buscamos justificar a singularidade do quadro desde as referências por meio das quais introduzimos os particulares do quadro, o resultado é que em cada referência nós teríamos um quadro distinto e incomunicável com o outro; que quando nós pensamos estar reidentificando um particular material, nós, na verdade, estamos

apenas referindo para um novo particular a partir de um novo quadro, e, assim, estaríamos dizendo algo inteiramente distinto daquilo que nós realmente dizemos.

Agora, quais são as alternativas? Abrir mão da noção de quadro conceitual a qual é condição de possibilidade para que uma referência identificante possa ser feita possibilitando que nós mesmos possamos nos situar no mundo ao mesmo tempo que situamos o falante, seu relato e o ambiente em que nos encontramos? Do fato de que nós não podemos, por meio de um caminho, explicar certa situação, não significa que tudo o que sabemos deve ser tomado como errôneo. Strawson evidentemente rejeita tal opção, uma vez que sua tarefa é meramente elucidar nosso conjunto ordinário de conceitos e não alterá-los ou substituí-los por outros melhores. Assim, Strawson inverte a cena⁵². Uma vez que a noção de quadro conceitual é peça fundamental para a compreensão de nosso operar ordinário dos conceitos, “uma *condição* de nós termos esse esquema conceitual é a aceitação inquestionável da identidade de particulares em, pelo menos, alguns casos de observação não contínua”⁵³ (1979, p. 35), os quais nós não somente identificamos, mas também reidentificamos. Em suma, há um quadro unitário e singular de relações espaço-temporal que nós introduzimos, adornamos e aumentamos por meio de usos referenciais individualizantes. Mas o fato de que o quadro seja o mesmo nas inúmeras situações de referência se deve ao fato de que muitas das referências realizadas reidentificam os mesmos particulares outrora introduzidos no quadro, os quais dão sustentação ao quadro, justamente porque tem certa duração temporal independente de nós referirmos a eles⁵⁴. Ou seja, um ouvinte A identifica certo particular C diretamente localizado em seu campo de visão. C deixa de fazer parte do campo de visão do ouvinte A, porém, tempos depois C volta a ocupar um lugar no campo de visão de A, e A o reidentifica; logo, C existiu, independentemente de ser percebido por A. Assim, com o uso de tal argumento,

⁵² Ou seja, Strawson faz uso de argumentos chamados argumentos transcendentais, os quais teriam a seguinte forma: Porque A é uma condição necessária para B, e, porque B é o caso, A deve ser também o caso.

⁵³ Embora o problema da noção de observação não contínua possa ser tomado de várias formas distintas, aqui deve ser tomado como equivalente ao problema da identidade de referência.

⁵⁴ Strawson admite que somente a relação entre os particulares dentro do quadro não é suficiente para que unicidade e unidade do quadro fiquem asseguradas. Por exemplo, somente conhecer a relação espacial que João manteve com Marcelo em certo tempo t e certa relação que João manteve com Lucas em certo tempo t' não é suficiente para determinar qualquer relação entre Marcelo e Lucas. Assim é também necessário que nós sejamos capazes de reidentificar lugares, a fim de que possamos determinar a relação entre outros particulares terceiros dentro do esquema. Porém o que há, segundo Strawson, é “[...] uma complexa e intrincada interconexão entre as duas [noções]. Pois, de um lado, lugares são definidos somente em relação a coisas. E, de outro, um dos requerimentos para a identidade de uma coisa material é que sua existência, tanto quando seu ser contínuo em tempo, deve ser contínuo em espaço” (1979, p. 37). De fato, uma dificuldade de entender esse exemplo acima se dá pelo fato de que pensar essas relações entre particulares já inclui pensá-las dentro de certo lugar, porém o exemplo tenta mostrar que quando elas são pensadas apenas como relações entre objetos materiais, objetos terceiros não podem ter a identidade determinada exceto se nós também reidentificamos lugares.

Strawson pretende ter introduzido a noção de *independente*, a qual deve sustentar seu realismo.

3.1.4. Particulares Básicos: Objetos Materiais

Neste momento, outro problema deve ser considerado. Tal como afirma Zemach, “[...] reconhecer que o domínio da ontologia deve ser o mundo espaço-temporal não é equivalente a ter uma ontologia” (1970, p. 231). Assim, embora particulares espaços-temporais sejam concretos e independentes, quais deles são básicos? Porém Strawson reivindica que “[...] a categoria de coisas que são, ou possuem, corpos materiais devem ser os particulares básicos” (1979, p. 39). Na tradição há, pelo menos, quatro categorias gerais de particulares concorrendo para ao status privilegiado de básico, são eles: objetos materiais, eventos, experiências privadas e constructos teóricos. Assim nós devemos avaliar: quais são os critérios que regulam o uso do termo ‘*básico*’ por Strawson? E o que quer dizer que objetos materiais sejam básicos?

O argumento geral oferecido por Strawson reivindica que a categoria de entidades que nossa ontologia compreende deve ter as mesmas características necessárias para nossa própria compreensão da realidade; ou seja, uma vez que identificação descansa ultimamente sobre localização em um quadro singular unitário espaço-temporal de quatro dimensões, segue-se que as entidades básicas que compõem esse quadro devem ter as mesmas características que ele. Assim Strawson afirma que:

Os únicos objetos que podem constituir-lo são esses que podem conferir sobre ele suas próprias características fundamentais. Quer dizer, eles devem ser objetos tridimensionais com alguma duração através do tempo. Eles devem ser acessíveis por tais meios de observação como nós temos; e, uma vez que esses meios são estritamente limitados em poder, eles devem coletivamente ter suficiente diversidade, riqueza, estabilidade e duração para ser possível e natural justamente a concepção de um quadro unitário que nós possuímos (1979, p. 39)

Assim, os objetos portadores destas características são os objetos que “[...] são, ou possuem, corpos materiais – no amplo sentido da expressão” (*Idem*). Esse consiste no argumento geral com o qual Strawson advoga em prol do status básico dos objetos materiais – essa extensão do argumento ontológico prévio não pretende, é claro, uma defesa do realismo propriamente dita, mas em defesa de uma hierarquia para sua ontologia realista. Porém, o argumento, embora seja persuasivo, primeiro: falha em revelar hierarquia dos demais itens de sua ontologia; e, segundo, ainda não possui corpo, por assim dizer; ou seja, não consegue revelar os fatos pragmáticos que lhe dão suporte.

No intento de dar uma resposta aos dois pontos acima mencionados, a noção de referência identificadora também terá atuação servindo como instrumento de análise para revelar o que Strawson chama de “dependência-de-identificabilidade” (1979, p. 41). Segundo esse conceito, há uma dependência na identificação de certa categoria de particulares em detrimento de outra categoria, e essa dependência não se deve às condições contextuais de referência, mas à própria natureza dos particulares referidos; tal dependência toca algumas categorias de particulares, enquanto não toca a categoria dos objetos materiais. Deste modo, objetos matérias estão na base da ontologia de nosso esquema conceitual, pois, sem eles não haveriam meios de introduzir as demais categorias de particulares (STRAWSON; 1979). De início, Strawson introduz dois tipos de dependência de identificabilidade, a saber, *dependência direta de identificação* e *dependência geral de identificação*. O primeiro tipo de dependência é compreendido justamente pela dependência que há entre categorias de particulares que *não podem ser observáveis* sobre outra categoria de particulares que podem ser diretamente *observáveis* e, logo, demonstrativamente identificáveis (1979, p. 44). O segundo tipo de dependência, diferentemente do primeiro, não consiste em uma estratégia pragmática, mas conceitual. A dependência não gira em torno dos requerimentos contextuais que devem ser cumpridos para que tenhamos sucesso na introdução de uma categoria de particulares dependentes em nosso discurso, mas em torno da pressuposição conceitual na introdução de uma categoria de particulares dependente sobre outra, de modo que a posse de um tipo de conceito pressupõe logicamente a posse de outro tipo menos sofisticado – tal como a existente entre Estado político e cidadão, por exemplo. Nesse último caso

[...] não significa que sobre qualquer ocasião particular de referência nós devemos mediar uma referência identificadora a um particular de um tipo mais sofisticado por uma referência para um particular de um tipo menos sofisticado. Nós podemos referir diretamente, por exemplo, para ‘a presente depressão econômica’ (Strawson, *Ibid.*, 45)

Com o uso destas duas estratégias Strawson argumentará em prol da dependência de experiências privadas e constructos teóricos tal como veremos.

3.1.4.1. Dependência-de-identificabilidade: Particulares privados

A noção de particulares privados, segundo Strawson, compreende “[...] o grupo de sensações possivelmente sobrepostas, eventos mentais e, em uma comum aceitação desse termo, dado-sensoriais”, e o grupo de particulares para o qual essa categoria mantém dependência é “a classe de pessoas”⁵⁵ (1979, p. 41). Deste modo, pura e simplesmente, a

⁵⁵ Strawson admite que “talvez devesse ser acrescentado ‘ou animais’; pois talvez nós algumas vezes reframamos identificadamente para experiências particulares de animais” (*Idem*).

identificação de particulares privados envolve, *enquanto objetos não diretamente observáveis*, a identificação da pessoa cuja experiência particular está sendo referida.

No entanto, Strawson se dispõe a analisar alguns casos que gerariam algumas dúvidas. Os casos consistem naqueles em que alguém refere com uma frase demonstrativa para um particular privado e o ouvinte identifica o particular referido sem explícita menção ou referência para a pessoa cujo particular privado está sendo referido. Assim, por exemplo, tanto nos casos onde alguém se torcendo diz “Essa (A) dor é terrível” referindo para si mesmo, quanto nos casos onde um médico, apertando certo local do corpo do paciente, pergunta “Quão severa era essa dor?” ambos entenderiam a que pessoa pertence o particular privado (Strawson, 1979, p. 42). Assim, a pergunta seria: em que medida esses casos diferem dos casos em que um falante refere para um particular publicamente observável com o uso de uma frase demonstrativa tal como “Essa árvore” (*Idem*)? Antes de tudo Strawson afirma que ambas as referências se equiparam na medida em que nenhuma delas é precedida por contexto linguístico; o que é importante, pois, exclui a possibilidade de compreender tais enunciados como as *elipses* de Sellars (1954), ou seja, como contendo uma parte não proferida onde o *contexto linguístico* terminaria. A diferença que há, segundo Strawson, consiste no fato de que a referência ao particular privado contém uma referência implícita à pessoa cujo particular privado está sendo referido. Assim, aquele que diz ‘Essa dor é terrível’, também estaria dizendo ‘Essa dor que estou sentindo’. Porém, nos casos de referência a particulares públicos “a frase demonstrativa, ‘Essa árvore’, usada de uma particular árvore, pode ser falada para qualquer um por qualquer um, no ambiente apropriado, sem mudança da força identificatória”; em troca “a implícita referência à pessoa particular é, contudo, essencial para a força identificatória da frase demonstrativa referindo para experiência privada” (1979, p. 42). Outra forma de pensar essa diferença seria tomar qualquer uso de uma frase demonstrativa como contendo uma referência implícita para ambos o falante e o ouvinte relacionados nas situações de fala, a qual poderia ser subtraída da discussão com tanto que essa fosse uma consequência de que as pessoas envolvidas são respectivamente o falante e o ouvinte; o que não é o caso quando a referência pretende referir para uma experiência privada. Por exemplo, se duas pessoas A e B ambas presenciando uma situação onde outro indivíduo C se contorce de dor, e A anunciado “A dor deve ser aguda”, “a implícita referência aqui é completamente independente de ele [C] ter o papel de falante ou ouvinte; pois ele não tem qualquer um” (Strawson, 1979, p. 43).

Por fim, Strawson menciona a possibilidade de ser produzida uma descrição identificadora que pudesse identificar o particular privado sem fazer menção à pessoa que está

sofrendo caracterizando-o como “[...] a experiência de certo tipo sofrida em certo lugar identificado e em certo tempo” (*Idem*). Em termos práticos, o filósofo admite a possibilidade de tal identificação, porém, segundo o ele:

Seria necessário, a fim de que seja dada ocorrência de uso a descrição-da-experiência, que alguém ou outro, que lhe deu ocorrência de uso, devia também ter sido capaz de dar uma independente identificação de quem sofreu a experiência. Assim, ainda que, sobre uma ocasião particular de experiência, a identificação de uma experiência privada não precise ser diretamente dependente sobre a identificação da pessoa cuja experiência foi tida, deve ainda ser indiretamente assim dependente (1979, p. 43).

Logo, segundo Strawson, experiências privadas “[...] exibem o maior tipo de dependência-de-identificabilidade sobre particulares de outro tipo” (*Ibid.*, p. 43-44).

3.1.4.2. Dependência-de-Identificabilidade: Constructos Teóricos

O fato de que os particulares privados sejam objetos inobserváveis consiste na principal característica que os determina entre os particulares de maior dependência-de-identificabilidade. Porém, segundo Strawson, essa não é a única categoria de objetos que participa desta característica. Algumas construções teóricas também são particulares que somente podem ser identificados por meio da relação com outros particulares observáveis, pois, tal como os anteriores, uma vez que são inobserváveis, somente podem ser identificados com relação à outra categoria de particulares – exemplos desta categoria seriam as partículas elementares da física. Outro aspecto importante, segundo Strawson, é o seguinte: “Nós devemos considerá-los como em princípio possíveis de fazer referência identificadora a tais particulares, se não individualmente, pelo menos em grupos ou coleções; de outro modo eles perderiam seu status de particulares admitidos” (1979, p. 44). Esse aspecto de “particulares admitidos” consiste exatamente na relação que a noção de quadro de particulares espaço-temporais mantém com a noção de realidade; ou seja, não faz sentido falar de algo que não mantém qualquer relação com nossa rede de particulares espaços-temporais. No entanto, há casos em que faz pleno sentido falar e observar tais particulares, onde é necessário que haja outro critério pelo qual possamos julgar o lugar desses particulares sob o risco de tomá-los como básicos. Assim Strawson afirma que

[...] seria claramente vão esperar achar particulares básicos entre tais itens como esses. A posse dos conceitos sob os quais tais particulares caem todos, evidentemente pressupõe a posse de outros conceitos sob os quais caem particulares de tipos completamente diferentes e muito menos sofisticados (*Idem*).

Assim, no tocante a essa classe de particulares, Strawson se vê obrigado a lançar mão de sua segunda estratégia de composição de sua hierarquia ontológica, pois, uma vez que a noção de

observável não pode restringir todo campo categórico desejado, logo o âmbito lógico deve vir em suporte. O argumento afirma que não é possível haver a posse da noção de Estado, por exemplo, a menos que a pessoa já tenha posse do conceito de pessoa ou indivíduo político, pois, haveria “[...] uma dependência-de-identificabilidade *geral* de particulares do tipo mais sofisticados sobre particulares do tipo menos sofisticado” (*Ibid.*, p. 44) (grifos nossos). Porém a noção de ‘sofisticado’ evidentemente quer dizer logicamente mais complexo. Esse exemplo, inclusive, se assemelha muito com a objeção de Urmson (1992a) faz contra Russell, declarando a falência do programa Atomista de Análise, embora Strawson reivindique que sua posição seria de Análise Conectiva e não Redutivista⁵⁶.

No intento de desviar-se de críticas desta natureza, Strawson investe na qualificação do conceito de observável⁵⁷. Pois, segundo ele, “é desejável reduzir a dependência sobre esse argumento [da dependência geral de identificação] tanto quanto possível. Sua aplicação seria um assunto de detalhes e disputa [...]”. Assim, não é suficiente que deva ser possível observar os particulares básicos, “[...] antes, eles devem ser objetos públicos de percepção, objetos particulares de tais tipos que diferentes pessoas podem literalmente ver ou ouvir ou sentir por contato ou gosto ou cheiro os mesmos objetos desses tipos” (1979, p. 45). Logo, para que um particular seja básico em nosso quadro de relações espaços-temporais, não basta que possamos observá-lo, ele deve ser também um objeto “[...] diretamente localizável por ambos falante e ouvinte sobre alguma ocasião particular de discurso” (*Idem*). Tal qualificação tem maior poder na restrição da categoria de particulares básicos enquanto também tem a vantagem de evitar a necessidade do argumento da dependência geral de identificação – chamaremos esse critério de *localização direta*. Porém, a noção de localização direta seria suficiente para definir a categoria de particulares básicos? Ou seja, tal conceito consegue restringir o campo de categorias de particulares de modo que somente seria possível localizar diretamente a categoria de objetos materiais? Evidentemente não, pois, eventos, processos, estados e condições também são particulares, em sua maioria, diretamente localizáveis.

3.1.4.3. Dependência-de-identificabilidade: Eventos

Outra razão pela qual a noção de localização direta não é suficiente para restringir a categoria de particulares que nossa ontologia compreende consiste no fato de que “o campo

⁵⁶ Cf. Capítulo I, sub-Capítulo 1.1.2.

⁵⁷ Convém notar que esse conceito por si só não caracteriza uma proposta realista, pois o empirismo construtivo se apóia nesse conceito para elaborar uma proposta anti-realista. Claro, nesse caso trata-se de como o mundo deveria ser e não como o mundo é. Cf. French (2009), capítulos 7. Realismo e 8. Anti-realismo.

de itens particulares atuais diretamente localizáveis em qualquer ocasião particular de discurso é muito restrita [...]”, não sendo suficiente para dar suporte ao quadro conceitual o qual nós fazemos uso. Assim, a identificação de particulares que estão fora de uma atual situação de localização direta também deverá ser necessariamente considerada. E, neste respeito, eventos apresentam certa dependência na identificabilidade sobre objetos materiais. Strawson divide eventos entre dois grupos, a saber, aqueles “[...] eventos e processos que, assim nomeados ou concebidos por nós, necessariamente são ou desempenhados ou sofridos por corpos materiais ou coisas possuindo corpos materiais, e eventos e processos que não são deste tipo” (1979, p. 46) Teoricamente, qualquer evento pressupõe um particular – ou particulares – o qual sofre ou desempenha o evento, mas ordinariamente poderíamos falar daqueles cuja existência pressupõe a possibilidade de identificação do objeto material que o sofreu e aqueles que excluem essa possibilidade – assim, torna-se sem sentido dizer que tomei um soco de um homem que não possui braço, porém falar sobre um estampido ou lampejo de luz, embora pressuponha uma causa, não pressupõe a possibilidade de identificação, ordinariamente falando, das partículas físicas que compõe ambos os eventos.

Para revelar a dependência em identificação que eventos mantêm sobre particulares materiais no tocante à transcendência da possibilidade de localização direta, Strawson introduz a noção de “quadro de referência homogêneo” (1979, p. 53). A noção de quadro de referência pode ser entendida como o conjunto inter-relacionado de particulares identificadamente introduzidos. A denominação não passa de uma denominação pragmático-semântica da noção de quadro unificado espaço-temporal. Enquanto essa última é extralinguística e metafísica a anterior é pragmático-semântica; são formas distintas que espelham interesses distintos de explicação. Nosso quadro de referência ordinário, embora assuma particulares materiais como básico para a possibilidade de sua unicidade e unidade, é estritamente heterogêneo; ou seja, desde o modo como compreendemos o mundo, o compreendemos na possibilidade de identificar particulares materiais, assim como eventos, particulares privados e, alguns de nós, particulares teóricos, os quais todos estariam no presente ou no passado, interligados numa rede histórico-geográfica. Se pensarmos na possibilidade de identificar objetos materiais a partir de um quadro homogêneo para além de uma presente situação de localização direta – ou seja, somente podendo relacionar particulares pertencentes a essa mesma categoria –, não encontraríamos mais do que uma situação estritamente ordinária de discurso. Normalmente, quando desejamos identificar uma pessoa Z para um ouvinte, procuramos relacionar Z com uma pessoa X que o ouvinte conheça de modo a identificar Z, e assim estabelecemos relações com elementos. O teste de Strawson é analisar

a possibilidade de introdução de eventos por meio de um quadro homogêneo; ou seja, averiguar a possibilidade de introduzir eventos para além de uma situação presente de localização direta somente por meio de relações entre eventos do mesmo tipo.

Em uma presente situação de localização direta, é claramente possível que nós identifiquemos estampidos ou lampejos sem qualquer dependência de identificabilidade direta. Assim, podemos referir demonstrativamente com o uso de ‘Esse estampido alto’ ou ‘Esse clarão repentino’ na recente ocorrência do evento e identificá-lo com sucesso para um ouvinte. Porém, de que modo poderíamos identificar um evento particular ocorrido em uma dada ocasião que escape da presente possibilidade de localização direta? Segundo Strawson, através da construção de uma “*seqüência diretamente localizável*” tal feito seria possível (1979, p. 47) (grifos do autor). Digamos que ambos falante e ouvinte tiveram meios de diretamente localizar uma seqüência de estampidos. Assim, qualquer estampido poderia ser identificado com relação aos demais. Tal seqüência, quando contextualmente possível, não ficaria somente dependente de aspectos temporais, pois, da mesma forma que é possível identificar um estampido particular como o enésimo estampido depois do último, também é possível identificá-lo, provido que dois deles tenham ocorrido simultaneamente na seqüência, como o enésimo estampido depois do último ocorrido a nossa direita⁵⁸. A possibilidade de utilização de uma seqüência diretamente localizável deve respeitar duas condições, a saber, “(1) que pelo menos um membro de tal seqüência possa sempre ser diretamente identificável, isto é, sem referência para qualquer particular que seja [heterogêneo], e (2) que qualquer referência para qualquer outro particular possa identificar somente pela sua posição relativa a essa dos outros membros de tal seqüência” (*Idem*). Evidentemente às vezes em que essas condições de referência para eventos são contextualmente cumpridas são extremamente escassas – talvez, as festas de final de ano sejam um exemplo. Em geral, quando no intento de identificar um evento particular do tipo, nós identificamos tal evento por meio de uma relação com o lugar de ocorrência ou do particular material que o causou – aqui não podemos confundir um particular material sofrer um evento, e causar um evento. Um exemplo, segundo Strawson, bem sucedido desse sistema de localização direta corresponde ao sistema de dias e anos. Contudo, o sucesso no uso de tal sistema consiste no caráter geral que esses eventos têm, pois, provido certas restrições peculiares ao sistema, o dia que anoitece em Brasília é a mesmo dia que anoitece em Santa Maria do Rio Grande do Sul, de outro modo, o estampido ocorrido por uma explosão em Porto Alegre não pode ser ouvido em São Paulo.

⁵⁸ Nos casos de identificação por meio de critérios espaciais, a pessoa cumpre papel centrar na identificação. Assim, o experimento, nestes termos, pressupõe o que pretende eliminar: a identificação de um objeto material.

Assim, em virtude do caráter efêmero que tais particulares têm suas restrições contextuais em identificação são tais que se tornam impossíveis pensar um meio pelo qual eles possam dar suporte ao esquema conceitual que nós dispomos. E quanto aos eventos do outro tipo, aqueles que necessariamente são ou desempenhados ou sofridos por corpos matérias ou coisas possuindo corpos materiais?

Segundo Strawson, aparte de casos especiais como o de noite-dia, onde as condições contextuais são bastante convenientes, “[...] o que foi dito dos estereis exemplos de lampejos e estampidos se mantém para outros eventos, processos, estados e condições publicamente observáveis” (1979, p. 48). No tocante aos eventos que são ações ou acontecimentos de coisas outras do que eventos, Strawson nega a possibilidade que possamos tomá-los diretamente como dependentes em identificação sob a acusação de que suas identificações seriam dependentes de prévia identificação do particular que o sofreu. Assim, segundo Strawson: “Minha referência para um grito de modo algum depende, para sua força identificatória, sobre uma implícita referência para quem gritou”⁵⁹ (1979, p. 51). Essa via de argumentação “[...] erra em tentar inferir de uma dependência conceitual direta um tipo de dependência de identificação de particulares” (*Idem*). Ainda que a forma simplificada do argumento não tenha sucesso em reger sobre os aspectos práticos, uma análise mais clara realizada pelo filósofo revela certa assimetria na relação conceitual que há entre o conceito de um evento sofrido por um particular material e o particular material que o sofre, a qual revela certos aspectos extralinguísticos. Strawson toma como exemplo o evento “nascer”⁶⁰ e o particular material “animal”, assim todo nascimento é o nascimento de algum animal. Deste modo, ao enunciar algo como “*Isso é um nascimento*”, nós estaríamos implicando⁶¹ “*Há um animal do qual esse é o nascimento*”. Contudo, tal como nós conhecemos o conceito de nascimento uma implicação do tipo também ocorreria, assim “*Isso é um animal*” implicaria “*Há algum nascimento que é o nascimento desse animal*” (1979, p. 51) (grifos do autor). De modo que teríamos uma relação simétrica entre ambos os conceitos. Porém, a aparente assimetria pode ser desfeita se nós notamos, segundo Strawson, que enquanto o enunciado ‘Isso é um animal’ pode ser tomado alternativamente como implicando ‘Isso tinha nascido’ – relação a qual mantém a dependência conceitual, mas exclui a quantificação sobre o nascimento particular –, o enunciado de ‘Isso é um nascimento’ não pode ser tomado como implicando algo

⁵⁹ Pode ser objetado que o exemplo de Strawson é insatisfatório, pois, um grito não tem a mesma relação para quem gritou que um soco tem para o braço que o deu. Assim, para esse propósito o exemplo é ineficaz.

⁶⁰ Esse exemplo, diferentemente do exemplo do grito, se adequa ao caso em questão.

⁶¹ Strawson efetivamente usa o termo ‘implicar’ aqui, mas tendo em vista o capítulo anterior, nós não temos qualquer insegurança em tomar o termo implicar, aqui, como equivalente a noção de logicamente pressuposto.

semelhante, assim não somente necessariamente se mantém a dependência conceitual, mas também a quantificação sobre o particular animal⁶². Em suma, segundo o filósofo:

[...] a admissão em nosso discurso do campo de particulares, *nascimentos*, concebida como nós a concebemos, requer a admissão em nosso discurso do campo de particulares, *animais*; mas a admissão em nosso discurso do campo de particulares, *animais*, concebida como nós a concebemos, não requer a admissão em nosso discurso do campo de particulares, *nascimentos* (Strawson, 1979, p. 52) (grifos do autor).

Por fim, Strawson toma essa forma final do argumento da dependência conceitual como “correta” (*Idem*), porém, pelas mesmas razões já enunciadas anteriormente, sugere que as explicações apoiem-se minimamente sobre argumentos do tipo. Logo, as condições de referência vêm a ser a base principal para a argumentação de Strawson no tocante a sua hierarquia ontológica. A conclusão concernente aos eventos como candidatos para particulares básicos é que devido a sua natureza extralinguística e suas fundamentais limitações nas condições de identificação, eles jamais poderiam dar suporte ao quadro espaço-temporal que nós fazemos uso, quer porque não conseguiriam dar unidade ao quadro, ou porque seu caráter efêmero não conseguiria dar unicidade ao quadro.

Assim não é somente porque particulares materiais são os particulares que têm a suficiente duração temporal de modo a manter fixas e regulares nossas relações espaço-temporal, tal como afirmava o argumento geral em prol de seu aspecto básico. Mas também porque eles são a única categoria de particulares cuja identificação consegue se manter homogênea sem que sua identificação dependa de qualquer outra categoria de particulares. Tal como foi visto, a única categoria de particulares que consegue manter certa homogeneidade consiste na categoria dos eventos, porém essa homogeneidade somente é possível em contextos muito restritos e, em prática, artificiais. Assim, a categoria de particulares materiais não somente encontra as características peculiares ao quadro espaço-temporal unitário, mas também fomenta as “limitações e necessidades humanas” impostas pelos requerimentos contextuais de referência.

3.2. Críticas ao Argumento Ontológico de Strawson

Neste breve subcapítulo serão analisadas as críticas de dois filósofos feitas aos argumentos ontológicos de Strawson, a saber, Gustav Bergmann e Jack Kaminsky. As críticas de Bergmann serão as primeiras a serem examinadas e, subseqüentemente, serão examinadas

⁶² Aqui Strawson usa o termo “quantificação” como referência ao tratamento do problema dado pelos lógicos (1979, p. 52). Porém a relação é a mesma mostrada no capítulo anterior sobre a teoria das pressuposições onde a relação direta entre um enunciado demonstrativo e um enunciado existencial, sem mediação por um conjunto de proposições, indica a relação direta de identificabilidade entre quem faz a referência e o objeto referido.

as críticas de Kaminsky. Ambos os filósofos fizeram ataques a diversos aspectos de ontologia de Strawson, porém, nós nos limitaremos apenas aos ataques que objetam ao argumento realista de Strawson.

3.2.1. A Crítica de Gustav Bergmann

Gustav Bergmann (1960) não faz uma crítica pontual a Ontologia de Strawson, antes ele critica todo “sistema” strawsoniano. As críticas têm pelo menos três pilares centrais, a saber, o modo como Strawson enfrenta o “embaraço epistemológico”⁶³, o modo como Strawson efetua o Giro Linguístico, e seu próprio projeto de análise conceitual (*Ibid.*, p. 603). No Capítulo I nos ocupamos quase que integralmente com o segundo tópico, de modo que não faria sentido voltar a discuti-lo. Uma vez que nossa prioridade no trabalho foi a eleição de temas que pudéssemos diretamente relacionar com a noção de referência, deliberadamente nos desviaremos das discussões envolvendo os problemas sobre análise conceitual. Assim, limitaremos-nos quase exclusivamente à noção de embaraço epistemológico, pois, como veremos, esta mantém a possibilidade de relação com a noção de referência.

A relação entre epistemologia e ontologia, segundo Bergman, sendo contextualmente dialética, gera o que ele chama de embaraço epistemológico. Que essas duas sub-disciplinas filosóficas sejam contextualmente dialéticas significa que não há duas coisas distintas, mas contextos onde faria pleno sentido falar em epistemologia e outros onde faria sentido falar em ontologia. O embaraço epistemológico consiste no problema que há em justificar a existência de coisas independentes de nosso conhecimento acerca delas, sendo a via do conhecimento nosso principal acesso a elas. Assim, dependendo do modo como entendemos ‘O que é conhecer’ torna-se indiscriminável a distinção entre *Ser* e *Conhecer*⁶⁴. Há, segundo Bergmann, dois caminhos divisores de águas na tradição por meio do qual compreendemos o modo como *conhecemos* as coisas, não obstante, essa encruzilhada também divide os dois tipos de categorias gerais de entidades para Strawson.

Há duas formas pelas quais nós *conhecemos* entidades, a saber, aquelas que, “tendo sido apresentado para nós uma vez, quando apresentadas de novo, nós as *reconhecemos*, diretamente, como alguém diria, ou imediatamente, ou como tal, sem ter que recorrer a um

⁶³ A expressão original é ‘epistemological predicament’.

⁶⁴ Segundo Bergmann, os idealistas absolutos consistem na forma canônica de exemplo do problema, pois sendo ontologia compreendida como uma investigação que busca “nos dizer o que há, independente de se nós conhecemos ou não”, sua ontologia fica limitada dentro da fórmula, pois para eles o que nós conhecemos são as únicas coisas que existem (1960, p. 603). O obstáculo assim posto seria insuperável, de modo que ele deve ser contornado.

‘critério’”, e aquelas que nós não reconhecemos como tal, mas somente fazendo uso de critérios (1960, p. 604) (grifos do autor). Não por acaso, essas duas formas de conhecer entidades também marcam a distinção entre dois tipos de categorias de entidades: as entidades do primeiro tipo são gerais ou universais, as do segundo tipo são particulares. Os critérios pelos quais nós reconhecemos particulares são exatamente dois considerados por Strawson. O primeiro consiste na combinação de propriedade que caracterizam o objeto; o segundo consiste na fórmula de que “objetos físicos movem-se em órbitas espaços-temporais” (*Idem*). Porém, segundo Bergmann, esse segundo critério consiste em “um largo e complexo, mas também familiar grupo de fatos (leis)”, nos quais “nós apoiamos (conscientemente ou inconscientemente) nosso conhecimento desse grupo” (*Idem*). A distinção entre essas duas formas de conhecer podem ser compactadas em dois enunciados: “*M*. Eu conheço o que é (foi) apresentado para mim. *D*. Eu conheço somente o que, se já foi apresentado para mim, posso reconhecer quando apresentado para mim de novo” (*Idem*). A primeira forma de conhecer seria Monista, a segunda seria Dualista⁶⁵.

Ambas as distinções do modo como *conhecemos* as entidades pertencentes às categorias de particular e geral produzem, segundo Bergmann, “[...] duas diferentes, ainda que relacionadas, faces da dialética, uma epistemológica, e uma ontológica” (1960, p. 604). Baseado sobre essas distinções, a análise da identidade em situações de reconhecimento – aqui estamos tentando manter a terminologia de Bergmann – consiste na via ontológica de argumentação. Porém qual caminho tomar *M*. ou *D*.? Destarte Bergmann introduz uma distinção crucial, a saber: “Quer ou não ‘duas’ coisas *sejam* realmente uma (a mesma), é uma coisa. Quer ou não nós *saibamos* isso, é outra coisa. No primeiro contexto (elas *sejam*), ‘mesmo’ é usado ontologicamente; no segundo (nós *saibamos*), epistemologicamente” (*Ibid.*, p. 605). Outro aspecto importante, segundo Bergmann, consiste em notar que *diversidade* e *mesmidade*, ontologicamente, “são primárias” (*Idem*). Ou seja, vendo um particular qualquer nós não somos confrontados com sua mesmidade ou diversidade assim como somos confrontados com sua textura, cor etc. Mas é somente por contraste que diversidade e mesmidade aparecem. Assim, *D*. é epistemológico, enquanto *M*. é ontológico. E conclui:

⁶⁵ Strawsonianamente falando, isso é equivalente a dizer que nós reconhecemos gerais ou universais diretamente desde fatos linguísticos gerais, enquanto particulares nós necessitamos certos requerimentos contextuais (critérios), os quais incluem o conhecimento de um fato particular empírico. No cumprimento de tais requerimentos a construção de uma descrição não evita a possibilidade de reduplicação, assim é necessário apoiar a *reidentificação* sobre o conhecimento do quadro unitário singular espaço-temporal que nós dispomos – os termos ‘reconhecer’ e ‘reidentificação’ estão em itálico, pois, marcam certa discrepância entre ambos os autores.

“Onde há critério, há, ou pode haver, uma questão. Acerca do que é primário, não há” (*Idem*). Bergmann também nos oferece exemplos, um deles ilustra “um campo fenomenal consistindo de dois tons simultâneos diferindo em altura”. Esse campo nós teríamos “em introspecção, contudo, naturalmente não quando percebendo algo”, assim ele conclui: “Eu não posso saber, por exemplo, que eles são dois ou meramente um, em virtude de estar *diretamente consciente* da diferença de altura [...] que eles exemplificam. Antes, eles devem ser dois, pois, há alguma coisa na qual eles diferem” (*Idem*).

Uma vez dito isso, a crítica começa tomar forma. Tal como foi mostrado anteriormente, Strawson também distingue entre dois modos em que identificamos um particular; porém, segundo Bergmann, “coloca toda a tarefa do uso ontológico do ‘mesmo’ em ‘Essa é a mesma mesa’”, por exemplo. E apoiado sobre a face epistemológica dessa dialética “como uma consequência seu argumento para realismo falha” (*Idem*). Segundo Bergman, teria sido melhor “se o uso de ‘mesmo’ sobre o qual ele descansa fosse ontológico; contudo, da forma como Strawson descreve o mundo “a própria idéia de um critério tem sabor de construcionismo!” (*Idem*). Ou seja, uma vez que o argumento parte desde critérios epistemológicos ele não pode garantir a existência independente dos particulares materiais – pois na verdade não haveria elemento de independência. Não obstante, Strawson não teria errado unicamente ao escolher o caminho dualista para formular sua argumentação ontológica – o qual seria compatível com idealismo. Outro erro cabal, segundo Bergmann, teria sido argumentar desde a linguagem ordinária, algo que estaria anterior ao próprio âmbito epistemológico, assim: “ele fica aquém do que frequentemente teria sido realizado antes, uma vez que ele não opera ao nível do conhecimento, mas em uma irrelevante distância posterior, sobre essa da comunicação” (*Ibid.*, p. 618). Neste ponto aflora a discrepância entre ambos os filósofos no que concerne a questões metafisológicas. O ponto de partida para Strawson é a linguagem ordinária, pois sua possessão é a evidência mais contundente da possessão de nosso esquema conceitual, assim como seu exame é sua forma mais segura de análise desse esquema⁶⁶, enquanto para Bergmann: “Filosofia é uma estrutura dialética erguida sobre uma base fenomenológica”; ou seja, seu sentido de linguagem ideal é francamente arbitrário. No primeiro caso, a preocupação é comunicação, como já vimos; no segundo caso, a preocupação é a representação de uma “figura de mundo” (BERGMANN, *Ibid.*, 608). O ponto que nós

⁶⁶ Talvez pudesse ser argumentado que aqui o ponto é mais profundo, pois o que estaria em debate é a possibilidade de uma compreensão conceitual não lingüística da realidade. Enquanto ficaria em aberto quais seriam os meios filosóficos para levar a cabo tal investigação. Poderia ser dito que Strawson admite tal possibilidade afirmando que: “[...] a capacidade de nosso pensamento conceitual subjaz todo o processo de desenvolvimento lingüístico, na realidade, a própria existência da linguagem” (1998, p. 325); e não vice-versa.

gostaríamos de fazer, provido que a discrepância seja verdadeira, é concernente à noção de referência. Pois, em Strawson há uma noção intersubjetiva de referência, a qual não somente serve como instrumento da análise que nos propomos, mas também se adequa perfeitamente aos propósitos de comunicação; de outro lado, o exemplo de Bergmann ilustra uma relação de referência tal que a linguagem, em sua concepção, desempenha somente um papel simbólico; ou seja, por meio dela simbolizamos, arbitrariamente, as relações lógicas de nossas *experiências privadas*. Nestes termos, não há meios de justificar a existência de um único quadro espaço-temporal, uma vez que a referência neste contexto é relativa a uma subjetividade, assim, cada falante disporia de um quadro particular distinto. Segundo Strawson:

Tais filósofos se privam de um ponto público de referência, fazendo do ponto de referência algo privado. Eles são incapazes de admitir que nós estejamos no sistema porque eles pensam que o sistema está dentro de nós. Ou, antes, que cada um tem seu próprio sistema dentro de si (1979, p. 30).

No entanto, esse não consiste no único ponto de discórdia que pode comprometer parte das críticas realizadas. Bergmann alerta para o uso que Strawson faz da noção de existência. Tal como foi mostrado no primeiro capítulo, Strawson respeita o uso ordinário da noção de existência⁶⁷. Contudo, Bergmann afirma que, na tradição, três noções têm regulado o uso filosófico da noção de existência, a saber:

I. O que ‘existe’ existe *independentemente*. *S.* O que ‘existe’ é *simples*; quaisquer coisas que existam (existe, não: ‘existe’)⁶⁸ *consistem* desses simples. *C.* Todos os ‘existentes’ estão em espaço e tempo, no sentido em que corpos estão; ou, pelo menos, eles podem ser localizados lá, *mais ou menos diretamente* (1960, p. 610-611). [*I.*, *S.*, e *C.* correspondem respectivamente a independente, simples e concreto]

Embora a noção de existência não carregue o peso dessas noções na filosofia de Strawson, como vimos, a noção de referência encarrega-se de tal tarefa. A noção de *concreto* surge das descrições das condições gerais de introdução de um indivíduo em uma proposição; assim, quando introduzimos um geral em uma proposição apenas o conhecimento da linguagem é suficiente, porém quando é a introdução de um particular que está em questão são necessários requerimentos contextuais, os quais necessariamente relacionam elementos espaços-temporais, assim como mecanismos apropriados para tais contextos. Já a noção de *independente* surge como condição de possibilidade para a existência de um quadro espaço-temporal singular e unitário, o qual cumpre a função de assegurar nossos propósitos de

⁶⁷ Essa é uma característica de seu Realismo Moderado, num contexto realismo-nominalismo. Pois, embora gerais não existam independentes de nós, eles existem enquanto não há nada que não seja uma instância de um geral.

⁶⁸ ‘existe’ consiste no uso filosófico do termo, existe, sem aspas, consiste no uso ordinário do termo.

comunicação em referência. Por fim, a noção de *básico* – a qual é a versão similar a noção bergmanniana de *simples* – regulada em parte pela noção de concreto, mais o auxílio eventual da noção de pressuposição conceitual, cumpre a função de dar a estrutura à hierarquia ontológica de Strawson. Porém, enquanto I e C são mantidas por Strawson, S somente seria mantida a nível conceitual e com sérias restrições. A relação entre linguagem e ontologia existente em sua *Metafísica Descritiva* não é tal que se pretende inferir da linguagem as entidades básicas que compõe o mundo enquanto tal. A pergunta central que o norteia mais parece ser ‘Quais são as entidades básicas que suportam nosso esquema conceitual com o qual pensamos acerca do mundo?’. Há uma diferença entre um projeto que pretende desvelar a realidade básica que constitui o mundo e um projeto que pretende elucidar quais são as entidades básicas necessárias para dar suporte ao nosso esquema conceitual. Strawson circunscreve-se no segundo tipo de projeto.

Por conclusão, podemos dizer que, primeiro, a crítica de Bergmann à ontologia de Strawson ataca pontos essenciais da estrutura filosófica geral de sua argumentação. De fato, a noção de embaraço epistemológico parece colocar Strawson, na tradição, mais próximo de fenomenalistas e idealistas do que dos realistas os quais ele pretende defender. Segundo, a noção de referência strawsoniana, enquanto se adequa aos modos em que efetivamente usamos nossos conceitos, também evita certos problemas que podem ser gerados se compreendermos referência como uma relação direta entre a mente e o mundo sem que essa seja mediada pela linguagem. Terceiro, o contraste entre a noção de existência e a noção de referência como conceitos por meios dos quais podemos prover análises ontológicas também podem marcar, neste caso pelo menos, a diferença entre duas propostas distintas de ontologia, a saber, uma que pretende inferir de suas análises uma hierarquia ontológica tal que essa hierarquia constitui a realidade enquanto tal, e outra que, mais modestamente, pretende elucidar a hierarquia ontológica que dá suporte a nosso esquema conceitual. Entre os aspectos da crítica de Bergmann que foram omitidos estão aqueles concernentes às análises lógicas e composicionais propostas por Strawson. Strawson (1979) propõe como suporte para sua teoria da introdução de particulares na proposição uma teoria da introdução de particulares no discurso. A teoria da introdução de particulares no discurso oferece uma análise lógica e composicional de nossa linguagem, de modo que a entrada de certas noções pressupõe o domínio de certas outras. Na base desta teoria, estão as “sentenças de locação de característica”, as quais ofereceriam uma análise à noção de particular (STRAWSON; 2004, 1979). Um dos focos centrais das análises de Bergmann consiste em mostrar que as sentenças de locação de características apresentam, assim como quaisquer enunciados, dois

constituintes, consistindo assim de fatos. O que torna Strawson um “fato ontologista” (1960, p. 615). O motivo pelo qual, deliberadamente, foi evitado essas discussões se dá em virtude de tais temas não terem conexão direta com a noção de referência, mas conexão direta com temas de natureza lógica. Não é que tais temas não tenham relação alguma com questões pragmáticas, mas, em certa medida, podem ser tratados distintamente.

3.2.2. A crítica de Jack Kaminsky

As críticas de Kaminsky (1969) atacam três pontos da ontologia de Strawson, contudo, apenas um deles se assemelha com umas das críticas realizadas por Bergmann. Em primeiro lugar, e mais importante para o tópico em discussão, Kaminsky critica o argumento realista de Strawson, defendendo que ele falha em mostrar que objetos materiais sejam independentes; em segundo, Kaminsky critica a alegada primitividade lógica do conceito de pessoa; e, em terceiro, o modo como Strawson entende a relação entre a linguagem e os extralinguísticos, o que, uma vez mais, podemos tomar como: o modo como Strawson coloca-se frente ao giro linguístico. Nós nos ateremos ao primeiro e terceiro pontos, pois, as discussões relacionadas ao conceito de pessoa já pressupõem a aceitação do argumento realista de Strawson, o qual atrai toda nossa atenção nessa investigação.

No que concernem às críticas ao argumento realista de Strawson, Kaminsky as expõe de um modo, pelo menos, ambíguo. Segundo ele, Strawson reivindica que particulares materiais sejam independentes, pois, “[...] eles são os únicos candidatos adequados que podem cumprir as necessidades de um quadro espaço-temporal”, uma vez que somente eles “[...] têm a importante característica de serem tridimensionais, terem duração temporal, estabilidade, e serem abertos a observação” (1969, p. 36-37). E conclui que qualquer idealista, enquanto rejeitaria que objetos materiais fossem independentes no sentido requerido, “[...] não teriam dificuldade em aceitar particulares que fossem, pelo menos aparentemente, independentes, com duração temporal, etc.” (*Ibid.*, p. 37). Assim, conclui Kaminsky:

Nós podemos, mais filosoficamente, definir ‘material’ nesse contexto por referência a diferentes tipos de percepções e não por referência para alguma coisa que está desengajada da percepção. [...]. Mas isso não significa que tais coisas são de algum modo substâncias independentes da percepção (1969, p. 38).

O argumento assim expresso contém dois problemas: o primeiro, e mais cabal, sugere que o fundamento do argumento de Strawson está calcado na noção de percepção ou mesmo na noção de referência pretendida⁶⁹; e segundo, o argumento assim expresso se parece muito mais com a forma compactada do argumento aludido em 3.1.4., o qual advoga em prol do

⁶⁹ O termo no original é ‘Intended Reference’.

caráter básico dos objetos materiais, do que propriamente com o argumento expresso em 3.1.3., o qual efetivamente advoga em prol do caráter independente dos particulares espaços-temporais⁷⁰. Porém, ignorando esse fato, o argumento em 3.1.4. não passa de uma forma compacta, a qual é desenvolvida sob regência da noção de referência nos tópicos subseguistes. Sob essas justificativas, e sob o que já foi exposto, nós rejeitamos a alternativa de que percepção seja o conceito pelo qual Strawson elabora seus argumentos ontológicos. Contudo, poderia ser argumentado que a noção similar neste caso é também a de referência: alguém vendo um objeto com tais e tais características materiais é também capaz de discriminá-lo, logo se segue que há objetos materiais. A réplica é notar que toda a força da argumentação de Strawson repousa sobre a não identidade entre referência pretendida e referência identificadora falante/ouvinte; ou seja, não é suficiente, para fins teóricos, que alguém possa discriminar algo em seu campo de visão, é também requerido que esse alguém possa identificar o objeto discriminado para um ouvinte. É porque a argumentação repousa em um aspecto intersubjetivo que ele desvia, ou tenta desviar, de problemas que o giro epistemológico outrora encontrou.

Tal como nós frisamos na discussão com Bergmann, Kaminsky nota uma diferença entre os tipos de questões ontológicas realizadas por Strawson e questões comumente realizadas pela tradição. Em outras palavras, Kaminsky nota que os objetos materiais de Strawson “[...] não devem ser considerados como partículas atômicas básicas tanto no sentido atomista tradicional como no sentido de objetos atômicos de Wittgenstein” (1969, p. 38) – outro modo de enunciar esse ponto seria dizer que enquanto objetos materiais são *básicos* eles não são *simples*⁷¹. Vejamos alguns exemplos que Kaminsky oferece com fins de ilustrar tal ponto. Um deles consiste no caso de Wittgenstein no *Tractatus*, o qual nega o status básicos aos objetos materiais, pois:

Se uma expressão refere para um particular básico então ela pode ser usada para definir todos os outros termos. Nós podemos ser capazes de apontar para o que uma expressão pretende denotar. Mas não podemos defini-la. Mas ‘Sócrates’ é realmente uma abreviação para uma série de descrições definidas que enunciam certas características essências sobre as coisas sendo indicadas (KAMINSKY, 1969, p. 39).

Assim, nomes próprios, juntamente com seus referentes, não poderiam ser simples em qualquer sistema, pois, eles não poderiam ser usados para definir outras expressões, mas pressupõe outras expressões por meio das quais os definimos. Outro exemplo seria o

⁷⁰ Notemos que o argumento de 3.1.3 advoga em prol de particulares espaços-temporais, de modo que tanto eventos como objetos materiais existem. Embora, somente objetos materiais serão básicos para o esquema conceitual.

⁷¹ No tratamento desse problema Kaminsky usa o termo ‘básico’, mas seria conveniente se ele tivesse usado o termo ‘simples’.

atomismo grego que excluiu objetos materiais “como os valores designados dos termos primitivos de um sistema formal”, tomando-os não mais do que “aglomerados de átomos em movimento” (*Idem*). E, por fim, menciona Leibniz, o qual “somente usando a concepções de alguma estranha força de ligação, as mônadas, podia explicar a existência desses objetos tão ordinários que aparecem antes de nós” (*Idem*). Não obstante, Kaminsky alude para o tipo de questões importantes em serem respondida por esses filósofos. Questões tais como: “O que distingue todos orgânicos de todos complexos?”; “E se nós rotulamos uma entidade de complexa, então como nós relacionamos as partes umas às outras?” (*Idem*). Não surpreendentemente, Strawson rejeita essa natureza de questionamentos. Tais questionamentos consistem numa certa expectativa de que seja possível e seguro uma inferência do âmbito lógico-semântico para a realidade enquanto tal. Essa é uma pretensão que a Metafísica Descritiva de Strawson não parece ter; seu objetivo, como já foi dito, se assemelha muito mais a desvelar as inter-relações conceituais do que desvelar a estrutura da realidade empírica do mundo. Porém, mesmo essas inter-relações conceituais não ocorrem ao acaso e tão pouco em virtude de uma realidade platônica, mas em virtude dos propósitos e da realidade para quais elas se adequam – enquanto realidade neste contexto tem um sentido estritamente humano, onde não se autoriza uma inferência para uma realidade enquanto tal. Assim, a noção de ‘básico’, em oposição à noção de ‘simples’, não marca somente a distinção entre dois projetos de análise, mas também a distinção entre dois projetos metafísicos – os quais, na nomenclatura de Strawson, poderiam ser chamados de o projeto de uma Metafísica Descritiva e o projeto de uma Metafísica Revisionista, respectivamente.

Por fim, Kaminsky volta-se para o que seria “a única crítica relevante para as questões de seu livro”. Tal crítica tem como alvo o modo como Strawson entende a relação entre linguagem e extralinguísticos. A acusação de Kaminsky consiste em afirmar que Strawson confundiu falar sobre as coisas com falar sobre a fala – no sentido dado à frase em 1.2.. Para ilustrar seu ponto, Kaminsky faz uma analogia com Kant e os conceitos de númeno e fenômeno, onde “[...] todas as tentativas de discutir a realidade sem reconhecer a percepção como a única via para a realidade está fadada a constante contradição” (1969, p. 44). Apoiado nesta analogia Kaminsky afirma que “[...] nós não podemos afirmar dois domínios – númeno e fenômeno – e então afirmar que nós compararemos um com o outro, ou que nós vamos discutir númeno sem mencionar fenômeno”; assim do mesmo modo: “Linguagem é tão penetrante que não é possível considerá-la como um objeto entre outros” (*Ibid.*, p. 45). Nós não responderemos diretamente a esse ponto, primeiro porque o tema já foi tratado no

primeiro Capítulo⁷², e, segundo, porque nós estamos convencidos de que Strawson não duvidaria do caráter penetrante peculiar a linguagem. Assim, Kaminsky parece estar equivocado neste aspecto acerca do modo como Strawson toma a linguagem. Porém, duas afirmações de Kaminsky podem ser usadas para trazer um ponto importante à tona. A primeira consiste na frase a pouco mencionada, a saber: “Linguagem é tão penetrante que não é possível considerá-la como um objeto entre outros”; a segunda consiste na analogia com Kant e suas semelhanças e diferenças com o giro linguístico. O que nós devemos notar com relação à primeira frase é que em um sentido, para Strawson, linguagem é uma coisa entre os demais itens extralinguísticos no mundo; no sentido em que seu significado, sua estrutura lógica já estão postos antes de cada um de nós a aprendermos – referência é em si um evento. Em contraste com a analogia entre Kant e o giro linguístico podemos notar que, ao contrário da percepção, a qual nós não podemos moldar de acordo com nossa vontade, a maioria das linguagens – sobretudo as linguagens formais – são, em considerável medida, maleáveis e discutíveis. De outro lado, se alguém decide usar linguagem ordinária a seu bel prazer, então sua essência se perde – comunicação se perde. Poderíamos concluir afirmando que, enquanto linguagem ordinária nos subtrai clareza em exatidão, ganhamos em outro tipo de segurança, pois, em contraste com a analogia kantiana, estaríamos descrevendo a atuação de algo que não podemos mudar suas regras *à la volonté*, e, diferentemente da percepção, conserva um sentido público, o qual anteriormente não tínhamos⁷³.

3.3. *Considerações Finais*

Como vimos, através das descrições das condições de referência identificadora strawsoniana, chegamos à noção de *concreto*, ou seja, indivíduos cuja identificação necessariamente envolvem relações espaços-temporais. Não obstante, referir identificadamente para esses indivíduos nas situações em que não temos suas *localizações diretas* envolve necessariamente a posse de um quadro unitário espaço-temporal, por meio do qual os identificamos, assim como a nós mesmos. Contudo, a fim de que possamos manter o sentido de *unitário* do quadro, deve haver algo que seja idêntico para todos os usuários desse quadro, de modo que todos possam estar usando o *mesmo* quadro. Porém, as únicas coisas que permanecem idênticas são os particulares que nós introduzimos nele, logo, se segue que deve haver particulares que existam independentes de nós usuários.

⁷² Ver especialmente 1.2. onde nós mostramos haver uma diferença na função que tipos de discursos cumprem na Metafísica Descritiva de Strawson.

⁷³ Talvez esse fato tenha motivado Strawson a pensar que seu apelo à linguagem ordinária lhe desviava dos problemas relacionados ao Embaraço Epistemológico.

Particulares espaços-temporais podem pertencer, pelo menos, a quatro categorias, a saber, experiências privadas, constructos teóricos, eventos, e objetos materiais. Mais uma vez, a análise das condições de referência identificadora revela que os particulares básicos para o esquema conceitual são os objetos materiais. Esses particulares se ordenam na hierarquia ontológica de Strawson de acordo com a dependência em identificação. Experiências privadas e constructos teóricos se mostram os mais vulneráveis a essa dependência – o que significa falar de uma dor sem mencionar quem a sofre? Constructos teóricos, em sua maioria, em virtude de não poderem ser diretamente localizados ou sofrerem de uma pressuposição conceitual apresentam certa dependência de identificação. Eventos, embora possam ser diretamente localizados e, em situações especiais, também indiretamente localizados, sem o auxílio da identificação de objetos materiais, são efêmeros demais para poderem dar suporte ao nosso quadro unitário espaço-temporal. Assim, particulares materiais são os particulares básicos de nossa ontologia.

Na busca por um melhor exame dos argumentos de Strawson, nós mencionamos as críticas de dois filósofos: Gustav Bergmann e Jack Kaminsky. Bergmann, o qual se mostrou o mais perspicaz em suas críticas, não se detém em críticas pontuais à ontologia de Strawson, mas critica pontos essenciais de sua filosofia. Nós examinamos duas delas, a saber, a crítica ao realismo metafísico de Strawson e as críticas ao uso do termo ‘existe’. Na primeira crítica, Bergmann faz uma distinção entre dois caminhos que podem ser tomados para entender a noção de *conhecer*, sendo que um deles ele chama de dualismo, o outro, de monismo. Para Bergmann, Strawson escolhe o caminho dualista e, como consequência, não consegue flanquear o embaraço epistemológico, sem que seu argumento possa demonstrar qualquer elemento de independência – sua posição seria assim compatível com idealismo. No exame do uso do termo *existe*, Bergmann nota que Strawson usa-o ordinariamente, assim não poderia servir de modo a elucidar qualquer questão ontológica. Tal conceito na tradição teria sido regulado pelas noções de concreto, simples e independente. Tal como nós vimos, a noção de referência é responsável, por assim dizer, pela elucidação dessas noções em seu âmbito ontológico.

No exame das críticas de Jack Kaminsky a Strawson, nós nos atemos a três aspectos de suas críticas, a saber, as críticas ao realismo metafísico de Strawson, as críticas à natureza da investigação metafísica strawsoniana e as críticas ao giro linguístico strawsoniano. Concernente à primeira crítica, foi notado que Kaminsky confunde o conceito que dá suporte ao argumento de Strawson; Kaminsky argumenta que a noção de percepção é responsável por suportar as análises de Strawson, enquanto é a noção de referência identificadora que

desempenha tal papel. Contudo o ponto de Kaminsky é suficiente para que possamos alertar para a diferença entre referência pretendida e referência identificadora, sendo que é o segundo conceito que carrega o sentido intersubjetivo relevante para suportar os argumentos. Ulteriormente, Kaminsky critica o projeto de Strawson, o qual excluiria o trato de importantes questões. Neste ponto, podemos notar mais nitidamente que o contraste entre as noções de *simples* e *básico* marcam não somente a distinção entre duas propostas de análise, mas também entre dois projetos metafísicos distintos. E, no último ponto, Kaminsky erroneamente acusa Strawson de não ter feito a distinção entre falar da fala e falar do mundo, e fazendo uma analogia com as noções kantianas de númeno e fenômeno, argumenta pela impossibilidade de tratar essas duas áreas do conhecimento de forma distinta. Neste momento, nós marcamos dois benefícios que há em fazer filosofia por meio da linguagem ordinária.

Nós podemos admitir que há realmente uma fraqueza no argumento Strawsonian. Pois, independente de seu ponto de formulação – seja linguagem ordinária, fenômenos da mente, percepção, ou linguagem formal estrita – seu argumento não consegue apresentar qualquer sentido em que os particulares espaços-temporais seriam independentes, mas somente a pressuposição de que eles assim o seriam. Porém, por fim, gostaríamos de sugerir uma possível via de argumentação, ou melhor, de auxílio para o argumento de Strawson. O argumento ontológico de Strawson afirma que, se nosso quadro ordinário espaço-temporal tem o sentido de unitário, então deve haver algo nele que seja idêntico. Uma pessoa A vê um particular Z, o particular Z desaparece, tempo depois A novamente se depara com um particular e o reidentifica como sendo o *mesmo* particular Z outrora visto. O particular Z existiu sem ser percebido, logo ele existiu independente de nós. Mas, onde está o elemento de independência? Há a possibilidade, teórica, de que ele seja o *mesmo*, sem que ele tenha existido independentemente de nós. Talvez não haja meio de argumentar em prol da independência de particulares nos momentos em que não os estamos percebendo. Porém, nas situações em que esses ínterins são breves, há, certamente, um sentido no qual o particular impõe seu ser.

Imaginemos uma situação em que um indivíduo C está dirigindo o carro ao mesmo tempo em que, através do espelho retrovisor, tenta identificar um particular Y para uma ouvinte D no banco do carona. Assim, o indivíduo C olha para o espelho às vezes, e, outras vezes, ele olha para frente. Admitamos que o argumento de Strawson, enquanto não consegue apresentar a independência dos particulares espaços-temporais, consegue estabelecer que eles sejam idênticos, epistemologicamente os *mesmos*. Assim, C olha para o espelho e vê Y a certa distância x , depois olha de novo e vê Y a certa distância x' , e assim por diante. Y pode não

existir independente de C o perceber, mas é o mesmo. Agora, somado a isso, acrescente o fato de que C, tentando identificar Y para o ouvinte Z, declara “Esse animal que nós quase atropelamos”, mais tarde declara “Aquele que está parado no meio da estrada, próximo a curva”, e, mais tarde, declara “Aquele lá atrás cavando um buraco”. O que nós gostaríamos de mostrar é que nestes casos, e diferentemente do argumento anterior, há um elemento de imposição do particular, o qual se pretende identificar. O falante não poderia simplesmente usar na primeira frase ‘aquele’ e na última frase usar ‘esse’, pois o particular situado em certo contexto se impõe de modo que nós devemos escolher os mecanismos adequados para referir. Assim, a idéia é que, provido que o argumento de Strawson possa assegurar que o particular percebido em diversas situações distintas seja epistemologicamente o mesmo, a descrição das condições de referência podem trazer à tona o traço de independência que lhe é peculiar, apresentando o particular como *ontologicamente* o mesmo.

Conclusão

Façamos uma exposição final acerca das conclusões gerais de nosso trabalho, assim como algumas indicações sobre possíveis caminhos para ulteriores investigações. No primeiro Capítulo, defrontamo-nos com questões de caráter metafilosófico com vista a elucidar a relação que as noções de referência e ontologia teriam, segundo o entendimento de Strawson. O tópico nos levou ao exame de três aspectos distintos acerca da linguagem, todos os quais foram denominados pela expressão Giro Linguístico. As três aspectos correspondem às seguintes questões: i) qual seria o sentido em que linguagem ordinária é apropriada para propósitos filosóficos? ii) Quais seriam os meios de diferenciar usos semântico-linguísticos de usos metalinguísticos no caso da linguagem ordinária? iii) Qual o sentido em que a descrição de uma linguagem pode ser um caminho para fazer metafísica? Como conclusão de nossas análises do primeiro aspecto, obtivemos que, de um lado, à diferença das linguagens especializadas, a linguagem ordinária é a mais geral e penetrante e, de outro lado, enquanto a linguagem ordinária compartilha de uma disciplina geral com a maioria das linguagens especializadas, por esse motivo, a linguagem especializada do filósofo sofreria severas restrições de uso. Essa conclusão nos leva a por em dúvidas a possibilidade do desenvolvimento de uma investigação metafísica, o que nos levou às análises do segundo tópico.

Como conclusão das análises de nosso segundo tópico, nós obtivemos a distinção geral entre duas formas de metalinguagens, uma das quais nos habilitaria ao uso especializado requerido pelas análises filosóficas – dando origem, assim, a uma forma de metalinguagem. Essas distinções entre funções metalinguísticas do discurso ordinário nos levaram à distinção entre dois tipos de predicados, a saber, predicados categoriais e predicados relativos. Os predicados categoriais seriam conceitos pelos quais poderíamos descrever certo campo de atuação de um conjunto de predicados relativos. Em nosso terceiro tópico, onde nos ocupamos com a formulação da questão ontológica, através da aplicação das noções ofertadas pelas prévias análises, chegamos à conclusão de que a noção de objeto particular seria um conceito categorial por meio do qual poderíamos descrever uma categoria geral ontológica, a qual é composta pelas entidades comumente referidas por um campo de conceitos relativos. Não obstante, nós concebemos, naturalmente, as entidades referidas por esses conceitos relativos como intimamente relacionadas com as noções de espaço e tempo. Assim, em nosso segundo Capítulo, ocupamo-nos das análises das condições de referência com vistas a

elucidar essa íntima relação com as noções de espaço e tempo, no caso dos objetos particulares.

Em nossas análises de nosso segundo Capítulo, ocupamo-nos, primeiramente, com a noção de pressuposição lógica. Tal noção, em termos gerais, representa a condição geral de referência, a qual, caso não cumprida, ocasiona uma falha primária de referência – a condição consiste na existência o item referido. Como conclusão de suas análises, obtivemos, primeiramente, a distinção entre o que é pragmaticamente pressuposto numa referência e a mera existência do item como condição necessária para a atribuição dos valores de verdade de uma proposição. Em um segundo momento, detemo-nos no intento de elucidar a relação mantida entre as noções de existência e valores de verdade. O que nos levou a conceber a noção de existência como um conceito regulador do campo de atuação das noções formais de valores de verdade. Não obstante, uma vez que essa é uma condição geral de referência, ela não poderia nos servir para propósitos categóricos e, logo, ontológicos. Assim, o caminho para o tratamento da questão ontológica veio a ser as análises dos modos de introdução de um indivíduo numa proposição.

No tópico sobre os requerimentos contextuais atuantes em certas situações de referência, detemo-nos em mostrar quão distinta são as situações de referência para objetos particulares das situações de referência para gerais. Começamos pelas análises dos mecanismo com os quais referimos, as quais nos levaram a uma distinção entre dois tipos de mecanismo, a saber, mecanismos do tipo A e do tipo B. Os mecanismos do tipo A seriam usados, em sua maioria, para articular relações espaços-temporais em um dado contexto; enquanto que mecanismos do tipo B seriam usadas para especificar o tipo do item referido num dado contexto. Em geral, mecanismos do tipo A seriam desnecessários quando nosso objeto de referência é um geral. Não obstante, a mero uso de mecanismos apropriados não seria uma condição suficiente para assegurar a unicidade da referência nos casos em que referimos para objetos particulares, desse modo, seria necessário que o falante e o ouvinte estivessem de posse do conhecimento identificante acerca do particular referido. A noção de conhecimento identificante revelou uma rede de conhecimentos de particulares espaços-temporais, através da qual nos situamos no mundo e identificamos os objetos particulares.

Por fim, nós examinamos a possibilidade de que pudéssemos referir a objetos particulares através do uso de outras formas de linguagem, excetuando o uso de termos singulares, os quais contivessem mecanismo do tipo A e do tipo B. Segundo nossas análises, Strawson nega tal possibilidade, afirmando que termos singulares individualizantes vêm a ser condição necessária para referir para particulares e, logo, condição necessária para um termo

geral pudesse ser compreendido como predicado de algo. Os argumentos oferecidos por Strawson são de dois tipos, a saber, um acerca da aquisição de termos gerais e, o outro, acerca da interpretação de sentenças quantificadas. Segundo os argumentos de Strawson, o uso de termos singulares seria uma condição necessária tanto para a aquisição de termos gerais, quanto à interpretação da noção de quantificação como quantificação sobre objetos particulares. Duas foram as conclusões gerais do Capítulo II, a saber, primeiro que haveria uma evolução na teoria das pressuposições de Strawson, um tanto motivada por críticas, a qual cada vez mais engloba elementos categoriais. E, a segunda conclusão, consiste em notar que referência para objetos particulares necessariamente envolve requerimentos contextuais, os quais incluem necessariamente elementos espaços-temporais, tais como: a localização do falante e do ouvinte, suas relações espaciais para o objeto particular referido, o tempo, a história de ambos os envolvidos etc. Por esse motivo, nós passamos a usar o termo particulares espaços-temporais, em vez de objetos particulares, e dissemos que objetos particulares são concretos, no sentido que suas identidades dependem das noções de espaço e tempo.

No último Capítulo, nós analisamos de que modo a noção de referência serve para construção do argumento ontológico de Strawson. Assim, o foco do filósofo passaria a ser o caráter independente dos particulares espaços-temporais – concretos. Segundo nossas análises, através das descrições de referência, Strawson mostra que somente podemos referir para objetos não diretamente localizáveis, pois, dispomos de um quadro de conhecimento de particulares espaços-temporais, por meio do qual nos localizamos, localizamos o falante e seus relatos e localizamos também o particular que está sendo referido. Se fosse negada a existência de tal quadro, não haveria meios de diferenciar, nos casos de referência não demonstrativa, uma referência identificadora de uma especificação ou identificação relativa. Logo, a existência do quadro é necessária para podermos compreender nossos modos de referência tal como eles efetivamente são. Porém, uma vez que todos nós falantes nos entendemos com o uso desse quadro de conhecimentos de particulares espaços-temporais, ele deve também ser singular e unitário. Pois, do contrário, caso cada falante fizesse uso de um quadro distinto – no sentido de com entidades inteiramente diferentes – não haveria meio de identificarmos o mesmo particular. Deste modo, Strawson empenha-se em elucidar qual seria o elemento responsável pela unidade e singularidade do quadro. E, sendo cada referência para particulares espaços-temporais uma distinta da outro, logo, os próprios particulares espaços-temporais devem ser o que permanece o mesmo em cada uso do quadro. Destarte, particulares existem independente de serem percebidos.

Provido que a categoria dos particulares espaços-temporais sejam concretos e independentes, mesmo assim, são muitos os tipos de coisas que podem pertencer a essa categoria ontológica de coisas. Restando, ainda, elucidar quais tipos de entidades são as mais básicas para nosso esquema conceitual. A categoria de particulares espaços-temporais poderia ser dividida em quadro tipos ou subcategorias de particulares, a saber, experiências privadas, constructos teóricos, eventos e objetos materiais. Uma vez mais, a noção de referência consiste no fio condutor das análises de Strawson, assim, analisando as condições que deveriam ser cumpridas para a identificação dos particulares pertencentes a essas quatro subcategorias, Strawson encontra que a única subcategoria de particulares espaços-temporais que não apresenta nenhuma dependência em identificação sobre outra subcategoria seria a subcategoria de objetos materiais. Logo, objetos materiais são básicos na ontologia de Strawson.

Na segunda metade do Capítulo III, empenhamo-nos em analisar as críticas realizadas por Gustav Bergmann e Jack Kaminsky à defesa do caráter independente dos particulares espaços-temporais, o qual deve ser o caso para uma defesa do realismo metafísico. A crítica central de Bergmann repousa sobre a noção de embaraço epistemológico, o qual deve ser flanqueado caso pretenda-se distinguir Ser e Conhecimento, tanto quando o realismo requer. Segundo Bergmann, a partir do modo como conhecemos as coisas do mundo, existiriam duas formas de caracterizar a noção de conhecer: uma delas seria dualista e, a outra, monista. O argumento realista de Strawson falha em defender uma posição realista, pois, o argumento apoiar-se-ia sobre a face epistemológica do tratamento do modo como conhecemos as coisas no mundo. E desse modo, sem conseguir flanquear o embaraço epistemológico, não conseguiria dar a requerida distinção entre Ser e Conhecer, a qual é requerida para uma defesa realista. No tocante às crítica de Kaminsky ao realismo metafísico de Strawson, nossas análises tentaram mostrar que Kaminsky parece entender que os argumentos desenvolvidos em prol da noção de básico, seriam os argumentos com os quais Strawson tenta defender seu realismo e, assim, por esse motivo, rejeitamos a aceitação da crítica de Kaminsky. Não obstante, as críticas parecem sugerir que o conceito pela qual Strawson elabora seus argumentos seria a noção de referência pretendida, sendo, na verdade, as condições de uma referência identificante falante/ouvinte que são levadas em consideração. Num segundo momento, analisamos as diferenças no tocante ao estilo dos questionamentos metafísicos realizados por Strawson, os quais foram notados por ambos os críticos. Tais diferenças seriam correspondentes, em parte, às diferenças marcadas pelo significado filosófico dos termos

‘básico’ e ‘simples’, os quais também seriam equivalentes a distinção entre um projeto metafísico Descritivo e um projeto Revisionista.

Por fim, nas análises finais do último Capítulo, foram sugeridas uma possível via de argumentação que pudesse desviar das críticas de Bergmann. Strawson, tal como foi mostrado, também reconhece a existência de dois níveis onde dizemos que uma coisa é a mesma, correspondentes às noções de identificação e reidentificação. Tal como afirmou Bergmann, o argumento realista de Strawson repousa sobre o segundo sentido de ‘o mesmo’. Porém, tal como nós mostramos, haveria a possibilidade da construção de um argumento calcado sobre o primeiro sentido de ‘o mesmo’. Nesses casos, o argumento repousa sobre o funcionamento de nossos mecanismos de referência, os quais são usados de acordo com uma *imposição de ser* do particular espaço-temporal referido.

Nosso trabalho limitou-se exclusivamente com a relação entre referência identificadora e seus itens referidos, com vistas a analisar a ontologia de Strawson. Contudo, o campo ontológico de discussões fica limitado pela atuação do conceito de referência, limitação a qual não corresponde ao campo total dessas discussões. Assim, ainda restariam outras perguntas, tais como: o que são, logicamente, particulares espaços-temporais? Seriam eles, em última instância, particulares nus (bare particulars), ou seriam eles fatos? Com a teoria da introdução de particulares no discurso, Strawson tentou dar uma análise destas questões. Também, poderia haver a possibilidade de pensar a ontologia de Strawson dentro da dicotomia contemporânea entre realismo e anti-realismo. Em certa medida, Strawson parece estar mais próximo desta dicotomia, uma vez que apenas estaria preocupado com a realidade das entidades importantes para nosso quadro conceitual ordinário, o qual é o mais penetrante e geral. Mas para seguir no sentido de responder essas questões, nós deveríamos levar em consideração um universo de noções maior, algumas das quais nem todos os filósofos estariam de acordo – por exemplo, a noção de verdade conceitual. Porém, enquanto uma teoria da introdução de particulares no discurso dependeria de algumas noções, as quais não são consensualmente aceitas pela comunidade filosófica, sua teoria da introdução de particulares na proposição, a qual nos ocupou aqui, consiste na descrição e elucidação de fatos ordinários de nossa realidade conceitual, relevantes para qualquer tipo de análise filosófica da linguagem.

Referências Bibliográficas

- BERGMANN, G., 'Strawson's Ontology', *The Journal of Philosophy*. Vol. 57, No. 19, 1960, pp. 601-622.
- _____. *Meaning and Existence*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1960.
- _____. 'Notes on Ontology'. In: *Noús*, Vol. 15, No. 2, 1981, pp. 131-154.
- _____. 'Ineffability, Ontology, and Method'. In: *The Philosophical Review*, Vol. 69, No. 1, 1960, pp. 18-40.
- BRANQUINHO, J.; MURCHO, D.; GOMES, N; NELSON, G. (ed.). *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- CARNAP, R., "Empiricism, Semantics And Ontology". In: RORTY, R., (ed.), *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press, 1992. pp. 73-74.
- _____. 'P. F. Strawson on Linguistic Naturalism'. In: SCHILPP, P. A. (org.). *The Philosophy of Rudolf Carnap*, LaSalle, Open Court, 1963, pp. 932-939.
- COOPER, D. E., *Presupposition*. Mouton: La Haya, 1974.
- CORNMAN, J., 'Language and Ontology'. In: RORTY, R., (ed.), *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press, 1992. pp. 160-171.
- CONSUEGRA, R. F., 'Ontology from Language? Ramsey on Universals'. In: FRÁPOLLI, M. J., (ed.), *F. P. Ramsey: Critical Reassessment*. New York: Continuum, 2005, pp., 220-237.
- DAVIDSON, D. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 2001.
- DUMMETT, M., 'Presupposition'. In: *Truth others Enigmas*. New York: Cambridge University Press. 1996.
- FRENCH, Steven. *Ciência*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GLOUBERMAN, M. 'Doctrine and Method in the Philosophy of P. F. Strawson'. In: *Philosophy and Phenomenological research*, Vol. 36, No. 3, 1976, pp. 364-383.
- GONZALEZ, W. J., 'La Teoría de la Referencia. Strawson y la Filosofía Analítica'. In: *Ediciones Universidad de Salamanca y Publicaciones de la Universidad de Murcia*, Salamanca- Murcia, 1986.
- _____. 'Significado y verdad en P. F. Strawson'. In: *Anuario filosófico*, v. 16/2, 1983, pp. 129-139.
- _____. 'Denotación y Referencia'. In: *Pensamiento*, v. 41, (1985), pp. 129-158.
- _____. 'El problema de la referencia en la Filosofía Analítica. Estudio bibliográfico'. In: *Thémata*, v. 3, 1986, pp. 169-213.

- _____., 'La primitividad lógica del concepto de persona'. In: *Anales de Filosofía*, v. 1, 1983, pp. 79-118.
- _____., 'Elucidación filosófica y actividad analítica'. In: *Daimon*, v. 5, 1992, pp. 201-210.
- _____., 'P. F. Strawson's Moderate Empiricism: The Philosophical Basis of his Approach in Theory of Knowledge'. In: HAHN, L. E. (ed.), *The Philosophy of P. F. Strawson*, The Library of Living Philosophers, Open Court, La Salle, 1998, pp. 329-358.
- _____., 'Denotación y Referencia'. In: *Pensamiento*, v. 41, 1985, pp. 129-158.
- GOTTLIEB, D. 'Reference and Ontology'. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 71, No. 17, 1974, pp. 587-599.
- GRAM, M. S. and KLEMKE, E. D., (ed.). *The Ontological Turn: Studies in the Philosophy of Gustav Bergmann*. Iowa City: University of Iowa Press. 1974.
- GRICE, H. P. and STRAWSON, P. F. 'In Defence of a Dogma'. *The Philosophical Review*, Vol. 65, No. 2, 1956, pp. 141-158.
- HAHN, E. L., (ed.), *The Philosophy of P. F. Strawson*. Chicago and Illinois: Open Court, 1998.
- KAMINSKY, J., *Language and Ontology*. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press. 1969.
- LEVINSON, S. C., *Pragmática*. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MARCUS, B. R., 'Extensionality', In: *Mind, New Series*, Vol. 69, No. 273, 1960, pp. 55-62.
- PEARS, D., 'Individuals by P. F. Strawson'. In: *The Philosophical Quarterly*, Vol. 11, No. 44, 1961, pp. 262-277.
- QUINE, O. W. V., *Methods of Logic*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1982.
- _____., *Word and Object*. Cambridge, Massachusetts: THE M.I.T. PRESS, 1992.
- _____., 'Quantifiers and Propositional Attitudes', In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 53, No. 5, 1956, pp. 177-187.
- _____., 'Main Trends in Recent Philosophy: Two Dogmas of Empiricism', In: *The Philosophical Review*, Vol. 60, No. 1, 1951, pp. 20-43.
- _____., 'Mr. Strawson on Logical Theory'. In: *Mind, New Series*, Vol. 62, No. 248, 1953, pp. 433-451.
- RAMSEY, F. P. 'Universals', In: *Mind, New Series*, Vol. 34. No. 136 (Oct., 1925), pp. 401-417.
- RÉCANATI, F., *La Transparencia y la Enunciación*, Hachette, Buenos Aires, 1981.

- RORTY, R. (org.). *The Linguistic Turn*. Chicago: University Chicago Press, 1992b.
- RORTY, R., 'Metaphilosophical Difficulties of Linguistic Philosophy' In: RORTY, R., (ed), *The Linguistic Turn*, The University of Chicago Press, Chicago, 1992b.
- ROSENKRANTZ, M. 'The Ontological Motivations for the Theory of Descriptions', In: *Pacific Philosophical Quarterly*, 86, 2005, pp. 114-134.
- RUSSELL, B., 'On Denoting', in: *Mind*, Vol. 114, 456, October, 2005.
- _____, 'Mr. Strawson on Referring', in: *Mind*, New Series, Volume 66, Issue 263, 1957, 385-389.
- _____, 'Logic and Ontology'. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 54, No. 9, 1957, pp. 225-230.
- RYLE, G., 'Ordinary Language', In: *The Philosophical Review*, Vol. 62, No. 2. 1953, pp. 167-186.
- _____. *Dilemmas*, New York: Cambridge University Press. 1987.
- _____. 'Categories', *Proceedings of the Aristotelian Society*, Vol. XXXVIII, 1937-8.
- SCHILPP, P. A. (org.), *The Philosophy of Rudolf Carnap*, LaSalle, Open Court, 1963.
- SELLARS, Wilfrid., 'Pressupposing'. In: *The Philosophical Review*, Vol. 63, No. 2, 1954, pp. 197-215.
- SMILEY, T. J., 'Mr. Strawson on the Traditional Logic'. In: *Mind, Series*, Vol. 76, No. 301, pp. 118-120.
- STRAWSON, P. F., 'Categories', In: *Freedom and Resentment*. London: Methuen & Co Ltd. 1976. pp. 108-133.
- _____. 'Singular Terms and Predication', In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 58, No. 15, 1961, pp. 393-412.
- _____. 'Reply to Mr. Sellars', In: *The Philosophical Review*. Vol. 63, No. 2, 1954, pp. 216-231.
- _____. 'Is Existence Never a Predicate?' In: *Freedom and Resentment*. Methuen & Co Ltd. London, 1976. pp. 189-198.
- _____. *Entity and Identity: and Others Essays*. Oxford: Clarendon Press. 2005.
- _____. *Individuals: Essay of Descriptive Metaphysics*. London: Routledge, 1979.
- _____. *Skepticism and Naturalism*. New York: Columbia University Press. 1983.
- _____. *Introduction to Logical Theory*. London: Methuen & Co Ltd. 1974.
- _____. *Linguistic-logico Papers*, Ashgate, Aldershot, 2004.
- _____. 'Analysis, Science, and Metaphysics', In: RORTY, R. (org.). *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press, 1992a, pp. 312-320.

- _____., ‘Discussion of Strawson’s “Analysis, Science, And Metaphysics”’, In: RORTY, R. (org.). *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press, 1992a, pp. 321-330.
- _____., ‘Singular Terms, Ontology, and Identity’. *Mind*, New Series, Vol. 65, n. 260, Oct. 1956, pp. 433-454.
- _____., ‘On Referring’, *Mind*, New Series, Vol. 59, No. 235. (Jul., 1950), pp. 320-344.
- _____., ‘Logical Individual and Spatio-temporal Particular’, *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 17, No. 4, (Jun., 1957), pp. 441-457.
- _____., ‘Carnap's Views on Constructed Systems versus Natural Languages in Analytic Philosophy’, In: SCHILPP, P. A. (org.). *The Philosophy of Rudolf Carnap*, LaSalle, Open Court, 1963, pp. 503-519.
- _____. ‘On Referring’. Em: *Linguistic-logico Papers*, Ashgate, Aldershot, 2004a.
- _____. ‘Particular and General’. Em: *Linguistic-logico Papers*, Ashgate, Aldershot, 2004b.
- _____., *Analysis and Metaphysics*, Oxford University Press, Oxford, 1992b.
- _____., *Subject and Predicate in Logic and Grammar*, London: Methuen & Co Ltd. 1974b.
- TUGENDHAT, E. *Lições introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*. Ijuí: Unijuí, 1992.
- URMSON, J. O., *The History of Philosophical Analysis.* ”, In: RORTY, R. (org.). *The Linguistic Turn*. Chicago: Chicago University Press, 1992, pp. 294-301.
- ZEMACH, E. M., ‘Four Ontologies’. *The Journal of Philosophy*, Vol. 67, No. 8, 1970, pp. 231-247.
- WITTGENSTEIN, L., *Tractatus Logico-Philosophicus*. New York: Cosimo. 2007.
- _____., *Philosophical Investigations*. United Kingdom: Wiley-Blackwell Ltda. 2009.